

**ENTRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E A VIDA ADULTA: UMA ANÁLISE
DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO**

Luciana Cassarino-Perez

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Jorge Sarriera e coorientação da Profa. Dra. Carme Montserrat

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Julho de 2018

*Dedico esta tese aos meus pais,
Silvia e Enrique,
pelo incansável investimento em
conhecimento, e por sempre nos
mostrarem a serviço de quem
ele deve ser empregado.*

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro e mais importante agradecimento é para o maior incentivador deste projeto e da minha carreira, meu marido, Eduardo. Fonte de apoio e do amor mais sincero que tornaram possível a superação de muitos desafios.

Agradeço também à minha grande família, em especial aos meus pais e irmãos, fontes inesgotáveis de suporte. Não seria possível nenhuma linha desta tese sem os ensinamentos de cada um de vocês.

Ao meu orientador, professor Jorge Sarriera, por todo conhecimento compartilhado e por ter aceitado me orientar mesmo após ter definido sua aposentadoria.

À professora Carme Montserrat, minha coorientadora, por ter acompanhado este processo com tanta presença e pelas inúmeras experiências de aprendizado que me proporcionou durante o estágio sanduíche. Merci per tot!

Às professoras Débora Dell`Aglío e Maria Ângela Yunes, por seguirem contribuindo com minha trajetória acadêmica desde a época do mestrado.

À professora Beatriz Gherhenson, por aceitar fazer parte da banca desta tese, permitindo a ampliação do olhar sobre o fenômeno estudado para além do escopo da Psicologia.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária, pelas construções conjuntas e momentos de descontração. Agradeço em especial a Vitória, Lívia e Fabi, que deixam importantes marcas nesta tese e na minha trajetória acadêmica.

Aos membros do ERIDIQV, grupo de pesquisa que me recebeu de braços abertos durante o estágio sanduíche na Universitat de Girona.

Às amigas catalãs, Gemma e Merche, que mesmo de longe seguiram me acompanhando. Pelo incentivo, pelos cafés, pelas contribuições, pelas risadas, por tantos momentos marcantes em tão pouco tempo... No hi ha paraules per agrair-les, noies!

À amiga Lara, mais uma feliz surpresa do doutorado sanduíche, obrigada em especial por ter feito a ponte Catalunha-Brasil e facilitado meu contato com o Instituto Fazendo História.

À colega Anouk Goemans, que tão generosamente abraçou nosso projeto de metanálise e com sua competência e entusiasmo contribuiu para transformá-lo em realidade.

Ao querido e inabalável G9, grupo de amigos que o mestrado me deu e que, mesmo espalhado Brasil afora, segue sendo uma fundamental fonte de apoio acadêmico. Um agradecimento especial ao Murilo pela assessoria em assuntos estatísticos.

Ao Instituto Fazendo História, pela parceria na coleta de dados nas unidades de acolhimento em São Paulo. Em especial a Mahyra por ter acreditado neste projeto e não ter desistido de contribuir com ele depois de tantas “idas e vindas burocráticas”.

À Fundação de Ação Social de Curitiba, por favorecer o acesso aos jovens egressos do sistema de proteção na cidade.

À Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, por acreditar no projeto e favorecer o contato com os coordenadores das unidades de acolhimento, tornando possível acessar um número expressivo de adolescentes em processo de transição no município. Aos membros da Rede de Instituições de Acolhimento (RIA) e as instituições de acolhimento que participaram dos estudos qualitativo e quantitativos. Muito obrigada pela participação, pelo tempo dedicado a esta pesquisa em meio à correria do dia a dia de trabalho.

Agradeço, por fim, aos grandes protagonistas deste projeto, adolescentes, jovens e profissionais que participaram dos diferentes estudos. Foram incontáveis as lições aprendidas em cada encontro com vocês.

“Eu acho que era assim ó... ‘Ei, psiu. Você. Estou aqui. Do seu lado. Por todo lado. Mas não precisa olhar assim. Com esse olhar desconfiado de quem vai dizer “Eu não tenho trocado”. Sou pivete, sim. Mas, não tenho canivete. Reconheço seu apreço. Quando estiver do seu lado mesmo, pedindo trocado. Olhe bem para mim. Você verá um menino franzino, um pouco crescido, um tanto desiludido quanto ao seu próprio destino. Por favor, olha para mim””.

(Trecho de um poema escrito durante o acolhimento e recitado por um dos jovens egressos participantes desta pesquisa).

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE FIGURAS	9
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
FAVORECENDO A TRANSIÇÃO ENTRE O ACOLHIMENTO E A VIDA ADULTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE INTERVENÇÕES	19
Resumo	19
Abstract.....	19
Introdução.....	20
Método.....	22
Resultados.....	23
Discussão.....	30
Conclusão	34
CAPÍTULO II	
PATHWAYS FROM CARE TO EDUCATION AND EMPLOYMENT: A META-ANALYSIS.....	Erro! Indicador não definido.
Abstract.....	Erro! Indicador não definido.
Introduction	Erro! Indicador não definido.
Method.....	Erro! Indicador não definido.
Results	Erro! Indicador não definido.
Discussion.....	Erro! Indicador não definido.
Conclusion	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO III	
EXPECTATIVAS DE FUTURO DE ADOLESCENTES FRENTE AO DESLIGAMENTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES DO SUPORTE SOCIAL, PRONTIDÃO PARA A SAÍDA E SATISFAÇÃO COM A VIDA	Erro! Indicador não definido.
Introdução.....	Erro! Indicador não definido.
Método.....	Erro! Indicador não definido.
Resultados.....	Erro! Indicador não definido.
Discussão.....	Erro! Indicador não definido.
Considerações Finais	Erro! Indicador não definido.

CAPÍTULO IV

EDUCATIONAL BACKGROUND, EDUCATIONAL EXPECTATIONS AND ORGANIZED ACTIVITY PARTICIPATION AMONG ADOLESCENTS AGING OUT OF CARE IN BRAZIL Erro! Indicador não definido.

Introduction **Erro! Indicador não definido.**

Method..... **Erro! Indicador não definido.**

Results **Erro! Indicador não definido.**

Discussion..... **Erro! Indicador não definido.**

Conclusion **Erro! Indicador não definido.**

CAPÍTULO V

“EU TINHA UMA VIDA E DEI DE CARA COM OUTRA”: FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO ENTRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E A VIDA ADULTA 35

Introdução..... 35

Método..... 38

Resultados..... 41

Discussão 50

Considerações Finais 55

CONCLUSÃO..... 57

REFERÊNCIAS 64

ANEXOS 87

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa 87

ANEXO B – Questionário (estudos III e IV) 90

ANEXO C – Termo de Concordância da Instituição (estudos III e IV)..... 97

ANEXO D – Termo de Assentimento (estudos III e IV) 98

ANEXO E – Roteiro de entrevista com os jovens (estudo V)..... 99

ANEXO F – Roteiro de entrevista com os cuidadores (estudo V)..... 100

ANEXO G – Termo de Concordância da Instituição (estudo V) 101

ANEXO H – Termo de Consentimento Cuidadores (estudo V) 102

ANEXO I – Termo de Consentimento Jovens (estudo V) 103

LISTA DE TABELAS

Capítulo I

Tabela 1. Características dos Estudos	24
Tabela 2. Características dos Programas de Intervenção	26
Tabela 3. Avaliação dos Programas de Intervenção.....	29

Capítulo II

Tabela 1. Characteristics of the Studies Included in the Meta-Analysis.....	43
Tabela 2. Meta-analyses on Employment Outcomes for Care Leavers	47
Tabela 3. Meta-analyses on Education Outcomes for Care Leavers.....	47

Capítulo III

Tabela 1. Média das Expectativas quanto ao Futuro.....	61
Tabela 2. Classificação dos Grupos: Alta e Baixa Expectativa de Futuro	62
Tabela 3. Contribuição Discriminativa das Variáveis na Matriz Estrutural.....	63

Capítulo IV

Table 1. Sample Descriptive Statistics	76
Table 2. Chi-Square Test for Level of Education.....	77
Table 3. Logistic Regression Parameters	77
Table 4. Multiple Linear Regression Parameters	78

Capítulo V

Tabela 1. Características Sociodemográficas dos Jovens.....	86
Tabela 2. Eixos Temáticos, Temas e Subtemas Gerados a Partir das Entrevistas	89

LISTA DE FIGURAS

Introdução

Figura 1. Trajetória de emancipação do jovem egresso do sistema de proteção.....15

Capítulo II

Figure 1. Flow diagram of all stages of the literature search 40

Figure 2. Forest plots for the meta-analyses on employment outcomes for care leavers..... 48

Figure 3. Forest plots for the meta-analyses on education outcomes for care leavers 49

Capítulo V

Figura 1. Modelo ecológico obtido a partir dos fatores de risco e de proteção encontrados ... 97

Conclusão

Figura 1. Triangulação de resultados realizada a partir do desenho de métodos mistos..... 104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIHW	<i>Australian Institute of Health and Welfare</i>
ASJTET	<i>Área de Apoyo a los Jóvenes Tutelados y Ex-Tutelados</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAZ	Fundação de Ação Social
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FEPA	<i>Federación de Entidades con Proyectos y Pisos Asistidos</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFH	Instituto Fazendo História
JCR	<i>Journal Citation Reports</i>
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
ONG	Organização Não Governamental
OR	<i>Odds Ratio</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PRISMA	<i>Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses</i>
PWI-SC	<i>Personal Well-Being Index – School Children</i>
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SLSS	<i>Student Life Satisfaction Scale</i>
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UdG	<i>Universitat de Girona</i>
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UN	<i>United Nations</i>
YWCA	<i>Young Women's Christian Association</i>

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral compreender como ocorre o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta. Está composta de cinco capítulos: uma revisão sistemática; uma metanálise; dois estudos empíricos quantitativos com adolescentes em preparação para o desligamento; e um estudo de caso coletivo com jovens egressos e profissionais das unidades de acolhimento. Utilizou-se o desenho de métodos mistos e diversas fontes de dados a fim de atingir a triangulação e um equilíbrio entre as diferentes abordagens de pesquisa. Em conjunto, os estudos revelam diversas necessidades dos jovens em processo de transição no contexto da proteção especial no Brasil e apontam diretrizes para a melhora da assistência a essa população. Conclui-se que é preciso garantir a observância às leis e resoluções já existentes, bem como formular programas e políticas públicas específicas que favoreçam a preparação dos acolhidos e a garantia dos direitos daqueles que já egressaram.

Palavras-chave: adolescência; acolhimento institucional; transição para a vida adulta; sistema de proteção.

ABSTRACT

The main objective of this thesis was to analyze the transition process of youth aging out of care in Brazil. The thesis is composed of five chapters: a systematic review; a metanalysis; two quantitative studies with adolescents preparing to leave care; and one collective case study with foster youth and caregivers. We used mixed methods and diverse data sources to achieve data triangulation and balance between different research approaches. Together, studies revealed multiple needs of young people aging out of care in Brazil, offering guidelines to improve foster youth assistance. We conclude that it is necessary to ensure compliance of Brazilian protection laws, as well as to develop new programs and specific policies to favor care leavers preparation and guarantee the rights of those who already left the welfare system.

Key-words: adolescents; care leavers; foster care; welfare system.

INTRODUÇÃO

Esta tese se situa em um cenário nacional marcado pelo processo gradativo de vitimização letal da juventude (Cerqueira et al., 2017). Não faltam relatórios e notícias atuais para denunciar, dentre outros dados alarmantes, números expressivos de vítimas fatais como o índice de 318 mil jovens mortos entre os anos de 2005 e 2015 (Waiselfisz, 2015). A casuística por detrás desse índice é ampla e complexa, mas a falta de oportunidades de educação e trabalho é certamente um dos principais aspectos que impulsiona os jovens a criminalidade violenta. Enquanto relatórios do Banco Mundial apontam que “o potencial produtivo do país será cada vez mais determinado pela atual juventude” (Grupo Banco Mundial, 2018, p. 8), o governo gasta mais com as consequências do desamparo aos jovens do que com políticas destinadas a eles. Estima-se que o custo anual da violência contra a juventude chegue a representar 1,5% do PIB brasileiro (Cerqueira & Moura, 2013).

Se de forma geral a juventude brasileira sofre com uma realidade desfavorável e com a falta de apoio do poder público para superá-la, o que dizer de jovens egressos do sistema de proteção? O mais coerente seria supor que, ao menos por evidentes motivos econômicos, estes jovens estivessem especialmente amparados em seu processo de transição para a vida adulta, considerando sua particular situação de vulnerabilidade. Mas a realidade com a qual me deparei atuando como profissional psicóloga em instituições que prestam serviços a unidades de acolhimento, não foi de um olhar atento aos adolescentes prestes a completar a maioridade. Não foram raras as situações em que a questão a ser trabalhada pelos adolescentes acolhidos em seus processos terapêuticos, esteve relacionada à angústia e a incerteza provocada pela saída compulsória do sistema de proteção por motivo de maioridade.

A inquietude, provocada pelo descaso frente ao futuro dos adolescentes que estavam presentes a deixar seus abrigos e casas-lares, despertou a necessidade de buscar alternativas que pudessem atender às carências desses meninos e meninas. Eram demandas que se referiam a direitos sobre quais os adolescentes nem tinham consciência que possuíam, como o de preparação gradativa para a autonomia e o de moradia subsidiada para a transição (Brasil, 1990). Mobilizada por essas questões, fui me deparando com a complexidade do processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta, e percebendo que este era um tema de preocupação não só meu, mas de muitos pesquisadores ao redor do mundo. A partir de uma visita ao Brasil da Profa. Carme Montserrat, especialista na temática que viria a ser minha coorientadora, comecei a me aproximar da vasta literatura sobre o tema e de diversos programas e serviços voltados para egressos do sistema de proteção.

O anseio por contribuir para a resolução desses processos de transição marcados por tanto mal-estar, me entusiasmava a desenvolver um projeto de intervenção que permitisse terminar o doutorado com um produto a ser usufruído por diversos jovens brasileiros. Para tal, entendi que precisava ser orientada pelo Prof. Jorge Sarriera que, por sua extensa trajetória em trabalhos interventivos voltados à juventude, poderia contribuir muito com minha caminhada.

As contribuições de fato vieram já na elaboração do pré-projeto, quando a ideia inicial de construir um programa de intervenção foi questionada. A frustração com a perspectiva de não trabalhar com intervenção no doutorado logo deu lugar a certeza de que antes de tudo era necessário compreender mais sobre esse fenômeno no contexto brasileiro. Fomos constatando que os censos e relatórios com dados sobre egressos do sistema de proteção no Brasil estavam desatualizados e incompletos, e que os poucos esforços acadêmicos para construir conhecimento sobre o tema contavam com amostras reduzidas e desenhos metodológicos bastante simples. Estava claro que conhecer mais sobre os processos de transição dos nossos jovens acolhidos era tarefa primordial e que para tal os quatro anos de um doutorado seriam apenas o começo.

Enquanto isso nos abastecia a literatura estrangeira que, com expressivos artigos publicados sobre o tema, assegurava a relevância da problemática escolhida. Alguns textos revelaram-se especialmente importantes para o início da construção da tese e para compreender teoricamente o que até então eram queixas dos adolescentes, jovens e membros das equipes das unidades de acolhimento. Um destes textos foi o artigo publicado por Greeson (2013) que apresenta um modelo denominado de “corrente de adversidades”, referindo-se ao caminho tipicamente percorrido por jovens que saem do sistema de proteção. A Figura 1 representa essa corrente de acontecimentos, que se inicia com a emancipação marcada pela falta de habilidades de vida independente e de apoio de adultos de referência. Os resultados negativos frente a essas condições são imediatos à emancipação. As adversidades se intensificam, pois são poucas as oportunidades oferecidas a esses jovens, assim como são restritas suas rede de suporte e estratégias de enfretamento. O cenário vivido por jovens forçados a uma transição precipitada acaba por resultar em uma longa trajetória permeada por dificuldades e privações que costumam persistir com o passar dos anos.

Este modelo permitiu compreender o que vinha observando como profissional há alguns anos, evidenciando alguns dos principais entraves do processo de transição. Mas ele apontava essencialmente para aspectos negativos evlvidos no processo, e felizmente o percurso como psicóloga e pesquisadora também havia demonstrado que a superação dessa

condição vulnerável era possível. Por essa razão, entendemos que também era imprescindível focalizar dimensões psicossociais positivas nos estudos da tese. Essa perspectiva permitiria a continuidade de um percurso de pesquisa com foco em processos de resiliência, compreendendo a superação de adversidades como uma possibilidade de qualquer indivíduo através da interação entre fatores de risco e fatores de proteção (Masten, 2001).

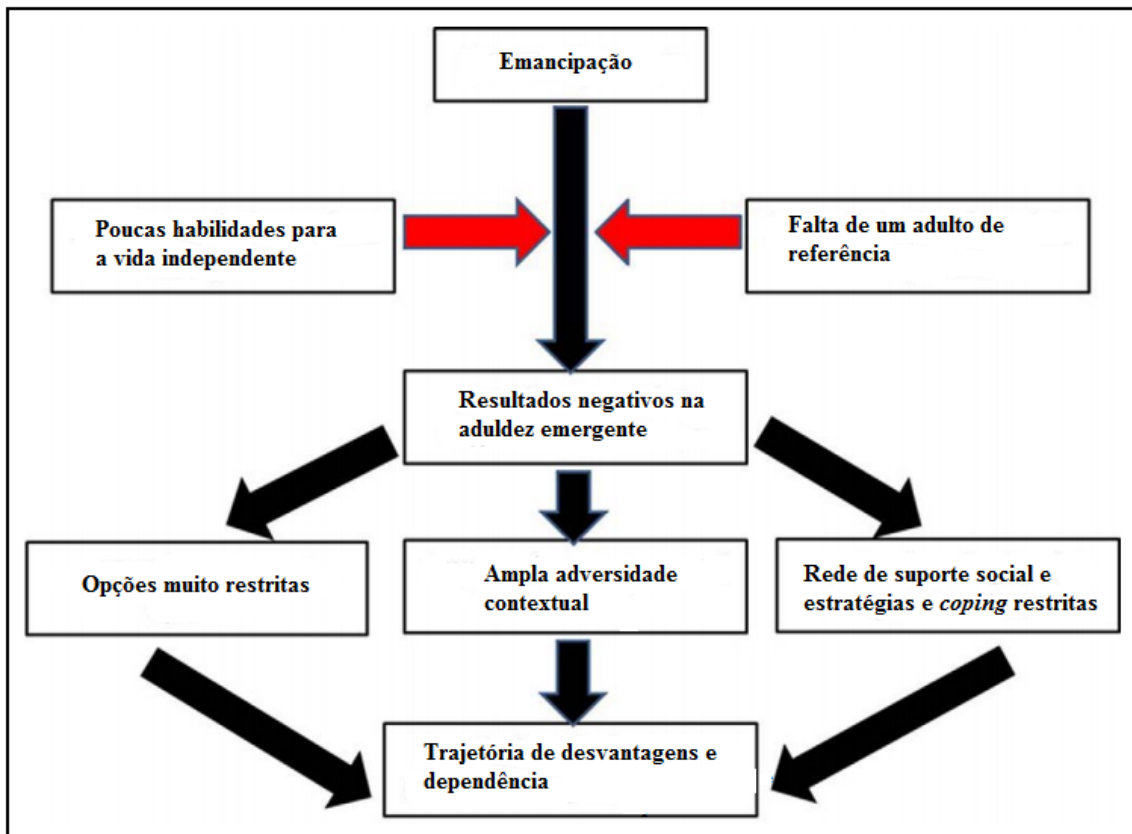


Figura 1. Trajetória de emancipação do jovem egresso do sistema de proteção (Greeson, 2013, p.43).

Junto à perspectiva positiva adotada na tese, optou-se pelo desenho de métodos mistos, investigando o fenômeno utilizando diferentes estratégias de coleta e análise de dados (Bruggemann & Parpinelli, 2008). O uso de métodos quantitativos e qualitativos favoreceu a superação das limitações que ambas as perspectivas possuem quando utilizadas isoladamente. Conforme sugere Creswell (1994), ao utilizar a abordagem mista de triangulação concorrente buscou-se o equilíbrio entre as desvantagens de uma abordagem e as fortalezas de outra. Para garantir a triangulação dos dados, além das diferentes abordagens metodológicas, utilizaram-se também diversas fontes de dados, permitindo a compreensão do fenômeno da transição sob três perspectivas: a dos adolescentes prestes a sair do acolhimento, a dos cuidadores responsáveis por esses adolescentes, e a dos jovens que já egressaram do sistema.

Desta forma, desenharam-se inicialmente três estudos com objetivo geral de compreender como ocorre o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta, identificando as principais necessidades dos adolescentes e jovens, a fim de contribuir para melhorias das políticas e serviços destinados a essa população. Os três estudos se desdobraram em cinco capítulos que aqui estão apresentados como textos independentes organizados em introdução, método, resultados discussão e conclusão.

O primeiro capítulo intitula-se “Favorecendo a transição entre o acolhimento e a vida adulta: uma revisão sistemática sobre intervenções”. Trata-se de um mapeamento da produção científica sobre programas de intervenção para favorecer o processo de transição entre o acolhimento institucional ou familiar e a vida adulta. Selecionaram-se estudos de forma sistemática, produzidos no período entre 2006 e 2016, ano em que a pesquisa foi conduzida. Pela extensa produção científica internacional sobre o tema, e considerando o objetivo geral da tese de contribuir para melhorias das práticas, optou-se por focar estudos de intervenção, a fim de identificar os fracassos e conquistas de programas e serviços já existentes. Este primeiro estudo ofereceu base para pensar os seguintes e foi desenvolvido entre o primeiro e o segundo ano do doutorado, tendo sido finalizado durante o período de estágio sanduíche na *Universitat de Girona* (UdG), na Catalunha, Espanha.

Durante o processo de busca e análise dos artigos da revisão sistemática, identificaram-se diversos estudos que apresentavam objetivos e resultados semelhantes e muito relevantes no que se referia a variáveis preditoras de resultados dos jovens após o desligamento. Nesta etapa, participava de um projeto de pesquisa em parceria entre pesquisadores da UdG e da *Univesitat de Barcelona* para investigar aspectos relacionados à acolhimentos familiares na região da Catalunha. Por incentivo dos pesquisadores envolvidos nesse projeto, compreendi que existia a possibilidade de reunir os resultados de diferentes estudos a fim de verificar o tamanho do efeito de determinadas variáveis em resultados apresentados por jovens em processo de transição. Esse trabalho de síntese e análise de indicadores de bons resultados após o desligamento permitiria contribuir para o avanço do conhecimento sobre o fenômeno, assim como para complementar os resultados dos estudos empíricos da tese.

Desta maneira, tomou forma o segundo capítulo da tese, intitulado “*Pathways from Care to Education and Employment: A Meta-Analysis*”. A complexidade e o rigor metodológico envolvidos em processos de metanálise exigiram meses de trabalho e a colaboração de outros pesquisadores na construção deste capítulo. Dra. Gemma Crous, colega da UdG, participou da seleção dos artigos, assim como da extração dos resultados de cada um deles para posterior análise. Dra. Anouk Goemans, da *Leiden University*, compôs a equipe por

sua experiência em metanálises no contexto da proteção de crianças e adolescentes, assessorando o processo de análise de dados. O segundo capítulo é, portanto, resultado de um intenso processo de intercâmbio e de internacionalização da ciência. O aprendizado resultante do trabalho em colaboração com estes pesquisadores foi certamente uma das diversas contribuições do estágio sanduíche para esta tese e minha formação acadêmica.

De volta ao Brasil, após nove meses de experiências e aprendizado na UdG, iniciou-se a coleta para o terceiro e o quarto capítulos da tese. Estes dois são resultado da aplicação de um instrumento desenvolvido especificamente para a pesquisa (composto por cinco escalas e 22 questões sociodemográficas) em 190 adolescentes entre 14 e 18 anos. Os participantes estavam acolhidos em abrigos e casas-lares de três cidades brasileiras (Curitiba, Porto Alegre e São Paulo) e preparavam-se para o desligamento por motivo de maioridade. Em Curitiba e Porto Alegre os questionários foram aplicados por mim e por colegas membros do Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária. Em São Paulo contamos com a colaboração dos psicólogos e assistentes sociais do Grupo Nós¹ que foram treinados para aplicar o instrumento nas instituições atendidas pelo projeto.

O terceiro capítulo tem como título “Expectativas de futuro de adolescentes frente ao desligamento do acolhimento institucional: contribuições do suporte social, prontidão para a saída e satisfação com a vida”. Através desse estudo buscou-se investigar as expectativas de futuro dos adolescentes acolhidos, bem como compreender os aspectos que favorecem o aumento ou diminuição dessas expectativas. Utilizou-se a técnica de análise discriminante para identificar características de perfil que diferenciam os grupos de adolescentes com maiores e menores expectativas de futuro. Partimos da concepção de que altas expectativas de futuro são protetivas no processo de transição, influenciando as decisões e motivando o comportamento (Locatelli, Bzuneck, & Guimarães, 2007). Por isso, a partir de seus resultados este capítulo contribui para pensar diretrizes que favorecem melhores perspectivas de futuro em adolescentes prestes a deixar as unidades de acolhimento.

O quarto capítulo, “*Educational background, educational expectations and organized activity participation among adolescents aging out of care in Brazil*”, aborda os aspectos de escolaridade e expectativas educacionais dos adolescentes e sua relação com a participação em atividades extracurriculares. As relações entre as variáveis são analisadas através de regressões lineares e logísticas, bem como análises de qui-quadrado. O nível educacional é um dos mais salientados fatores protetivos para a superação de adversidades tipicamente

¹ Grupo Nós é um programa voltado para adolescentes e jovens egressos do acolhimento, dentre os vários programas do Instituto Fazendo História (IFH). O IFH tem como missão colaborar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes com experiência de acolhimento, através de programas que prestam diferentes serviços a unidades de acolhimento na cidade de São Paulo.

enfrentadas no processo de transição (Courtney & Hook, 2017; Jackson & Martin, 1998; Pecora et al., 2006). O efeito protetivo de um bom nível educativo transcende as diferenças contextuais e culturais, de modo que a educação no contexto do acolhimento tem sido amplamente estudada em diversos países. Este quarto capítulo da tese representará o Brasil em uma coletânea de estudos desenvolvidos em oito países, a ser publicada no livro *“Education in out of home care: International perspective on policy, practice and research”*.

Para o último capítulo da tese, realizaram-se entrevistas com treze jovens egressos do sistema de proteção, com idades entre 18 e 24 anos, e cinco cuidadores indicados como figuras de referência por esses jovens. O objetivo geral deste estudo de casos múltiplos foi conhecer em profundidade como se dá a transição entre o acolhimento institucional e a vida emancipada, identificando fatores de risco e de proteção envolvidos nesse processo. Por seu caráter qualitativo, este último estudo permite aprofundar alguns dos aspectos pincelados nos estudos anteriores. Os resultados confirmam alguns dos fatores de risco e de proteção já amplamente reconhecidos dos processos de transição, assim como revela características específicas e estruturais que dizem respeito aos diferentes níveis contextuais nos quais estão inseridos nossos jovens.

A tese se encerra com uma conclusão geral, seção em que nos dedicamos a alinhar os cinco capítulos, integrando seus resultados. As implicações para o avanço do conhecimento e da melhoria da assistência aos adolescentes e jovens em processo de transição são destacadas. Por fim, apresentam-se as limitações dos estudos e da tese como um todo, bem como sugestões para a superação das mesmas através de pesquisas futuras.

CAPÍTULO I

FAVORECENDO A TRANSIÇÃO ENTRE O ACOLHIMENTO E A VIDA ADULTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE INTERVENÇÕES²

Resumo

O objetivo deste artigo foi mapear a produção científica sobre programas de intervenção para favorecer o processo de transição entre o acolhimento institucional ou familiar e a vida adulta. Através de uma revisão sistemática da literatura, foram selecionados 20 artigos produzidos no período de 2006 a 2016 e indexados nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), PubMed, PsycINFO, *Pro Quest Psychology Journals* e *Web of Science*. Prevaleram os estudos norte-americanos, de delineamento quantitativo tanto longitudinal quanto transversal. Os estudos avaliaram os programas de intervenção através de análises do processo (15), efeito (15) e impacto (2). Os programas variaram em formato (moradia, pontuais e contínuos); conteúdo oferecido (habilidades para a vida independente, educação, trabalho) e método utilizado (participativo ou passivo). Além de analisar as fortalezas e fraquezas de cada programa, o artigo discute a importância dos processos avaliativos para a prática e avanço científico. Conclui-se que para favorecer o processo de transição os programas devem ter duração continuada; aliar treinamento em habilidades para a vida independente com acompanhamento sócio emocional e inserção comunitária; respeitar as diferenças individuais dos participantes e considerá-los como agentes ativos na tomada de decisões.

Palavras-chave: acolhimento institucional; acolhimento familiar; adolescência; intervenção psicossocial; transição para a vida adulta.

Abstract

The objective of this study was to map scientific articles on intervention programs for youth transitioning from out-of-home care. Twenty articles published between 2006 and 2016 were selected through a systematic review of literature. These articles were indexed in the following databases: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), PubMed, PsycINFO, *Pro Quest Psychology Journals* and *Web of Science*. The majority of the articles were written in North

² Este capítulo foi escrito em coautoria com a colega Vitória Ermel Córdova, o orientador Prof. Dr. Jorge Sarriera e a coorientadora Profa. Dra. Carme Montserrat e será publicado no volume 26, número 3, do periódico *Temas em Psicologia*.

America, using either longitudinal or transversal quantitative design. The studies evaluated the interventions using three types of evaluation design: process (15), effect (15) and impact (2). The programs differed in type (housing, short-term and or long-term); content (independent life skills, education and work); and method (different degrees of participation). Besides exploring the strengths and weaknesses of each intervention program, this article discusses the relevance of the evaluation processes to scientific advance in this field. As a conclusion, it is argued that to favor the transition process the intervention should have the following characteristics: in long-term basis; combine independent life skills with emotional, social and community support; to consider participants individual and cultural differences as well as their capability of making decisions.

Keywords: residential care; foster care; adolescence; intervention programs; transition from care to adulthood.

Introdução

A emancipação de jovens com história de acolhimento tem se mostrado tema de interesse no meio científico, com um número considerável de publicações nos últimos dez anos. As publicações são expressivamente mais numerosas fora do Brasil, no entanto o interesse pelo tema no nosso país também se observa, por meio de alguns artigos (Martinez & Soares-Silva, 2008; Rosa, Nascimento, Matos & Santos, 2012), teses e dissertações defendidas recentemente (Costa, 2012; Medrado, 2010; Moreira, 2013; Romanelli, 2013).

Ao se acercarem da maioridade, os adolescentes que vivem em instituições de acolhimento enfrentam a necessidade de se responsabilizarem pelas próprias vidas. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou, entre março de 2012 e março de 2013, um levantamento com 86,1% do total de unidades de acolhimento do país, e constatou que nesse período 1.141 adolescentes acolhidos foram desligados dos serviços por completarem 18 anos. Esse número é especialmente maior nas regiões Sul e Sudeste, sendo São Paulo e Rio Grande do Sul os estados que mais realizaram esse tipo de desligamento.

A literatura tem apontado que, de forma geral, o jovem que completa a maioridade em uma instituição de acolhimento apresenta desvantagens quando comparado ao jovem que cresceu junto à família (Hudson & Nandy, 2012; Mersky & Janczewski, 2013). O acolhimento institucional pressupõe fatores de risco para o desenvolvimento como negligência, abandono, maus-tratos, abuso sexual, pobreza, entre outros (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). Somada a história de vulnerabilidade, os jovens egressos enfrentam a exigência de uma emancipação rápida para a qual nem sempre foram preparados (FEPA, 2014; Montserrat, Casas, & Sisteró, 2015).

As experiências desses jovens colocam-nos numa posição de vulnerabilidade e maior risco de desemprego (Stewart, Kum, Barth, & Duncan, 2014), abuso de substâncias ilícitas (Hudson & Nandy, 2012), problemas de saúde (Rahamim & Mendes, 2016), paternidade/maternidade precoce (Oshima, Narendorf, & McMillen, 2013), conflito com a lei (Mersky & Janczewski, 2013) e situação de rua (Dworsky, Napolitano, & Courtney, 2013). Contudo, diversos estudos têm apontado as possibilidades de superação dos fatores de risco a que estão submetidos esses jovens, investigando aspectos de resiliência nessa população. Na Espanha e nos Estados Unidos pesquisadores identificaram diferentes perfis de adolescentes e jovens em transição entre o acolhimento e a vida adulta, dividindo-os em grupos que variaram dos menos adaptados aos mais resilientes (del Valle, Bravo, Alvarez, & Fernanz, 2008; Yates & Grey, 2012). Os estudos constataram que muitos adolescentes superam as condições adversas, mas salientam que os jovens podem ser resilientes em alguns domínios e em outros não, apontando para a importância de trabalhar com essa população aspectos globais (cognitivos, sociais, emocionais, físicos, etc.).

Nesse sentido, o processo de emancipação do jovem egresso do sistema de proteção é um trajeto único e pessoal determinado pelos laços com a família de origem e a instituição de acolhimento, e também pelas características de personalidade de cada indivíduo. A influência do contexto na emancipação aponta para a necessidade de políticas e programas específicos que facilitem esse processo dinâmico e pessoal, quando realizado fora do contexto familiar. O processo poderá ser bem sucedido, sempre e quando forem organizados planos de ação que considerem as características de cada jovem (FEPA, 2014).

Nas últimas décadas, organizações e instituições do primeiro, segundo e terceiro setores de diversas nacionalidades, desenvolveram iniciativas com objetivo de facilitar a transição para a vida adulta de jovens antes e após a saída do sistema de proteção. São alguns exemplos destas intervenções: o *Foster Care Independence Act (P.L. 106-169)*, nos Estados Unidos; a *Área de Apoyo a los Jóvenes Tutelados y Ex-Tutelados (ASJTET)*, na região da Catalunha, na Espanha; o Grupo NÓS do Instituto Fazendo História, no Brasil; o programa *Punt de Referència*, na Espanha; o programa *Strive* da promovido pela YWCA do Canadá; e o programa *Corporate Parenting*, no Reino Unido. Estas iniciativas possuem em comum a meta de favorecer a transição para a vida adulta, abordando aspectos que vão desde moradia, atividades de vida diária, estudo e preparação para o trabalho, a relacionamentos interpessoais, participação comunitária e projetos de vida.

Intervenções são ações planejadas com objetivo de atingir determinada mudança a fim de resolver um problema (European Commission, 2014). Num contexto psicossocial, como o da transição entre o acolhimento e a vida adulta, a ação interventiva envolve uma

complexidade importante, pois atravessa diversos níveis (pessoal, relacional, comunitário...) para chegar promover as mudanças a que se propõe (Nelson y Prilleltensky, 2005). Por esse motivo, intervenções psicossociais envolvem planejamento minucioso e execução precisa, para cuja realização existem diretrizes específicas a serem seguidas. Os passos que orientam a formulação de programas de intervenção são basicamente os seguintes: levantamento de necessidades e análise do contexto; desenho do programa; análise da viabilidade; aplicação do programa; disseminação e avaliação da intervenção (European Commission, 2014; Blanco & Valera, 2007).

As etapas de avaliação e disseminação envolvem compreender em que medida o programa impactou nas mudanças ocorridas, mas também difundir os resultados à comunidade, num movimento de retorno à pesquisa. Esta revisão sistemática desenvolve-se com interesse nesse formato de estudos em que se buscam respostas conectadas às reais necessidades de determinado grupo de pessoas. O objetivo geral foi mapear a produção científica dos últimos dez anos no que se refere a programas de intervenção para favorecer o processo de emancipação de adolescentes e jovens que deixam o sistema de proteção por motivo de maioridade. Sintetizaram-se os principais resultados dos estudos selecionados, a fim de fornecer base científica para futuras pesquisas, intervenções e políticas públicas direcionadas a essa população.

Método

A condução desta revisão sistemática seguiu as diretrizes do protocolo *PRISMA* (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), que está organizado em quatro etapas: Identificação, Seleção, Elegibilidade e Inclusão (Liberati et al., 2009). Na etapa de identificação realizaram-se as buscas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed, PsycINFO, *Pro Quest Psychology Journals* e *Web of Science*. Os seguintes termos foram utilizados: “*foster care*”; “*foster youth*”; “*young adult*”; “*young people*”; “*transition from*”; “*aging out*”; “*leaving*”; “*independent living*” e “*autonomy*”. A maioria deles não está indexada nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), para definir quais seriam os termos mais adequados foi necessário realizar uma revisão das palavras-chave utilizadas em artigos sobre o tema, além de consultas a pesquisadores da área. A combinação dos termos seguiu o critério “a + b + c”, sendo: (a) contexto (*foster care; residential care; out of home care; care system*); (b) situação (*transition from; aging out; leaving; independent living; autonomy*); e (c) amostra (*foster youth; young adult; young people*). Uma por vez as buscas foram realizadas, gerando todas as combinações possíveis, considerando todos os

campos, sem empregar filtros. Também foram realizadas buscas em espanhol e em português. Em espanhol se utilizou o termo geral “*jovenes ex-tutelados*”. Em português foram usadas as combinações das palavras: “egressos” ou “jovens”, com “acolhimento institucional” ou “abrigo” ou “sistema de proteção”. As buscas geraram, ao todo, 2163 artigos.

Na etapa de seleção os 2163 registros foram submetidos a um rastreamento para eliminar duplicatas. Com um exemplar de cada artigo, totalizando 1585 registros, foi possível selecionar, através dos resumos, aqueles que atenderam aos objetivos do estudo. Para esse fim os seguintes critérios de inclusão foram utilizados: (1) artigos empíricos; (2) publicados nos últimos 10 anos; (3) em inglês, português ou espanhol; (4) com amostra de adolescentes e/ou jovens entre 15 e 24 anos com história de acolhimento; (5) e que apresentassem e/ou avaliassem programas e/ou serviços para favorecer o processo de transição entre o acolhimento e a vida adulta. Os resumos foram analisados por dois pesquisadores, de forma independente, e as discordâncias foram resolvidas por consenso, restando 32 artigos que atenderam a todos os critérios.

Na etapa de elegibilidade, foram excluídos 12 artigos após a leitura do texto completo, pelos seguintes motivos: (a) apresentavam resultados de pesquisas exploratórias e não de programas de intervenção; (b) apresentavam resultados de intervenções para favorecer a transição para a vida adulta com outro público que não adolescentes em situação de acolhimento; ou (c) apresentavam resultados de programas com outros objetivos que não favorecer a transição para a vida adulta. Por fim, na etapa de inclusão, restaram 20 artigos considerados para a fase de extração dos dados e análise qualitativa.

Resultados

Características dos Estudos

Do total da amostra, 14 artigos foram realizados nos Estados Unidos e o restante na África do Sul, Austrália, Canadá, Finlândia, Gana e Irlanda, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1.
Características dos Estudos

Autores/ano	País	Objetivo do Estudo	Delineamento	N	Idade
1. Brown & Wilderson (2010)	EUA	Examinar diferenças entre dois grupos que receberam o serviço	Quantitativo longitudinal (observacional)	291	18.5 média
2. Dworsky & Pérez (2010)	EUA	Examinar a implementação do programa	Quantitativo transversal (observacional)	98	20 média
3. Frimpong Manso (2012)	Gana	Examinar e descrever a preparação para a saída oferecida em Gana	Qualitativo transversal (estudo de caso)	27	23 a 40
4. Goyette, Maan-Feder, Turcotte, & Grenier (2016)	Canadá	Examinar dois programas de com objetivo de preparar para transição	Qualitativo transversal (observacional)	31	16 a 18
5. Greeson, Garcia, Kim, & Courtney (2014)	EUA	Avaliar a efetividade do programa para o aumento do suporte social	Quantitativo longitudinal (experimental)	194	16.8 média
6. Greeson, Garcia, Kim, Thompson, & Courtney (2015)	EUA	Avaliar a efetividade do programa <i>Life Skills Training Program</i>	Quantitativo longitudinal (experimental)	482	16 a 21
7. Holt & Kirwan (2012)	Irlanda	Examinar o papel do <i>keyworking</i> na preparação para a transição	Qualitativo transversal (estudo de caso)	4	21 a 24
8. Jones & Lansdverk (2006)	EUA	Descrever um programa residencial para jovens acolhidos	Quantitativo longitudinal (estudo de coorte)	206	12 a 18
9. Kirk & Day (2011)	EUA	Avaliar um acampamento de verão para jovens acolhidos	Quanti/quali longitudinal (observacional)	38	15 a 19
10. Lawler, Sayfan, Goodman, Narr, & Cordon (2014)	EUA	Avaliar o programa <i>Academy</i>	Quantitativo transversal (observacional)	478	15.6 média
11. Maposa & Louw-Potgieter (2014)	África do Sul	Avaliar programa de desenvolvimento para jovens acolhidos.	Quanti/quali transversal (observacional)	30	18 a 25
12. Mendes (2011)	Austrália	Verificar a efetividade do programa	Qualitativo longitudinal (observacional)	19	NC
13. Naccarato & Park (2009)	EUA	Verificar correlações entre os objetivos dos jovens e a participação	Quantitativo transversal (observacional)	365	17.8 média
14. Nesmith & Christophersen (2014)	EUA	Acessar a utilidade e efetividade do acolhimento desenhado para favorecer a transição	Quantitativo longitudinal (quase experimental)	88	15.3 média
15. Nsonwu, Dennison, & Long (2015)	EUA	Descrever o uso de terapias para auxiliar jovens na transição.	Qualitativo transversal (observacional)	10	16 média
16. Osterling & Hines (2006)	EUA	Descrever experiências de jovens acolhidos no programa	Quanti/quali longitudinal (observacional)	52	16.3 média
17. Senteio, Marshall, Ritzen, & Grant (2009)	EUA	Avaliar se o programa oferece oportunidade de vida adulta estável	Quantitativo longitudinal (observacional)	24	20.3 média
18. Sinkkonen & Kytälä (2015)	Finlândia	Investigar a experiência de jovens no programa de suporte à transição	Quantitativo transversal (observacional)	39	17 a 26
19. Uzoebo, Kioko, & Jones (2008)	EUA	Examinar percepções dos jovens sobre necessidades para a transição	Quanti/quali transversal (observacional)	89	16 média
20. Watt, Norton, & Jones (2013)	EUA	Descrever a perspectiva teórica e implantação do programa	Quanti/quali longitudinal (estudo de caso)	155	NC

Notas. N=Número de participantes / NC=Não consta no artigo

Alinhados aos seus objetivos, os estudos optaram por diferentes delineamentos que variaram entre: quantitativo transversal (2, 10, 13 e 18) ou longitudinal (1, 5, 6, 8, 14 e 17), de métodos mistos transversal (11, 16, 19 e 20) ou longitudinal (9), e qualitativo transversal (3, 4, 7, 12 e 15). Aqueles pesquisadores que acompanharam os participantes em mais de um tempo durante a pesquisa (*follow up*), o fizeram duas, três ou até quatro vezes. O tempo entre a primeira e a última medida, realizadas nestes estudos longitudinais, variou entre três meses e cinco anos.

No que se refere ao desenho, a maioria dos estudos (65%) se caracterizou como observacional e o restante variou entre estudos de coorte, estudos de caso e estudos experimentais ou quase experimentais. Estes últimos utilizaram grupo controle na avaliação de suas intervenções e representaram apenas 15% do total de estudos analisados.

Embora as intervenções propostas estivessem direcionadas para público semelhante, a idade dos participantes variou dos 12 aos 40 anos. A ampla variação se deu pelo fato de que os estudos se dividiram entre aqueles que incluíram: (a) somente adolescentes em preparação para a saída do acolhimento, (b) participantes que estavam tanto no período pré quanto pós-saída e (c) apenas jovens já desligados do acolhimento. Por fim, quanto aos anos de publicação, observa-se que os estudos se distribuem com certa uniformidade até 2013, com uma ligeira concentração de artigos entre os anos de 2014 e 2016 (40% do total da mostra).

Características dos Programas de Intervenção

Todos os programas analisados ofereceram serviços para facilitar o processo de transição, porém o foco e abrangência dos mesmos variaram como é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2
Características dos programas de intervenção

Programa	Objetivo	Funcionamento
1. <i>Larkin Street Youth Services</i>	Fornecer moradia, treinamento, trabalho, serviços educacionais e de saúde.	Moradias assistidas
2. <i>Campus Support Programmes</i>	Aumentar aspirações educativas colaborar para a continuidade dos estudos	Consultoria e tutoria dentro das Universidades
3. <i>Youth homes from SOS children's village</i>	Preparar os residentes para autossuficiência	Moradias assistidas
4. <i>Moving On</i>	Oferecer oportunidade de expressar emoções associadas à transição para a vida independente	Oito sessões em grupo
<i>Friendship Group</i>	Contribuir para o reconhecimento de relações disfuncionais e para o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis	Oito sessões em grupo
5. <i>The Outreach</i>	Contribuir para o desenvolvimento da rede apoio social	Encontros semanais com mentores
6. <i>Life Skill Training</i>	Contribuir para a aquisição das habilidades necessárias para a emancipação	Curso de cinco semanas em formato de sala de aula
7. <i>Keyworking</i>	NC	Acompanhamento sistemático por parte do mentor
8. <i>Academy</i>	Oferecer moradia estável e um programa educativo de preparação para a emancipação	Sistema de internato
9. <i>Michigan Educational Opportunities for Youth</i>	Favorecer o desenvolvimento da auto eficácia, habilidades de vida diária e rede de apoio.	Acampamento com quatro dias de duração
10. <i>Academy</i>	Oferecer moradia estável e um programa educativo de preparação para a emancipação	Sistema de internato
11. <i>The Mamelani Project</i>	Preparar jovens acolhidos para tornaram-se cidadãos independentes e responsáveis.	Cursos, práticas e acompanhamento sistemático
12. <i>St Luke's Anglicare Leaving Care and After Care Support Service</i>	Proporcionar assistência nas mais diversas áreas necessárias para a emancipação.	Planejamento personalizado de acordo com necessidades e características do adolescente
13. <i>Independent Living Programme of Nothern California</i>	Oferecer assistência na transição para a vida adulta.	Curso de 17 semanas em formato de sala de aula
14. <i>Creating Ongoing Relationships Effectively</i>	Contribuir para o desenvolvimento de relações com adultos de referência.	<i>Workshop</i> com duração de 12 a 17 semanas
15. <i>Foster Care Chronicles</i>	Aumentar as chances de estudos superiores e facilitar a adaptação ao contexto universitário.	Sessões semanais de terapia em grupo durante 6 a 8 meses
16. <i>Advocates to Successful Transition to Independence</i>	Contribuir para a aquisição das habilidades necessárias para a emancipação.	Encontros com mentores antes e após a saída do acolhimento
17. <i>Transition Resource Action Center</i>	Favorecer a autossuficiência.	Moradias assistidas (três tipos distintos de acordo com o grau de autonomia).
18. <i>Supportive Housing</i>	Fortalecer as habilidades de vida independente, autocontrole e senso de responsabilidade.	Moradia assistida
19. <i>VISIONS</i>	Ensinar habilidades básicas para o desenvolvimento de adultos produtivos.	Moradia assistida
20. <i>Foster Care Alumni Educational Success</i>	Incentivar a continuidade dos estudos superiores e evitar a evasão.	Consultoria e tutoria dentro da Universidade

Nota. NC = Não consta no artigo

A maioria dos programas englobou três ou mais aspectos gerais relacionados ao processo de emancipação (trabalho; estudo; moradia; relacionamentos interpessoais; habilidades para vida cotidiana; entre outros). Três estudos trataram de programas com foco em favorecer a continuidade dos estudos (2, 15 e 20). Mesmo tendo como objetivo principal a melhora no desempenho acadêmico, estes programas também contribuíram com outros aspectos para favorecer a transição, como apoio financeiro, social e emocional.

A forma como os serviços foram oferecidos aos participantes variou bastante. Foi possível distinguir três principais grupos no que se refere ao formato da intervenção: moradias; intervenções pontuais e intervenções contínuas. Os programas que ofereceram moradia a seus usuários são instituições de acolhimento com serviços específicos de preparação para a emancipação (3, 8, 10 e 19) ou repúblicas de transição entre o acolhimento e a vida independente (1, 17 e 18). As repúblicas têm como objetivo principal prevenir que os jovens se tornem desabrigados, mas também oferecem serviços de educação, saúde e treinamento de habilidades, além de suporte emocional e social.

No grupo das intervenções pontuais se enquadraram os programas que são oferecidos por instituições diferentes daquela onde o adolescente mora, com funcionamento e duração pré-determinados. São os casos de acampamentos de férias (9), cursos e *workshops* (6, 13 e 14) e encontros grupais ou de psicoterapia (4 e 15). A duração deste tipo de intervenção variou entre quatro dias e oito meses. Dentro dos programas de intervenção pontual foi possível identificar duas vertentes metodológicas, aqueles com sistemas de transmissão de conhecimento sem a participação ativa dos jovens (6 e 13), e aqueles que, mesmo com formato fixo, utilizaram metodologias participativas e atividades práticas ou vivenciais (4, 9, 14 e 15).

As intervenções contínuas são aquelas em que os programas, embora também fornecidos por instituições diferentes das de acolhimento, acompanham o adolescente e/ou jovem de forma sistemática, variando em frequência e intensidade. Encaixam-se nesta categoria alguns dos programas oferecidos pelas Universidades (2 e 20), especificamente aqueles que buscaram aumentar as oportunidades de estudo superior. O funcionamento desses programas variou de acordo com cada instituição, porém em todos eles o jovem é acompanhado durante toda sua trajetória universitária.

As intervenções contínuas com objetivos que extrapolam o desempenho acadêmico (5, 7, 11, 12 e 16) tem em comum a presença de mentores. A função do mentor varia de acordo com o programa, assim como variam as pessoas que realizam esse papel, a frequência e intensidade de contato entre os jovens e os mesmos. No entanto o objetivo principal do uso de

mentoria nestes programas é semelhante: favorecer a construção de vínculos significativos com adultos com os quais possam contar após a saída do sistema de proteção.

Avaliação e Resultados dos Programas de Intervenção

O tipo de avaliação realizada por cada estudo variou entre avaliações do processo, do impacto e do efeito. Os artigos que incluíram avaliações de processo (2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19 e 20), o fizeram para examinar a execução dos programas, analisando os procedimentos e recursos utilizados, através de entrevistas, observações, grupos focais e questionários, conduzidos durante ou após a intervenção. Foi comum neste tipo de avaliação que os pesquisadores requisitassem a opinião dos participantes e coordenadores a respeito do funcionamento dos programas e possibilidades de melhorias para edições futuras.

Avaliações do efeito da intervenção, a fim de verificar se houve mudanças na direção desejada, foram realizadas ao final de cada programa por quinze estudos. Os instrumentos utilizados para essa finalidade foram entrevistas; documentos (fichas cadastrais, registros dos profissionais e das instituições, etc.); escalas psicométricas; questionários ad hoc; e grupos focais.

Dois estudos (5 e 6) realizaram avaliação do impacto, destinada a verificar a influência da intervenção nas mudanças ocorridas, através de comparação com grupo controle. Os resultados demonstraram não haver relações significativas entre o tipo de tratamento oferecido pelo programa e a passagem do tempo. Por essa razão, estes foram dos poucos artigos cujas avaliações gerais foram classificadas como negativas. Apenas um outro programa (13) também foi avaliado negativamente, pois através de avaliação do efeito, constatou-se que o objetivo da intervenção não se relacionou com a participação dos jovens na mesma. Dois dos programas com avaliação negativa (6 e 13) utilizam metodologia expositiva, e apontaram o formato de “sala de aula” como uma das possíveis razões pelas quais os resultados não foram satisfatórios.

Ainda sobre os resultados das avaliações, a Tabela 3 revela que, embora 85% dos estudos tenham obtido resultados gerais positivos, muitos apontaram mudanças que, se realizadas, poderiam implicar em melhoras nos resultados. Por outro lado, os estudos também revelaram as principais fortalezas das intervenções praticadas.

Tabela 3
Avaliação dos Programas de Intervenção

Programa	Avaliação do Programa				Resultados do Programa	
	Tipo	Instrumento	Análise	Geral	Pontos Fortes	Pontos a melhorar
1. <i>Larkin Street Youth Services</i>	Ef	E, D	Descritivas	+	Planejamento da transição	Encaminhamento para o programa
2. <i>Campus Support Programmes</i>	Po	E, QA	Descritivas / Temática	+	Suporte Social	Seleção participantes e apoio financeiro
3. <i>Youth homes from SOS children's village</i>	Po	E,D,O	Temática	NC	Estabilidade no cuidado	Aspectos culturais e moradia pós-saída
4. <i>Moving On/ Friendship Group</i>	Po,Ef	E	Temática	+	Novo paradigma de intervenção	NC
5. <i>The Outreach</i>	Ef,Im	QA	Modelo Multinível	-	NC	Formação dos profissionais
6. <i>Life Skill Training</i>	Ef,Im	QA	Modelo Multinível	-	NC	Metodologia (expositiva)
7. <i>Keyworking</i>	Po	GF,E	Temática	+	Acompanhamento pós-saída	Formação dos mentores
8. <i>Academy</i>	Po,Ef	ES,D,QA	Descritivas / Teste <i>t</i>	+	Estabilidade no cuidado	Inserção social e comunitária
9. <i>Michigan Educational Opportunities for Youth</i>	Po,Ef	E, GF, QA	Descritivas / Temática	+	Metodologia e mentores	Interação com outros programas
10. <i>Academy</i>	Po,Ef	D,E,QA	Correlação /Regressão Múltipla	+	Relacionamentos estáveis com adultos	NC
11. <i>The Mamelani Project</i>	Po,Ef	D,E,ES	Sistemática	+	Vínculos afetivos, menos risco	Moradia pós-saída, desempenho escolar
12. <i>St Luke's Anglicare Leaving Care</i>	Po	E,GF	Temática	+	Empregabilidade e mentoria	Uso de recursos comunitários
13. <i>Independent Living Programme</i>	Ef	D,QA	Regressão Logística	+	NC	Metodologia
14. <i>Creating Ongoing Relationships Effectively</i>	Po,Ef	T1 (D,QA); T2(QA, E)	Teste <i>t</i> / Temática	+	Metodologia, formação mentores, suporte social	NC
15. <i>Foster Care Chronicles</i>	Po,Ef	GF	Narrativa	+	Metodologia participativa	NC
16. <i>Advocates to Successful Transition to Independence</i>	Po,Ef	E,GF,QA	Descritivas / Temática	+	Vínculo significativo com mentores	Interação com outros programas, mentores
17. <i>Transition Resource Action Center</i>	Ef	QA	Qui-quadrado	+	Empregabilidade	Escolaridade/interação com a comunidade
18. <i>Supportive Housing</i>	Po	QA	Descritivas / Test <i>t</i>	+	Suporte Social	Manejo finanças, emprego, saúde
19. <i>VISIONS</i>	Po,Ef	ES,GF	NC	+	Metodologia participativa	Desafios da vida independente
20. <i>Foster Care Alumni Educational Success</i>	Po,Ef	E,O,QA,GF, D	Descritivas / Temática	+	Metodologia participativa	Desempenho acadêmico

Notas. Ef=Efeito / Im=Impacto / Po=Processo / GF=Grupo Focal / E=Entrevista / ES=Escala Validada / QA=Questionário ou Escala Ad Hoc /O=Observação / D=Documentos / NC=Não consta no artigo.

No que se refere às fortalezas e fraquezas (pontos a melhorar), foi possível identificar algumas características em comum entre os aspectos levantados pelos estudos. O primeiro deles diz respeito à importância da integração dos participantes com a comunidade e adaptação do programa ao contexto sociocultural, para atingir bons resultados. Outro aspecto se refere à necessidade de utilização de metodologias participativas alinhadas aos interesses e necessidades dos jovens. A expressão “empoderamento” (*empowerment*) foi amplamente utilizada pelos autores para se referir ao lugar de destaque que o jovem deve ocupar, tomando suas próprias decisões e construindo seus planos de futuro.

Embora o foco dos programas tenha sido a conquista da autonomia, os estudos destacaram como outro aspecto primordial para a obtenção de bons resultados a vinculação com adultos de referência. Seja como ponto forte do programa, ou aspecto a ser mais incentivado em edições futuras, o suporte social e os relacionamentos estáveis ocuparam lugar central nos resultados descritos pelos autores.

Um último aspecto comum a mais de um estudo, foi um paradoxo encontrado entre a constatação da importância em empreender esforços para a avaliação de programas de intervenção, e a dificuldade encontrada para concretizá-la. Fatores como escassez de recursos e pessoal, dificuldade de acesso aos participantes e componentes éticos, foram apontados como entraves para os processos avaliativos.

Discussão

A análise dos artigos desta revisão sistemática revelou aspectos interessantes que permitem reflexões, primeiramente no que se refere aos resultados dos programas e suas contribuições para pesquisas e intervenções futuras, mas também sobre os diferentes tipos de avaliação conduzidas e a importância destes processos para o avanço do conhecimento no tema.

Uma das principais contribuições dos resultados obtidos nos artigos se refere aos conteúdos que devem compor as intervenções. A maioria dos programas optou por centrar seus objetivos nos temas da educação (escolarização) e preparação para o mercado de trabalho, assim como no treinamento de habilidades básicas para vida independente (encontrar um local para morar, fazer compras, administrar dinheiro, pagar contas, localizar-se e usar meios de transporte, cozinhar, etc.). Estas escolhas possivelmente são reflexo de uma extensa gama de estudos e políticas desenvolvidas na década de 90, início dos anos 2000, com foco no treinamento de habilidades para viver de forma independente – *independent life skills* - (Mallon, 1998; McMillen, Rideout, Fisher, & Tucker, 1997). A importância de que adolescentes em situação de acolhimento estejam preparados para realizar tarefas cotidianas e

conquistar bons postos de trabalho é incontestável. No entanto, os resultados aqui encontrados, assim como de estudos exploratórios mais recentes, destacam a importância de que outros conteúdos também sejam contemplados nos programas de intervenção que preparam para a vida adulta.

Pesquisas conduzidas com adolescentes e jovens brasileiros demonstram que estão envolvidos no processo de transição, além do despreparo para lidar com as tarefas do dia a dia (Martinez & Soares-Silva, 2008), dilemas como: a ambiguidade entre o medo de deixar a instituição e o desejo de liberdade (Medrado, 2010); o estigma e preconceito da sociedade (Costa, 2012; Medrado, 2010); e as necessidades especiais de cada jovem (Martinez & Soares-Silva, 2008). Esses dilemas também foram destacados pelos participantes dos estudos aqui revisados. Muitas das fortalezas ou pontos a melhorar nos programas se referiam a conteúdos que, incluídos nos objetivos das intervenções, poderiam contribuir para a superação de dificuldades que extrapolam aspectos práticos do cotidiano. O favorecimento de relações com adultos de referência; a rede de apoio; o suporte sócio emocional; e a satisfação com o relacionamento com educadores ou mães sociais, são alguns dos exemplos de aspectos destacados pelos participantes como essenciais para um processo de transição saudável.

Alguns dos programas analisados já apresentavam preocupação especial com aspectos sociais e emocionais, como por exemplo, os programas *Foster Care Chronicles* (Nsonwu et al., 2015), *Moving On* e *Friendship Group* (Goyette et al., 2016). Estas propostas partiram do pressuposto de que a transição para a vida adulta está influenciada por uma série de fatores que extrapolam a responsabilidade individual, para intervir terapêuticamente na expressão de emoções associadas à saída do acolhimento e na construção de relacionamentos saudáveis (Goyette et al., 2016). Já propostas como a do *The Outreach* (Greenson et al., 2014) e *Keyworking* (Holt & Kirwan, 2012) apostaram no sistema de mentoria para desenvolver a rede de apoio social ao mesmo tempo em que ofereceram treinamento de habilidades. O relacionamento com mentores vem sendo apontado como uma estratégia efetiva para promover resiliência e amenizar o caminho normalmente árduo que enfrentam os jovens com história de acolhimento (Greenson, 2013).

Além do conteúdo, outro aspecto que se revelou fundamental para o êxito dos programas foi o tipo de metodologia utilizada. Duas constatações merecem destaque no que se refere à forma como as intervenções foram oferecidas: (1) os programas devem promover a participação ativa dos jovens, e (2) o formato da intervenção precisa adaptar-se ao contexto e necessidades dos participantes. Estas duas premissas estão relacionadas, já que, no contexto das intervenções psicossociais, a conquista de uma participação ativa garante o respeito às diferenças individuais e contextuais (Montero, 2004). Nesse sentido, os programas serão

eficazes sempre e quando os adolescentes e jovens forem considerados agentes capazes de decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, num movimento de empoderamento, bastante destacado como diferencial por algumas das intervenções analisadas (Horochovski & Meirelles, 2007).

É interessante observar que a formulação de políticas públicas para jovens em transição entre o acolhimento e a vida adulta no contexto brasileiro, estão em consonância com diversos aspectos destacados pelos estudos como eficazes no favorecimento da autonomia. O acolhimento institucional no Brasil é regulamentado por documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (Brasil, 2006) e as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2008). O PNCFC tem como objetivo fundamental promover uma mudança no paradigma do atendimento as criança e adolescentes, através do reordenamento dos programas de acolhimento. Dentre as diretrizes que o compõe está, por exemplo, o “Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração de seu projeto de vida” (Brasil, 2006, p.71), através de uma metodologia participativa que possibilite aos acolhidos o exercício de seu protagonismo. Por sua vez, o documento de orientações técnicas para os serviços de acolhimento prevê a existência de repúblicas como opção de moradia subsidiada para egressos do sistema de proteção. Estas se caracterizariam como uma etapa intermediária na construção da autonomia, oferecendo oportunidade de autogestão, porém com acompanhamento e espaços de escuta e construção de soluções e projetos de vida (Brasil, 2008).

Em termos práticos, no entanto, verifica-se que estas políticas não estão sendo implantadas. As repúblicas não são uma realidade para muitos estados brasileiros, em 2014 existiam oficialmente no país apenas 39 unidades de acolhimento voltadas especificamente para jovens, a maioria (26 unidades) localizada na região Sudeste (MDS, 2015). Também se observa ainda um longo caminho a ser percorrido no que se refere à mudança de paradigma no atendimento à população acolhida. Dentre as metas previstas pelo PNCFC para 2015, estavam ações diretamente relacionadas à preparação de jovens e adolescentes para autonomia, envolvendo nesse processo diferentes setores da sociedade civil. No entanto, estudos recentes têm revelado o despreparo ainda enfrentado pelos jovens brasileiros na saída do acolhimento, bem como a falta de opções de moradia, educação e trabalho destinadas aos mesmos (Martinez & Soares-Silva, 2008; Moreira, 2013; Romanelli, 2013; Rosa et al., 2012).

A avaliação permanente dos programas e políticas públicas é uma das formas de garantir com que sejam implantadas de forma efetiva. Avaliar permite estimar os resultados e julgar o valor, para que se possam tomar as decisões sobre a continuidade das propostas (Cohen &

Franco, 1993). Os estudos aqui analisados obtiveram resultados no que se referiu ao processo, aos efeitos e ao impacto das intervenções conduzidas. Um processo avaliativo completo deveria incluir as três modalidades de avaliação, em primeiro lugar a de processo, para comprovar que as atividades estão ocorrendo corretamente e em consonância com o planejamento inicial. A avaliação de efeito determina se ocorreram as mudanças desejadas e em que medida estas se deram. Já a avaliação de impacto permite verificar se os resultados obtidos podem ser atribuídos a intervenção em si (Cohen & Franco, 1993; Blasco & Casado, 2009).

Não há consenso na literatura sobre as diferentes formas de avaliação de intervenções e qual o desenho, método e técnicas se devem utilizar para cada tipo. Essa dificuldade provoca uma confusão que pôde ser observada em alguns estudos, havendo casos em que os autores informavam que haviam avaliado impacto, quando na realidade verificavam o que entendemos como efeitos do programa. De acordo com as análises realizadas, apenas dois estudos conduziram avaliações de impacto, comparando jovens acolhidos que foram submetidos aos programas, a outros que não participaram. Estes dois estudos constataram que as mudanças observadas não estiveram relacionadas à participação ou não na intervenção, revelando a importância de que este tipo de avaliação seja retomada, para que se possa repensar os objetivos e redesenhar o programa.

Outro aspecto que merece destaque no que se refere à avaliação de programas de intervenção, foram os entraves e dificuldades relatados por alguns dos pesquisadores para conduzir os processos avaliativos. De acordo com Blasco e Casado (2009), alguns aspectos são especialmente difíceis de mensurar pois fazem referência a construtos pouco concretos, como por exemplo, o aumento da autonomia. Nesses casos, a dificuldade reside principalmente em mensurar um fenômeno de natureza imensurável, selecionando método, instrumentos e medidas capazes de dar conta dessa tarefa. Para além destes entraves, estão ainda a dificuldade em acessar os participantes, os recursos financeiros necessários para tal, e os aspectos éticos envolvidos ao realizarmos pesquisa com pessoas cujas histórias são permeadas por tanto risco.

Todos estes entraves e dificuldades não tem impedido que diversos países e instituições levem a cabo avaliações de seus programas para egressos do sistema de proteção. No entanto, observa-se que a maioria dos resultados vem sendo divulgados em relatórios e publicações próprias, divulgadas ou não em meio eletrônico. Isso explicaria a ausência de programas amplamente reconhecidos como o Grupo Nós (Brasil), o *Stive* (Canadá), e o *Punt de Referència* (Espanha) na amostra desta revisão. A falta de resultados destes e outros programas publicados em revistas indexadas, pode comprometer o avanço científico no que se

refere a propostas no contexto do acolhimento institucional, provocando uma cisão entre os profissionais que atuam na área e os pesquisadores do tema.

De acordo com Piccinini (1996) existe uma interação constante entre pesquisa e profissão sendo que nenhuma delas é viável sem a outra. Por um lado, os processos avaliativos são fundamentais para melhor compreender um fenômeno e orientar de forma eficaz futuros programas de intervenções (Ajuntament de Barcelona, 2017). Por outro, os serviços destinados aos adolescentes e jovens acolhidos, com suas equipes, ocupam um lugar privilegiado de superação dos entraves e dificuldades envolvidos nas pesquisas nesse contexto (Fernández, 2003). É imprescindível que a distância entre os dois campos seja cada vez menor, para que possamos contar com publicações de amplo alcance para embasar práticas cada vez mais eficientes no contexto do acolhimento institucional.

Conclusão

Nesta revisão sistemática com objetivo de sintetizar e refletir a respeito de resultados de programas para favorecer a transição entre o acolhimento e a vida adulta, concluiu-se que alguns aspectos são fundamentais para a eficácia dos mesmos. Primeiramente, observou-se que o formato das propostas deve respeitar as diferenças individuais e contextuais dos participantes. Os programas de duração continuada, com acompanhamento antes e após a saída do acolhimento são os melhores avaliados pelos participantes e que apresentam mudanças mais visíveis e duráveis. É importante que o conteúdo das intervenções inclua o treinamento em habilidades para a vida independente, porém, sempre aliado ao acompanhamento sócio emocional e inserção comunitária. Por fim, observou-se que a eficácia dos programas está também perpassada pela metodologia que se utiliza, sendo o método participativo, onde os jovens ocupam papel central na tomada de decisões, o que apresenta melhores resultados.

Uma limitação deste estudo reside no fato de ela estar restrita a artigos científicos. Muitos dos resultados de programas como os que foram aqui revisados, são divulgados através de relatórios, documentos oficiais ou, ainda, teses, dissertações e livros. Essa limitação restringe os resultados obtidos, porém não invalida a relevância dos mesmos. Devemos atentar para a necessidade de mais publicações científicas nesta área. Especialmente no Brasil, são urgentes estudos com essa população que embasem intervenções para promover sua qualidade de vida e resiliência. Sugere-se que os profissionais envolvidos em iniciativas direcionadas a estes jovens possam empregar esforços para avaliá-las e publicar seus resultados. Por outro lado, sugere-se que no meio científico se amplie espaço para publicações desta natureza.

CAPÍTULO V

“EU TINHA UMA VIDA E DEI DE CARA COM OUTRA”: FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO ENTRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E A VIDA ADULTA

Introdução

A transição da adolescência para a vida adulta é considerada uma etapa significativa do desenvolvimento humano e crescimento pessoal. Sua resolução culmina na aquisição do status social de adulto, sustentado pelo alcance de uma posição social decorrente do desempenho de papéis profissionais e familiares, que simultaneamente assinalam o final da juventude e caracterizam a idade adulta (Andrade, 2010; Greeson, 2013). Trata-se, portanto, de um processo intenso, permeado por desafios, perdas e conquistas.

As tarefas desenvolvimentais da juventude são comuns a diferentes grupos sociais e étnicos, estão compostas de experiências complexas e heterogêneas, caracterizadas tanto por vulnerabilidades quanto por potencialidades (Camarano, 2006). No entanto, as condições em que essas tarefas se dão variam enormemente de acordo com o contexto em que o jovem está inserido. Atualmente no Brasil existem diferentes modalidades de transição para a vida adulta provocadas pela menor sincronia na sequência dos fatos. São trajetórias não tão lineares, em que eventos como o casamento e a chegada dos filhos podem anteceder a saída da casa dos pais (Camarano, Mello, Pasinato, & Kanso, 2004; Camarano, 2006).

Na contramão dessa tendência atual estão os adolescentes acolhidos pelo sistema de proteção que, pela necessidade de deixarem as instituições ao completarem a maioridade, transitam da condição de adolescentes a adultos forçadamente, muitas vezes sem o preparo e apoio social necessários (Dias & Silva, 2012; Martinez & Soares-Silva, 2008; Rosa, Nascimento, Matos & Santos, 2012).

Transição para a vida adulta de egressos do sistema de proteção

Berzin, Singer e Hokanson (2014), ao entrevistar jovens egressos do acolhimento, constataram que eles vivenciam os mesmos dilemas do período desenvolvimental contemporâneo definido por Arnett (2004) como “adulter emergente”. No entanto, diferente dos jovens da população em geral, a emancipação para os egressos não é um processo gradual, e está marcada uma ruptura com as fontes de apoio social. A saída do acolhimento caracteriza-se como um ponto final, a partir do qual se inicia uma nova vida independente.

Um modelo desenvolvido por Greeson (2013), com base em Gotlib e Wheaton (1997), revela uma sequência de acontecimentos geralmente vividos a partir do desligamento por

motivo de maioria. Ao se emanciparem, adolescentes acolhidos, além de não contarem com apoio de adultos de referência, não apresentam habilidades para vida cotidiana como cozinhar, limpar, administrar finanças, usar transporte público e etc. De acordo com os autores, o despreparo e o desamparo têm consequências imediatas negativas, como o desemprego, o abandono dos estudos e o envolvimento em comportamentos de risco. Às consequências negativas somam-se a escassez de oportunidades oferecidas a esses jovens, os contextos adversos nos quais vivem e a falta de estratégias de enfrentamento e suporte social. Como resultado, jovens desligados compulsoriamente do acolhimento aos 18 anos, acabam por traçar uma trajetória de desvantagens e dependência persistentes ao longo dos anos.

Proteção e risco na transição entre o acolhimento e a vida adulta

Se por um lado as pesquisas revelam as condições e contextos adversos em que adolescentes acolhidos transitam para a vida adulta, por outro, estudos têm apontado as possibilidades de superação dessas adversidades, investigando aspectos de resiliência nessa população. Na Espanha e nos Estados Unidos pesquisadores identificaram diferentes perfis de adolescentes e jovens em transição para a vida adulta, dividindo-os em grupos que variaram dos menos adaptados aos mais resilientes (del Valle, Bravo, Alvarez, & Fernanz, 2008; Yates & Grey, 2012). Na amostra de jovens espanhóis 36,7% se enquadraram nos perfis de “boa” e “excelente” adaptação (del Valle et al., 2008). Enquanto que para os jovens norte-americanos 47% foram classificados no perfil “resiliente” (Yates & Grey, 2012).

A superação de adversidades através da manifestação de processos de resiliência está marcada pela variabilidade individual e pela interação entre os fatores de risco e proteção (Masten, 2001). Fatores de risco são eventos negativos que podem aumentar a probabilidade de ocorrência de problemas físicos, sociais ou emocionais (Poletto & Koller, 2006), enquanto que fatores de proteção são aspectos que modificam e melhoram a resposta do sujeito aos perigos que podem comprometer o desenvolvimento (Rutter, 1985). Durante o processo de transição entre o acolhimento e a vida adulta, histórias de vida marcadas por negligência e maus-tratos, falta de apoio social e de preparo, baixa escolaridade e problemas de saúde mental, são alguns dos principais fatores de risco apontados pela literatura (Courtney, Hook, & Lee, 2012; Greeson, 2013; Scannapieco, Smith, & Blakeney-Strong, 2016; Sulimani-Aidan, 2017). No que se refere a fatores de proteção, pesquisas destacam o apoio de adultos de referência e outras fontes de suporte social, a continuidade dos estudos, assim como a participação em programas de preparação para a vida adulta que favoreçam a inserção comunitária e o papel ativo do adolescente na tomada de decisões (Courtney, Hook, & Lee, 2012; Nesmith, 2017; Stewart, Kum, Barth, & Duncan, 2014).

No Brasil, embora sejam escassos os estudos sobre o desligamento por motivo de maioridade, algumas pesquisas com adolescentes acolhidos revelam fatores de risco e proteção comuns a essa população. Siqueira e Dell’Aglío (2007) investigaram a transição ecológica vivida por um adolescente de doze anos em processo de reinserção familiar. As autoras concluíram que a transição ocorreu de forma inadequada, pela falta de condições da família para receber o adolescente e pela falta de acompanhamento e preparo em todo o processo. Outros estudos obtiveram resultados semelhantes, apontando a necessidade de acompanhamento multiprofissional durante e após desligamentos (Azôr & Vectore, 2008); de formulação de políticas públicas que atendam essa transição (Dias & Silva, 2012); de práticas sistemáticas de auxílio aos adolescentes no enfrentamento da saída (Martinez & Soares-Silva, 2008); e de maior vinculação entre as instituições e os jovens (Rosa et al., 2012).

Paradigma ecológico

O paradigma ecológico tem contribuído amplamente para a compreensão das transições típicas do desenvolvimento humano, por entender que o indivíduo e o meio compõem uma unidade indissolúvel. Uma das teorias que compõe esse paradigma é a Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que tem dentre suas principais contribuições a formulação de um modelo explicativo da relação indivíduo-ambiente. O modelo está composto por uma série de estruturas concêntricas cujo núcleo se denomina microssistema. Nesta estrutura nuclear se dão as relações face a face: atividades, papéis, relações ou vínculos afetivos de cada indivíduo. Englobando o microssistema estão o mesossistema, composto das interações entre os diversos microssistemas do qual o ser humano faz parte, e o exossistema, composto pelos ambientes nos quais o indivíduo não é participante ativo, mas que interferem no seu desenvolvimento. A estrutura mais ampla, o macrossistema, abrange todas as outras e agrega ao modelo os sistemas cultural, político, econômico e ideológico nos quais o indivíduo se insere (Bronfenbrenner, 1999, 2005).

As transições típicas do desenvolvimento humano, ou “transições ecológicas”, ocupam lugar de destaque na Teoria Bioecológica e são compreendidas como a passagem de um microssistema a outro. Uma transição ecológica provoca alterações comportamentais e mudanças na percepção de si mesmo e dos outros. É através delas que o indivíduo se adapta e busca o equilíbrio entre suas expectativas e as oportunidades que o meio lhe oferece, favorecendo ou prejudicando o desenvolvimento, dependendo das crenças, recursos e habilidades que possui (Santana & Koller, 2004; Sarriera, 1999).

De forma geral estudos nacionais e internacionais revelam que a transição entre acolhimento institucional e a vida adulta é um processo permeado por inúmeros desafios para

os quais os adolescentes, ao serem desligados, não se encontram preparados e amparados. No cenário nacional, ainda são necessários mais esforços para clarificar as necessidades dos jovens nesse processo, bem como os aspectos que favorecem uma transição bem sucedida. Por essas razões, a luz do paradigma ecológico, tem-se como objetivo geral conhecer em profundidade como ocorre o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida emancipada, do ponto de vista dos jovens desligados por maioria e de cuidadores de instituições de acolhimento no município de Curitiba. Especificamente, este estudo pretende identificar quais são os fatores de risco e os fatores de proteção envolvidos nesse processo a fim de contribuir para melhorias nos serviços e políticas públicas destinadas a essa população.

Método

Delineamento

Trata-se de uma pesquisa transversal qualitativa, com delineamento de estudo de caso coletivo (Stake, 2000). Em estudos de caso coletivos diversos participantes são selecionados para melhor compreensão ou teorização de fenômenos contemporâneos dentro de um contexto real.

Participantes

Participaram 13 jovens entre 18 e 24 anos, egressos do sistema de proteção da cidade de Curitiba, sendo seis do sexo feminino e sete do sexo masculino. Na Tabela 1 estão descritos os dados sociodemográficos. Todos estiveram acolhidos por pelo menos dois anos e dez deles passaram por duas ou mais instituições de acolhimento. A maioria deixou a instituição com 18 anos. Quatro saíram antes de completar a maioria e um ficou até os 19 anos. Apenas três dos jovens entrevistados foram encaminhados para moradias de transição (repúblicas) após o desligamento. No que se refere à escolaridade, a maioria não tinha Ensino Médio Completo. Dos cinco que concluíram o Ensino Médio, três ingressaram na Universidade. Destes, um cursava Pedagogia, o outro Psicologia, e o terceiro havia trancado o curso de Direito.

Além dos jovens, participaram cinco cuidadores, um representante de cada uma das instituições das quais os jovens provieram. Dentre os cuidadores quatro eram mulheres e um homem, que exerciam as seguintes funções dentro das instituições: assistente social, educador ou diretor da unidade. A amostra foi selecionada por conveniência, pela dificuldade em recrutar os jovens devido ao desconhecimento de seus paradeiros e situação de risco (criminalidade, situação de rua, encarceramento, prostituição) em que alguns se encontravam. Os critérios de inclusão para os jovens foram: (1) ter entre 18 e 24 anos; (2)

ter vivido pelo menos 18 meses em uma ou mais unidades de acolhimento; e (3) ter sido desligado da instituição com 16 anos ou mais. Já os cuidadores deveriam ter pelo menos 12 meses de experiência e terem sido indicados como adulto de referência por pelo menos um dos jovens.

Tabela 1
Características Sociodemográficas dos Jovens

Jovem	Idade (anos)			Sexo	Escolaridade	Ocupação	Moradia
	Atual	Entrada	Saída				
J1U1	24	14	19	Masculino	Médio Incompleto	Educador	Casa alugada
J2U1	24	2	18	Masculino	Superior Incompleto	Educador	Casa de familiar
J3U1	19	13	17	Masculino	Médio Completo	Educador	Casa de familiar
J4U1	22	6	18	Masculino	Superior Incompleto	Assistente administrativo	Casa alugada
J5U3	21	10	16	Feminino	Médio Incompleto	Serviços Gerais	Casa alugada
J6U1	20	7	18	Masculino	Superior Incompleto	Ator	Casa de amigo
J7U2	18	1	18	Masculino	Médio Incompleto	Estudante	República
J8U4	18	12	18	Feminino	Médio Incompleto	Estudante	República
J9U4	19	13	18	Feminino	Médio Incompleto	Atendente	República
J10U5	20	14	18	Feminino	Médio Completo	Desempregada	Casa alugada
J11U3	19	12	17	Feminino	Médio Completo	Desempregada	Casa alugada
J12U1	19	9	17	Masculino	Médio Incompleto	Desempregado	Casa de familiar
J13U5	19	1	16	Feminino	Médio Incompleto	Desempregada	Casa alugada

Nota. Os jovens estão identificados pela inicial J, numeradas na sequência em que as entrevistas ocorreram, seguidas da inicial U, numeradas de acordo com cada uma das cinco unidades de acolhimento das quais provieram.

Instrumentos

Foram realizadas entrevistas individuais em profundidade orientadas por roteiros semiestruturados elaborados especificamente para este estudo. A construção dos roteiros se deu com base em aspectos investigados por estudos anteriores sobre transição entre o acolhimento institucional e a vida independente (del Valle et al., 2008; del Valle, Lázaro-Visa, López, & Bravo, 2011; Stein, 2008), em especial nas dimensões propostas por McDonald, Allen, Westerfeld, & Piliavin (1996) para investigação dos efeitos do acolhimento: (1) entrada (idade e razões do acolhimento); (2) processo (duração do acolhimento, instituições pelas quais passou, preparação para a saída); (3) desligamento (aspectos imediatos à saída, como onde foi morar); e (4) resultados (efeitos da transição a médio e longo prazo).

Procedimentos e Considerações Éticas

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia/UFRGS, sob o parecer de nº1534918. Após aprovação do CEP, protocolou-se uma requisição de autorização para a realização de pesquisas no contexto da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da cidade de Curitiba. Aprovado o pedido por parte da Fundação de Ação Social (protocolo 01-058740/2016), procedeu-se ao convite das instituições de acolhimento. Aquelas que concordaram em participar da pesquisa assinaram o Termo de Concordância da Instituição e indicaram jovens egressos com os quais mantinham contato. Os responsáveis pelas instituições pediram autorização aos jovens para fornecer seu número de telefone aos pesquisadores e, somente mediante consentimento, o contato e convite para participação foi feito. O recrutamento de participantes também se deu através de indicação dos próprios jovens entrevistados. Antes da entrevista todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram informados sobre a voluntariedade da participação, o sigilo das informações e a possibilidade de desistência a qualquer momento. As entrevistas foram conduzidas pela investigadora principal e ocorreram em locais reservados, tendo a maioria sido entrevistada em suas próprias casas ou na instituição de acolhimento da qual foram desligados. O tempo médio de duração de cada entrevista foi de uma hora.

Os cuidadores indicados pelos jovens também assinaram o TCLE e foram entrevistados nas instituições de acolhimento onde trabalham, com tempo médio de duração de 50 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas, mediante autorização dos participantes, e posteriormente transcritas.

Análise dos dados

Os dados foram submetidos à análise temática, com auxílio do software NVivo, seguindo os seis passos descritos por Braun e Clarke (2006). Após a transcrição das entrevistas, realizada pela pesquisadora principal e por uma psicóloga treinada, a análise teve início com a leitura exaustiva do material transcrito, obedecendo à primeira etapa de familiarização com os dados. Na segunda etapa trechos das entrevistas que apontavam aspectos relevantes a respeito do fenômeno da transição foram selecionados a fim de gerar códigos iniciais. Esta codificação inicial baseou-se nos pressupostos indicados por Sarriera (2014) para análise de contextos: (1) necessidades sentidas e percebidas pelos participantes; (2) principais problemas enfrentados e soluções propostas; e (3) levantamento dos recursos da comunidade. Na terceira etapa iniciou-se a busca por temas, combinando os diferentes códigos de acordo com suas semelhanças. Os temas foram então agrupados em dois eixos temáticos: fatores de risco e fatores de proteção.

A partir dos eixos principais, na quarta etapa, revisaram-se as combinações dos códigos fim de garantir a homogeneidade interna e a heterogeneidade externa de cada tema (Patton, 1990). Com os temas definidos refinaram-se também os subtemas. A quinta etapa envolveu nomear os temas e subtemas identificando a essência de cada um e a relação dos mesmos com o todo. Como resultado, uma lista para cada eixo temático foi criada, com os temas, subtemas e exemplos representativos. Em posse dessa lista final, prosseguiu-se a sexta etapa, de redação dos resultados. As etapas um a quatro foram conduzidas pela pesquisadora principal. Ao final da quarta etapa outros dois pesquisadores revisaram os temas e subtemas e sua relação com os dados. As divergências foram discutidas e resolvidas por consenso, procedendo-se a listagem final.

Resultados

A Tabela 2 apresenta os temas e subtemas resultantes da análise temática realizada a partir entrevistas com os jovens e cuidadores, organizados em dois eixos: fatores de risco e fatores de proteção. Dentro do eixo *fatores de risco* estão os temas: *apoio social insuficiente; fragilidade emocional; funcionamento do sistema de proteção e oportunidades restritas*. O eixo *fatores de proteção* está composto dos temas *apoio social; características pessoais; religiosidade e recursos para a vida autônoma*. A Figura 1 ilustra um modelo ecológico obtido a partir dos fatores envolvidos no processo de transição. Embora cada fator esteja listado apenas uma vez, a influência de cada um extrapola e interage com outros fatores em diferentes níveis contextuais. A seguir descrevem-se cada um deles e as características que os localizam no eixo de risco ou de proteção.

Tabela 2
Eixos Temáticos, Temas e Subtemas Gerados a Partir das Entrevistas

Eixo Temático	Temas	Subtemas
Fatores de Proteção	Religiosidade	
	Características pessoais	Altruísmo Autoconceito Talento/Hobby
	Apoio Social	Apoio emocional Apoio informacional
Fatores de Risco	Recursos para vida autônoma	Auxílio financeiro Trabalho Formação profissional Habilidades de vida cotidiana Moradia de transição
	Apoio Social Insuficiente	Cuidado como profissão Relações familiares complexas e não suportivas Rupturas resultantes do desligamento Solidão
	Fragilidade Emocional	
	Funcionamento do Sistema de Proteção	Falta de acompanhamento após a saída Instabilidade do cuidado Não participação do adolescente na tomada de decisão Pouco contato com a realidade fora das instituições Poucas ocasiões para exercer habilidades de vida cotidiana Responsabilidade pelo sucesso atribuída ao adolescente Saída compulsória aos 18 anos
	Oportunidades restritas	Depender da ajuda dos outros Falta de moradias de transição Difícil acesso ao ensino superior Trabalho escasso e não qualificado Comportamentos de risco como alternativa de vida

Fatores de proteção

Apoio social

O apoio social foi enfatizado por todos os entrevistados, jovens e cuidadores, como fator essencial para o enfrentamento da transição entre o acolhimento e vida adulta. Dois tipos de apoio foram destacados, o *apoio emocional* e o *apoio informacional*. No subtema do *apoio emocional* incluem-se todas aquelas fontes de cuidado que os jovens descreveram como

afetivamente disponíveis. Já o *apoio informacional* revelou-se nos relatos sobre conselhos, incentivo, ajuda na resolução de problemas e autoafirmação recebida.

Diversas fontes de apoio emocional foram citadas, sendo que as mesmas podem ser classificadas em adultos de referência, pares e profissionais. Adultos de referência são educadores e membros das equipes das unidades, mães ou pais sociais, voluntários, padrinhos afetivos e professores com os quais os jovens contam e cujas atitudes os inspiram e motivam: *“Além do [nome do diretor da unidade] eu tive um suporte assim, um papel fundamental, da minha madrinha, que foi e é uma pessoa em quem eu me espelho bastante” J6U1*. No que se refere a apoio de pares, as fontes citadas são amigos, relacionamentos amorosos e, em poucos casos, os irmãos: *“Minha namorada foi junto comigo, não desistiu. Eu acho que se não fosse por ela eu taria até hoje na droga” J3U1*. Por fim, a fonte de apoio oferecida por profissionais se refere a psicólogos e assistentes sociais, das unidades ou externos, pelos quais se sentiram acolhidos em momentos difíceis: *“Daí procurei uma psicóloga, comecei a fazer terapia, tipo, me ajudou muito, assim, sabe?” J3U1*.

O apoio informacional é oferecido principalmente por adultos de referência e apresentou três características marcantes: a escuta ativa, o favorecimento do protagonismo e a imposição de limites e regras. A escuta permeada pela confiança, autoafirmação e cuidado, permitindo ao jovem se sentir único e valorizado, foi destacada como importante fator protetivo: *“Eu acho que o que me tranquilizou mais foi uma conversa que eu tive com a [nome da diretora da unidade] (...) Ela falou que ela tem certeza que eu estou apta para isso, que ela me acha muito guerreira, muito responsável para tal mudança...” J8U4*. Da mesma forma, atitudes suportivas que permitiram aos jovens ocupar um lugar de protagonistas, fortaleceram as crenças em suas próprias capacidades: *“Um dia ele falou assim: Vai ter um evento lá em Brasília (...) escolhemos você e mais uma menina de Cianorte para representar o sul do Brasil. (...) Me senti muito importante, tipo assim, foi bem da hora” J3U1*.

A imposição de limites e regras por parte dos membros das equipes e padrinhos afetivos, possibilitou que durante o acolhimento os adolescentes se sentissem amparados e pudessem organizar suas rotinas para dar conta das atividades escolares e extracurriculares. A diretora de uma das unidades revela que estabelecer limites é um dos maiores desafios, ao mesmo tempo, considera essa tarefa uma importante demonstração de carinho: *“E não é um “não” pelo “não”... Tudo tem um por que e eu vou conversando o tempo todo, explicando...” C5U4*.

Características pessoais

O *altruísmo*, o *autoconceito positivo* e os *talentos* apresentados por alguns dos jovens foram características individuais que se destacaram como fatores de proteção. Esteve bastante presente nos discursos a vontade de oferecer a outros jovens, e a seus próprios filhos, oportunidades de vida melhores do que aquelas que tiveram: “*E meu sonho também é construir um espaço onde eu possa atender os meninos. (...) como se fosse uma república, onde eu possa atender meninos maiores de 18 anos*” J2U1. As trajetórias dos jovens que manifestaram essa intenção estão marcadas pela participação em projetos sociais, além de escolhas profissionais ligadas área social e da saúde.

Os jovens que revelaram maior satisfação com os diferentes aspectos de suas vidas foram também os que descreveram mais virtudes próprias. Dentre as qualidades citadas estiveram: reponsabilidade, determinação, curiosidade, inteligência, empenho, orgulho e prudência. A vontade de vencer obstáculos, assim como a observância às oportunidades para tal, são atributos marcantes desses jovens.

Outra característica dos que se dizem mais satisfeitos após a saída do acolhimento é a presença de talentos para atividades artísticas ou esportivas (artes plásticas, artes cênicas, música, dança e futebol). Os talentos foram descobertos e incentivados durante o acolhimento e ofereceram aos jovens oportunidades de ter experiências fora do contexto institucional. Dois dos jovens entrevistados utilizam seus talentos como fontes de renda desde que foram desligados, realizando trabalhos em grafite e atuando em filmes, peças de teatro e comerciais: “*E aí apareceu as artes cênicas na minha vida assim. Foi encaixando e agora eu consigo viver disso*” J6U1.

Religiosidade

Práticas religiosas e a participação em grupos ligados a diferentes religiões foram apontadas pelos jovens como importantes recursos para o enfrentamento das dificuldades após a saída do acolhimento. Um dos jovens acredita que em muitas ocasiões a fé e a oração cumpriram o papel de apoio que não foi oferecido por figuras parentais. A vida comunitária proporcionada pela vinculação com a Igreja também foi destacada como fonte de suporte para alguns. Uma jovem afirma que frequentar a Igreja ajuda seu companheiro a manter-se afastado das drogas. Outra destaca o apoio recebido através de doações (móveis, roupas, fraldas e alimentos) arrecadadas por membros de uma comunidade religiosa.

Recursos para a vida autônoma

A aquisição de *habilidades de vida cotidiana* bem como o acesso a recursos mínimos para a subsistência como *trabalho, moradia, formação profissional e auxílios financeiros*,

facilitam enormemente o processo de transição de acordo com os entrevistados. Parte desses recursos foi obtida ainda durante o acolhimento, como o treino de habilidades para a vida cotidiana: *“A gente ajudava a tia na cozinha, a gente lavava a louça, a gente secava... Limpava casa, passava pano... Foi muito bom isso porque foi um aprendizado do que a gente vive aqui fora, entendeu?” J8U4.* A formação profissional em muitos casos começou a ser oferecida dentro das instituições, através de cursos profissionalizantes e, para alguns jovens, culminou na obtenção de bolsas de estudo ofertadas por instituições do terceiro setor ou do Ensino Superior.

Recursos financeiros frutos de poupanças ou de programas governamentais, como o Programa do Leite das Crianças e o Bolsa Família, ofereceram aos jovens a possibilidade de arcar com suas despesas quando não dispunham de outras fontes de renda. Apenas duas jovens entrevistadas usufruem desses benefícios. A prática de poupar dinheiro era estimulada nas unidades de acolhimento, embora não houvesse obrigatoriedade. O dinheiro poupado pelos jovens era fruto de práticas profissionais realizadas antes do desligamento ou de projetos sociais dos quais participaram.

Muitas referências foram feitas a importância do trabalho para o processo de transição. Alguns jovens acreditam que ter um vínculo empregatício deveria ser condição para que ocorra o desligamento. Isso porque entendem que, além de garantir a subsistência, o trabalho fortalece a autoestima e mantém os jovens afastados de comportamentos de risco: *“Tipo, e agora eu recebi o cachê do filme. (...) Tipo, cara, eu tenho meu dinheiro! Você se se sentindo útil, entendeu? Ter uma roupa legal, coisa assim, se vestir bem” J6U1.* Alguns dos jovens entrevistados tiveram nas próprias instituições de acolhimento seus primeiros empregos após serem desligados. Eles apontam a experiência de trabalhar nas unidades como algo positivo, especialmente pela garantia de fonte de renda.

Um último aspecto citado como fator protetivo para a transição foi a garantia de um local para morar após o desligamento. Para somente três dos jovens entrevistados a modalidade de acolhimento em república (moradia de transição) estava disponível quando completaram 18 anos. Esses jovens recém haviam sido desligados e consideravam-se privilegiados: *“Eu vi muita gente sair daqui com uma mão na frente e outra atrás... Chegar na nossa vez e... A gente ter uma sorte dessa” J8U4.* Mesmo os jovens que não tiveram a mesma oportunidade acreditam que as repúblicas são fundamentais *“a maioria dos meninos que morou na república eles conseguiram se preparar melhor para o mundo, pra realidade” J4U1.*

Fatores de risco

Apoio social insuficiente

A falta de apoio social foi citada amplamente pelos jovens e cuidadores, especialmente no que se refere ao apoio familiar. Dos treze jovens, seis disseram não manter contato com a família de origem. O subtema *relações familiares complexas e não suportivas* revela a busca (geralmente sem sucesso) pelo suporte dos familiares, a dependência de alguns pais em relação aos jovens e a fragilidade das relações entre os irmãos. A situação vulnerável da família de origem segue impedindo que estas ofereçam apoio, assim como era quando o acolhimento ocorreu: “*Aí eu fui, depois de grande, conhecer ela [a mãe]. Foi bem complicado para mim porque eu achei que a minha mãe, com o tempo, ela teria mudado. Só que não. Ela não mudou nada*” J13U5. Quando o vínculo se mantém, são os jovens que oferecem apoio emocional e ajudam no sustento dos pais e familiares “*(...) ele [pai] saiu do tratamento [para alcoolismo] e não tinha mais casa (...) daí quando comecei a construir minha casa eu já comecei a construir um espaço pra ele*” J2U1.

Embora a maioria dos jovens tenha vivido a maior parte de suas vidas junto aos irmãos, acolhidos nas mesmas instituições, a vinculação muitas vezes não se mantém na vida adulta. Uma das jovens conta que perdeu o vínculo com seus irmãos quando estes foram desligados da instituição: “*Acabaram que não foram mais me ver, assim... Daí... Também sentia falta deles*” J10U5. As rupturas resultantes do desligamento não se restringem aos irmãos, referem-se também a quebras de vínculos estabelecidos com cuidadores, funcionários e pares com quem os jovens conviviam durante o acolhimento. Os discursos revelam o impacto negativo do distanciamento dessas figuras que alguns jovens consideravam como parte de suas famílias.

Os educadores e mães sociais, embora citados como fontes de apoio por alguns, foram também bastante criticados pelos jovens. Uma distinção é feita pelos entrevistados entre os educadores que encaram o *cuidado como profissão* e os que de fato se preocupam com o futuro dos seus educandos. Uma jovem afirma que a maioria dos adolescentes “*mora na casa do pessoal, mas não se sente família*” J13U5 e a assistente social dessa mesma unidade acredita que os adolescentes veem a mãe-social “*como se fosse uma doméstica, uma serviçal, que está ali para servi-los*” C2U5. Diante da falta de suporte social muitos descrevem sentimentos de *solidão*. Nesse subtema as falas expressam a tristeza dos jovens por estarem sozinhos, assim como a angústia dos cuidadores ao terem que desligar adolescentes que não têm ninguém com quem contar.

Fragilidade emocional

Comportamentos de fuga e evitação, imaturidade e sentimentos de medo e abandono, foram citados tanto pelos jovens como pelos cuidadores como razões do despreparo para o desligamento. A necessidade de restauração de si, do sofrimento vivido, interfere na escolaridade e na possibilidade de engajar-se em atividades complementares. A diretora de uma unidade acredita que trabalhar os aspectos emocionais é uma das principais necessidades, já que antes de instrumentalizar os jovens para a saída eles precisam “(...) *resolver o problema da mãe dele que deixou, o pai que nunca conheceu, os irmãos que brigaram, os abusos que eles sofreram*” C4U1. Por parte dos jovens, o uso da expressão “*eu não estava com cabeça*”, repetiu-se diversas vezes ao se referirem a oportunidades de preparo que consideram ter perdido enquanto estavam acolhidos.

Funcionamento do sistema de proteção

Muitos foram os aspectos citados que interferem negativamente no processo de transição e que se referem à forma como o sistema de proteção funciona. As dificuldades vão desde a esfera institucional, cada unidade de acolhimento, até a esfera sócio-política, como por exemplo, a legislação vigente. Os jovens enfatizam que a *saída compulsória aos 18 anos* não considera as especificidades de cada caso, já que muitos adolescentes mesmo atingindo a maioria não querem deixar as instituições e não tem para onde ir: “*O adolescente completa 18 anos ele é chutado da instituição, assim, sabe? Cara, você fez 18 anos, você não é mais responsabilidade do Estado, se dane. Vai viver sua vida, do jeito que ela é, né?*” J3U1. Por parte dos cuidadores, a obrigatoriedade do desligamento aos 18 também é questionada e alguns assumem a responsabilidade de mantê-los acolhidos: “*Sendo bem sincera com você, tem uma pressão sim... Completou dezoito tem que dar um jeito.... Não. Eu assumo toda a responsabilidade até o dia que elas estiverem preparadas para sair*” C5U4.

O desligamento compulsório é vivido por alguns como uma quebra de rotina, um jovem relata ter saído sem completar o Ensino Médio e não ter conseguido vaga na escola para continuar os estudos após o desligamento. A *falta de acompanhamento após a saída* evidencia-se na situação deste jovem que, ao buscar apoio da unidade, obteve como resposta que a equipe havia mudado e que por não conhecerem o caso não poderia ajuda-lo: “*A hora que eu vi que a [nome da instituição] não ia ajudar, eu já falei: ‘Ó, está sendo difícil sozinho’*” J12U1. Enquanto os jovens se referem às consequências de não receberem acompanhamento, os cuidadores lamentam não poder fazê-lo e reconhecem a importância dessa continuidade: “*É uma pena. A gente não tem pernas para conseguir atender muito mais do que os nossos, entende?*” C4U1.

A *instabilidade do cuidado* é outra dificuldade relativa ao funcionamento que interfere na preparação para o desligamento. Os jovens relatam que as mudanças de casa dificultam a formação de vínculos afetivos: “*A gente ficava dois meses em uma casa, cinco na outra (...) Isso daí eu acho meio ruim para as crianças porque mexe... Com o emocional das crianças e tudo...*” J13U5. Mudanças de equipe também foram citadas pelos cuidadores como prejudiciais, não só pela vinculação entre eles e os acolhidos, mas pela descontinuidade do plano de trabalho.

Outros dois aspectos relativos ao funcionamento que se caracterizam como fator de risco são a *não participação do adolescente na tomada de decisão* e a *responsabilidade pelo sucesso atribuída ao adolescente*. Os jovens relatam não terem sido consultados ou considerados em seus objetivos e desejos, havendo uma necessidade de aceitar as oportunidades disponíveis, mesmo que não fossem do seu interesse. Ao mesmo tempo seus relatos revelam a concepção de que são eles próprios os responsáveis por sua preparação e transição. A maioria dos jovens e uma educadora acreditam que, embora as oportunidades sejam oferecidas a todos os adolescentes, alguns sabem tirar proveito delas, enquanto outros não: “*Eu acho que só vai pra frente quem tem uma vontade de ir pra frente. Não adianta você querer me ajudar e eu não me ajudar também*” C1U3.

Sobre falhas específicas do processo de preparação para a saída, dois aspectos puderam ser identificados, que os adolescentes possuem *pouco contato com a realidade fora das instituições* e que são *poucas as ocasiões para exercer atividades da vida cotidiana*. O desligamento para alguns veio acompanhado de surpresa com vida com a qual se depararam: “*Na verdade eu era muito virgem de tudo, assim... Não sabia de nada, nada! Aí foi bem difícil assim, saí de uma realidade e fui pra outra*” J6U1. O brusco encontro com a realidade é, de acordo com os entrevistados, fruto de acolhimentos que não favorecem a convivência comunitária e experiências no contexto de vida real.

Ao se depararem com a realidade os jovens deram-se conta de que não estavam preparados para desempenhar tarefas do cotidiano, por não terem experimentado essas atividades no dia a dia do acolhimento: “*É, a gente nunca pegava ônibus porque tudo a [nome da educadora] levava. Eu não sabia quanto que valia 50 reais, eu não sabia o que que dava pra comprar. Porque a gente não pegava dinheiro na mão. Foi difícil sair daqui, manusear tudo*” J5U3.

Oportunidades restritas

O cenário com o qual os jovens se deparam ao deixar o acolhimento é permeado por adversidades e uma das principais é a falta de oportunidades disponíveis nas mais diversas

áreas. Os jovens destacaram dentre os entraves as poucas opções de trabalho, de lugar para morar e de continuidade dos estudos. No ato do desligamento a *falta de moradias de transição* (repúblicas) força os jovens a buscarem refúgio em casa de familiares com os quais nem sempre possuem vínculos. Nos casos em que não há possibilidade de retorno familiar, ocorre uma alocação improvisada de acordo com os recursos disponíveis em cada ocasião: *“Nem sempre as vagas existem da forma que a gente quer. Então a gente consegue aloca-los ou nas famílias ou nas... Principalmente, nas ONGs, que são mais receptivas (...) e os condomínios sociais que estão espalhados por aí...” C3U2.*

Ao sair, muitos dos jovens não possuem o Ensino Médio completo. O tema *trabalho escasso e não qualificado* revela que conquistar uma vaga de trabalho com pouca escolaridade é difícil e que as vagas disponíveis envolvem condições precárias e informalidade: *“Daí eu até trabalhei um tempo escondido... Sem a moça saber que eu estava grávida, eu escondia dela isso, porque eu tinha uma amiga que trabalhava nesse lugar e ela foi mandada embora justamente por estar grávida” J10U5.* Para as mulheres a conquista de um emprego está também atrelada à disponibilidade de vagas nas creches, um direito que nem sempre é garantido.

Diante dessas dificuldades, muitos jovens revelaram não buscar satisfação pessoal através do trabalho: *“Ela pergunta para mim qual é cargo pretendido, eu ponho ‘à disposição da empresa’, porque vou falar o que, né? Eu estou à disposição da empresa, eu estou precisando trabalhar, né?” J12U1.* Já para aqueles que concluíram o Ensino Médio, a busca por satisfação no âmbito profissional é mais presente, especialmente pela possibilidade de ingressar na Universidade. No entanto, o plano também esbarra em limitações, que vão da dificuldade de conquistar uma vaga em instituição pública e gratuita, a impossibilidade de reduzir a jornada de trabalho para continuar os estudos.

Com tantos entraves para o enfrentamento da vida adulta, duas alternativas são apontadas como estratégias para subsistência: *comportamentos de risco* e *dependência da ajuda de outros*. Os jovens que dependem de outras pessoas ou instituições, se dizem desconfortáveis com essa posição: *“Eu sei que eu não tenho nada. Eu sempre estou dependendo dos outros. É muito ruim isso” J10U5.* Esta jovem explica que embora depender dos outros não seja ideal, preferiu esta alternativa a envolver-se em atividades ilícitas para buscar seu sustento.

As histórias de vida da maioria dos jovens estão marcadas pelos comportamentos de risco de familiares, tendo três deles revelado envolvimento com drogas e tráfico no passado. Os entrevistados acreditam que o caminho da “marginalidade” acaba sendo mais viável e oferece benefícios mais imediatos do que o trabalho formal e a continuidade dos estudos. São

inúmeros os relatos sobre egressos das redes de contato dos jovens que estão presos, mortos ou em situação de rua em decorrência de comportamentos de risco: *“De 2009 pra cá, já perdi três primos meus que, né, tava envolvido com tráfico aí. Na verdade todos. O único que só restou fui eu e outro primo meu (...) Fora isso aí já se foram todos já, já morreram todos”* JIU1.

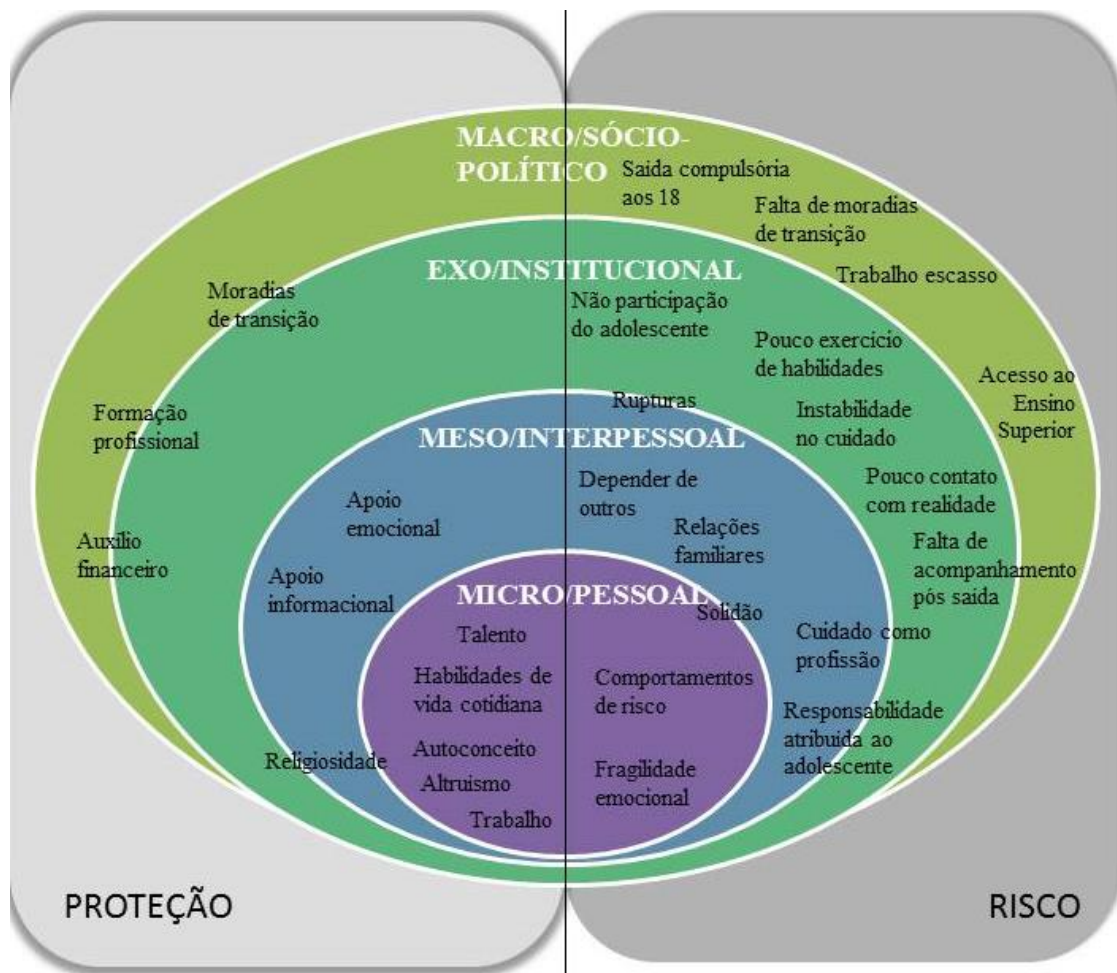


Figura 1. Modelo ecológico obtido a partir dos fatores de risco e de proteção encontrados

Discussão

Este estudo empregou a análise temática para investigar fatores de risco e de proteção no processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta de jovens egressos do sistema de proteção. Como resultado obteve-se um vasto mapeamento dos fatores vivenciados, contemplando diferentes níveis contextuais, incluindo: individual, interpessoal, institucional e sócio-político. A análise dos resultados reforçou o caráter ecológico do processo vivido por estes jovens, e a necessidade de preparação e desenvolvimento de recursos para a resolução desta etapa de forma saudável e com menos estresse psicossocial (Sarriera, 2014).

Embora todos os fatores interajam entre si, perpassando diferentes níveis contextuais, alguns estão mais restritos ao nível individual, como é o caso das características pessoais de autoconceito positivo, altruísmo, religiosidade e fragilidade emocional. Fatores de proteção são dinâmicos e podem variar a depender do contexto e do momento de vida de cada pessoa, no entanto a literatura destaca características de personalidade como fatores de proteção mais estáveis e amplamente influenciadores dos resultados frente a adversidades (Bonanno, Romero & Klein, 2015). Aspectos relacionados à identidade, como o autoconceito e a autoeficácia, são componentes essenciais para que o jovem possa se sentir capaz de planejar e cumprir metas, além de ressignificar vivências traumáticas (Stein, 2005).

Sentimentos de gratidão, reconhecimento do sofrimento do outro e atitudes altruístas foram comuns às falas de alguns dos jovens. São características pessoais que têm como consequência emoções positivas de felicidade, orgulho e esperança que motivam o comportamento e favorecem a resiliência (Emmons & Shelton, 2002; Cyrulnik, 2005). Associadas a elas estiveram relatos de crenças e práticas religiosas e de como estas contribuem para enfrentar os desafios da vida autônoma. Gratidão, altruísmo e empatia são valores fomentados nas religiões citadas pelos jovens, e a vivência desses aspectos contribui na inibição da participação deles em comportamentos de risco como o consumo de drogas (Scott, Hodge & Munson, 2018).

As características pessoais positivas ajudam a fazer frente à fragilidade emocional, causada pelas histórias pessoais de vulnerabilidade. Problemas de saúde mental estão entre os fatores de risco, de nível individual, mais salientados por estudos sobre a transição entre o acolhimento e a vida adulta (Courtney, Hook, & Lee, 2012; Scannapieco, Smith, & Blakeney-Strong, 2016). Assim como defende uma das cuidadoras entrevistadas, pesquisadores reforçam a prioridade do acompanhamento psicológico e psiquiátrico das crianças e adolescentes acolhidos. Pecora (2010) enfatiza que esse cuidado deve ocorrer através de serviços de saúde mental de alta qualidade, essenciais para a promoção do bem-estar psicossocial dos egressos do acolhimento.

As histórias de vida invariavelmente permeadas por risco são características que cada um dos indivíduos carrega consigo, mas consequências de influências ocorridas no nível interpessoal. Ausência de apoio parental e familiar, bem como conflitos familiares, estão na raiz da vulnerabilidade destes jovens, como já apontam tantos outros estudos sobre o tema (Courtney, Hook, & Lee, 2012; Greeson, 2013; Scannapieco, Smith, & Blakeney-Strong, 2016). Neste estudo, os resultados revelam que, embora a medida de acolhimento pressuponha o acompanhamento das famílias buscando a reunificação (Brasil, 1990), durante a institucionalização ocorre um enfraquecimento dos vínculos familiares. Quando o jovem sai,

a vinculação nem sempre se restabelece, e, quando a reaproximação ocorre, constitui-se uma relação de dependência ou de risco psicossocial.

Essa dinâmica já havia sido revelada por estudos anteriores com jovens egressos. Sulimani-Aidan (2017) verificou a dependência financeira e emocional dos familiares em relação ao jovem egresso em Israel, assim como a dificuldade da família em oferecer suporte emocional e instrumental. Montserrat, Pernas e Brage (2016) acreditam que o sentimento de pertença a uma família é fundamental após a saída, mas constataram que a maioria dos egressos na Espanha não mora com elas. Os autores também encontraram que, assim como os jovens deste estudo, muitos dos seus entrevistados perderam contato com seus irmãos quando acolhidos, ou ao longo do processo de transição.

Já que a coesão familiar, importante preditor de resiliência, dificilmente encontra lugar na história dos jovens egressos do acolhimento, outras fontes de vinculação afetiva, especialmente aquelas que possam substituir o apoio parental, precisam ser incorporadas à rede de suporte (Cyrulnik, 2005; Masten et al. 1999; Werner, 1993). O papel substitutivo pode ser exercido por educadores ou mães/pais sociais, que ocupam lugar central de cuidado e de vinculação afetiva durante e após o acolhimento. No entanto, parece ser que aqueles que têm no cuidado uma profissão, sem que haja grande interesse pelos adolescentes, falham em atender as necessidades afetivas de seus educandos (Masten & Garmenzy, 1985). Membros das equipes das unidades que foram apontados como figuras de referência pelos jovens apresentam em comum o interesse genuíno pelos acolhidos e um olhar individualizado. Quando essas características permeiam o cuidado, a postura ativa do jovem na busca de estratégias e fontes de suporte para solucionar problemas tende a ser reafirmada, funcionando como motor promotor de resiliência (Werner, 1995).

O apoio genuíno e individualizado foi oferecido aos jovens por outros adultos que não fazem parte das equipes do acolhimento, como padrinhos e madrinhas, professores e voluntários. Essas figuras se tornaram o que a literatura recente intitula de “mentores”, não somente por serem exemplos a seguir, mas também por oferecem conselhos e instrumentalização em assuntos sobre os quais possuem conhecimento (Greenson, 2013). Essas relações em alguns casos se estabelecem naturalmente, através de encontros ao acaso e interesses comuns, mas em outras ocorrem por incentivo das equipes das unidades, através de programas como o apadrinhamento afetivo. Independente da origem da vinculação, a relação com esses adultos tem em comum a confiança e a compreensão que facilitam a oferta de uma escuta ativa, encorajadora e consistente (Osterling & Hines, 2006). Courtney e Dworsky (2006) constataram que quanto mais adultos de referência com essa postura, melhor, pois

contando com fontes diversificadas de apoio os jovens tem mais chances de se sair bem nos diferentes âmbitos necessários para um processo de transição bem-sucedido.

A importância da postura dos cuidadores e profissionais do sistema de proteção na preparação do jovem para a saída tem sido pauta de estudos e discussões recentes (Eastman al. 2017; Elage, Goés, Fiks, & Gentile, 2011). Discute-se que capacitações desses agentes precisam passar os diferentes níveis contextuais, sendo oferecidas a todos como parte de políticas públicas, sem deixar de atender aos interesses institucionais e às necessidades específicas de cada unidade (Barros & Naiff, 2015). Sistemas como o norte-americano, atravessam mudanças paradigmáticas na formação de cuidadores, motivadas pela comprovação de que programas de preparação para a transição só são eficazes quando envolvem os jovens na tomada de decisão (Courtney, 2009). Da mesma forma, nossos resultados reforçam a necessidade de cuidadores construtores de subjetividade, que contribuam para o favorecimento de um papel ativo na conquista da autonomia, evitando que o jovem transite acreditando que não soube aproveitar as oportunidades oferecidas (Oriente & Sousa, 2005).

Assim como para mudanças na capacitação das equipes, nossos resultados apontam para outros aspectos de nível institucional que precisam ser reestruturados para favorecer o processo de transição. Num contexto em que 74% dos acolhidos estão em abrigos institucionais (MDS, 2017), com proporção de até um educador para cada 10 educandos (Brasil, 2008), o cuidado individualizado apontado como fator protetivo, está certamente comprometido. Também interferem na qualidade do cuidado a rotatividade de cuidadores e as transferências que os acolhidos sofrem de uma unidade para outra. Mudanças de cuidadores, casa, escola e amigos impactam significativamente o bem-estar de crianças e adolescentes (Montserrat et al., 2015). No contexto do acolhimento em que as mudanças são mais frequentes e outros fatores de risco estão associados, os efeitos negativos são especialmente impactantes (Humphreys et al., 2017; Pecora et al., 2006).

Avançar no reordenamento das unidades de acolhimento proposto em 2013, com vistas a diminuir o número de acolhidos por unidade e aumentar o número de famílias acolhedoras (Brasil, 2008), é fundamental para que se possa melhorar a qualidade da preparação para a vida adulta. Não só pela urgência de relações de cuidado mais individualizadas e menos instáveis, mas porque serviços menores ou famílias substitutas possibilitam maior interação do acolhido com a realidade. É de fundamental importância que o adolescente circule por diferentes contextos, a fim de experimentar situações que propiciem o treino de habilidades para resolver problemas, característica pessoal essencial para o enfrentamento de adversidades (Masten & Garmenzy, 1985). O contato com a realidade fora

do acolhimento também pode ser oferecido através de programas complementares. Programas de instrumentalização para a vida adulta são muito comuns em diversos países, mas no Brasil, ainda são incipientes. Uma das iniciativas nacionais com esse objetivo (desenvolvida por uma instituição do terceiro setor) oferece ao jovem oportunidade de ocupar espaços públicos, de estabelecer redes de contatos e exercitar papéis da vida adulta (Instituto Fazendo História, 2014).

Oportunidades dessa natureza deveriam ser oferecidas a todos os jovens, como parte de políticas voltadas especificamente para eles. No contexto nacional, a ausência de respaldo para que o jovem transite do acolhimento a vida adulta é evidenciada não só pela falta de programas de preparação, mas em aspectos mais emergenciais, como a inexistência de moradias de transição. As repúblicas estão dentre as modalidades de acolhimento previstas por lei e deveriam oferecer ao adolescente, quando não há possibilidade de retorno familiar, “(...) apoio técnico na organização dos espaços de escuta e construção (...) de projetos de vida” (Brasil, 2008). Dados de um levantamento de 2016 revelam que naquele ano apenas 23 repúblicas estavam em funcionamento em todo o território nacional (MDS, 2017).

Os benefícios de prolongar o tempo de permanência no sistema de proteção têm sido amplamente demonstrados e discutidos por pesquisadores e formuladores de políticas públicas (Dworsky, Napolitano, & Courtney, 2013; Hook & Courtney, 2011; Lee, Courtney & Hook, 2012; Scannapieco, Smith, & Blakeney-Strong, 2016). Estudo longitudinal com 732 egressos nos Estados Unidos demonstrou que cada ano a mais no sistema de proteção aumenta em 46% as chances de continuidade dos estudos, diminuindo, conseqüentemente, as taxas de desemprego (Courtney & Hook, 2017). A empregabilidade, as dificuldades financeiras e a interrupção dos estudos estão entre os principais desafios relatados pelos jovens que egressam do sistema de proteção em Curitiba. Assim como apontam os estudos internacionais, nossos jovens e seus cuidadores entendem a continuidade do amparo para além dos 18 anos, especialmente através de programas de moradias de transição, como um fator de proteção importante para a conquista de resultados positivos a médio e longo prazo.

Foram poucos os egressos entrevistados que usufruíam de benefícios oferecidos pelo governo para auxiliá-los no sustento e facilitar o processo de transição. As duas jovens beneficiadas, contempladas com o Bolsa Família e o Programa Leite das Crianças, têm filhos e preenchem requisitos de renda mínima que situa suas famílias em situação de pobreza. No Brasil, a condição de vulnerabilidade e carência de suporte social dos jovens egressos parece não constituir fundamento suficiente para garantir-lhes a posição de beneficiários durante a transição. Em alguns municípios e estados, propostas de projetos de lei com foco nessa população já foram apresentadas. Em Presidente Prudente um projeto de 2017 foi aprovado

em primeira instância, já nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as propostas apresentadas em 2013 foram arquivadas (Bugalho, 2018; Costa, 2012; Perugini, 2013).

Essa realidade é diferente daquela encontrada em regiões como a Europa e América do Norte. Em diversos países situados nesses continentes as políticas públicas destinadas a egressos são realidade há muitos anos, e avançam com base em pesquisas sobre o tema, a ponto de oferecerem recursos que atendem necessidades individuais a depender dos objetivos e planejamento de cada adolescente (FEPA, 2014; Courtney, Dworsky & Napolitano, 2013; SOS Children's Villages International, 2016). Na América Latina um movimento na direção de políticas específicas começa a ocorrer, a exemplo da Argentina, que, com base em pesquisas e com amplo apoio popular, caminha para a implantação da "*ley del egreso*" que garantirá capacitação, remuneração e referências afetivas até os 21 anos (Incarnato, 2018).

A análise aprofundada dos fatores de risco e de proteção revelados por esta pesquisa em diferentes níveis contextuais, permite observar um desequilíbrio que dificulta o processo de transição (Masten, 2001). O esquema apresentado na Figura 1 revela que os fatores de risco estão distribuídos nos níveis individual, interpessoal, institucional e sócio-político, enquanto que fatores de proteção tendem a concentrar-se nos níveis individual e interpessoal (quando muito, na relação entre unidades de acolhimento e apoiadores externos). Como consequência, tem-se que as oportunidades existentes são usufruídas principalmente pelos adolescentes cujo repertório de habilidades e estratégias de enfrentamento é maior e/ou cujas histórias de vida apresentam menos risco. Esse movimento reforça a vulnerabilidade da maioria, ao invés de oferecer a todos boas condições de enfrentar a vida após o desligamento. Os jovens que demonstram talentos ou interesses específicos acabam sendo orientados à formação e a profissionalização, obtendo melhor desempenho no processo de transição. Enquanto isso, os muitos jovens que mal conseguem completar o ensino obrigatório estão destinados a empregos não qualificados, dependência de outros e/ou comportamentos de risco como alternativas para subsistência.

Considerações Finais

A falta de serviços e políticas públicas destinadas a população jovem com história de acolhimento institucional no Brasil, deposita inteiramente nos ombros de cada um dos egressos a responsabilidade pelo sucesso de seus processos de transição, isentando o Estado do seu papel de proteção e garantia de direitos. Através deste estudo foi possível verificar a necessidade urgente de promoção de fatores proteção de macro e exo contexto a fim de favorecer o desligamento e os resultados futuros de adolescentes acolhidos. Nesse sentido, dois caminhos precisam ser percorridos: (1) o da observância às leis e diretrizes já existentes

(desligamento gradual; capacitação dos cuidadores; implantação de repúblicas; reordenamento das unidades; e aumento do número de famílias acolhedoras) e (2) o da formulação de programas e políticas públicas específicas para esta população (treinamento de habilidades de vida cotidiana; aproximação a mentores; bolsas de auxílio financeiro; e prolongamento do tempo de permanência no sistema de proteção).

Além da promoção de fatores protetivos de macro e exo contexto, este estudo também revela a importância de que as mudanças ocorram alicerçadas na concepção de que o jovem deve ser protagonista de todo o processo. Quanto maior for o papel central dos jovens na tomada de decisões sobre sua vida e planos de futuro, maiores as possibilidades de que programas e políticas destinadas a eles sejam de fato efetivas.

Ainda há muito a ser investigado sobre a transição para a vida adulta no contexto do sistema de proteção brasileiro, de modo que é imprescindível continuar avançando na produção de conhecimento neste campo. A superação de algumas das limitações deste estudo pode contribuir para esse avanço. Destaca-se, em especial, a limitação referente à representatividade dos participantes, já que aqueles em situação de extrema vulnerabilidade (moradores de rua, dependentes químicos e em conflito com a lei) não puderam ser acessados. Outra limitação se deve a excessiva burocratização envolvida na condução de pesquisas no contexto da proteção especial, que desconsidera o nível acadêmico dos projetos apresentados e impõe barreiras mesmo quando cuidados éticos estão sendo tomados. A superação destes entraves em estudos futuros tende a favorecer a representatividade das amostras, bem como a condução de pesquisas longitudinais. Entende-se que o desenho transversal aqui adotado limita a compreensão do fenômeno como processo que se dá desde a preparação até alguns anos após o desligamento.

CONCLUSÃO

No desenvolvimento desta tese as diferentes fontes de dados e métodos de análise se complementaram para atingir o objetivo central de compreender como ocorre o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta, identificando as principais necessidades dos adolescentes e jovens. A título de conclusão, apresenta-se agora a integração dos resultados. A Figura 1 representa o processo de comparação, de acordo com o desenho de triangulação concordante proposto por Creswell (1994). Os resultados convergem e também contrastam, mas de forma geral compõe seis grandes temas que se referem às principais necessidades envolvidas no processo de transição. São elas: (1) preparação para a vida adulta (habilidades de vida cotidiana, profissionalização e escolaridade); (2) apoio social e emocional; (3) estabilidade no acolhimento; (4) aspectos de exo e macro contexto; (5) empoderamento e participação ativa na tomada de decisão; e (6) implementação e avaliação continuada de programas e serviços.



Figura 1. Triangulação dos resultados a partir do desenho de métodos mistos

Um dos aspectos que atravessa os cinco capítulos desta tese é a evidência de que a transição para o desligamento de adolescentes em situação de acolhimento institucional exige uma preparação focada nos desafios próprios da vida adulta. A emancipação compulsória aos 18 anos, que obriga os jovens a subitamente viverem de forma independente, pressupõe o preparo para realização de atividades cotidianas (fazer compras, cozinhar, administrar finanças, usar transporte público, etc.) bem como um vínculo empregatício que os permita prover suas necessidades básicas. Vimos que no contexto brasileiro essa preparação se faz ainda mais necessária, já que de forma geral nossos jovens não contam com moradias de transição (repúblicas) e muitas vezes também não contam com o suporte de suas famílias de origem.

Três aspectos revelaram-se especialmente importantes na preparação dos jovens: a aquisição de habilidades de vida cotidiana, a profissionalização e o nível de escolaridade. A maioria dos programas de intervenção analisados na revisão sistemática centrou seus esforços em favorecer esses três aspectos. Observou-se, porém, uma ênfase no treinamento de habilidades de vida cotidiana, que é fruto de políticas públicas específicas destinadas a essa população em países como os Estados Unidos. De forma geral, os adolescentes participantes dos estudos quantitativos desta tese sentem-se preparados para realizar tarefas de vida cotidiana ao deixarem as instituições. Por outro lado, o discurso dos jovens que já egressaram revela que ao saírem deram-se conta de que na verdade não estavam tão preparados quanto imaginavam. As poucas oportunidades oferecidas dentro das instituições para exercitar habilidades cotidianas foram apontadas como causa da inexperiência para cozinhar, usar transporte público, administrar finanças, entre outras tarefas típicas da vida adulta.

O nível de escolaridade determina em grande parte as opções de trabalho que os jovens encontrarão após a saída, bem como as chances de continuidade dos estudos e ingresso no Ensino Superior. A influência do nível de escolaridade na inserção profissional após a saída está evidenciada nos resultados da metanálise. Os estudos quatro e cinco também demonstram a importância do nível de escolaridade e número de retenções para as aspirações de continuidade dos estudos, bem como para a conquista de postos de trabalho por jovens egressos no sul do Brasil.

Três dos estudos desta tese apontaram diferenças entre meninos e meninas no que se refere à empregabilidade e escolaridade. Ser menina parece influenciar positivamente as chances de ter um emprego ao sair do acolhimento, bem como reduzir as chances de retenções escolares. Esses dois resultados são complementares, já que quanto mais escolaridade, maiores as chances de conquistar uma vaga de trabalho. No entanto, os resultados também revelam a precariedade e a informalidade das vagas de trabalho conquistadas pelas meninas,

assim como a interferência da maternidade na continuidade dos estudos e na empregabilidade. Em relação a este último aspecto, destaca-se que a maternidade em si não configura risco para as meninas participantes, mas sim a falta de suporte social e não observância a direitos (como vagas nas creches) que as permitam voltar a estudar e trabalhar.

O tema do suporte social e do apoio emocional é transversal aos cinco estudos que compõe a tese. A fragilidade das redes de suporte caracteriza-se como principal fator de risco para o desenvolvimento dos adolescentes e jovens participantes. Por outro lado, fontes de suporte substitutivas encontradas durante o acolhimento funcionam como principais fatores de proteção. Toda a preparação destinada a aspectos práticos da vida cotidiana após o desligamento, não encontra sustentação se não houver pelo menos um adulto de referência que possa servir como fonte de apoio emocional, instrumental e informacional. Nesse sentido, destaca-se a importância do favorecimento de vínculos com mentores que acompanhem os jovens em seus processos de transição. Os egressos entrevistados revelam, em concordância com estudos anteriores (Courtney & Dworsky, 2006; Masten & Garmenzy, 1985), que quanto mais adultos funcionando como referentes, maiores as oportunidades de desenvolver as diferentes potencialidades que possuem.

A constância oferecida pelos vínculos com mentores, sejam eles naturais ou não, ofereceu a alguns dos jovens entrevistados um contraponto em relação a outro importante fator de risco para seu desenvolvimento: a instabilidade no acolhimento. A problemática das trocas de instituições e cuidadores evidenciou-se nos resultados dos estudos dois, três e cinco. As consequências da instabilidade são amplamente investigadas nos mais diversos países, havendo consenso sobre os efeitos deletérios da mesma para o desenvolvimento de crianças e adolescentes (Barth & Jonson-Reid, 2000; Humphreys et al., 2017; Pecora et al., 2005). No sul do Brasil, como revelam os resultados desta tese, a problemática é especialmente impactante para os processos de transição, já que a experiência de passar por duas ou mais instituições de acolhimento é uma realidade para a grande maioria.

O número de instituições pelas quais as crianças e adolescentes acolhidos passam, a qualidade do cuidado oferecido nelas e a garantia da convivência familiar e comunitária, são todos aspectos que se revelaram especialmente importantes para um bom processo de transição. São condições que dependem em grande parte de ações e serviços vinculados a níveis contextuais sobre os quais os adolescentes e jovens não tem influência direta. A necessidade de promover e fortalecer fatores protetivos que transcendam as características pessoais e os relacionamentos face-a-face de cada indivíduo está evidenciada pelo conjunto de estudos conduzidos nesta tese.

As principais necessidades para um processo de transição bem sucedido serão sanadas através da observância (não só pelo sistema de proteção como por diferentes setores da sociedade), às diferentes diretrizes que já existem e podem garantir os direitos desses jovens. Os resultados obtidos permitem destacar alguns dentre os fatores protetivos de macro e exo contexto que já estão descritos em documentos como o ECA, o PNCFC e o Manual de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, mas que precisam ser efetivados. Um deles é o fortalecimento da convivência comunitária, pois se observou que a participação na comunidade tem relação com bons resultados na escola, no trabalho e na aquisição de habilidades para a vida cotidiana. Outro fator está na atenção de qualidade à saúde mental, já que a fragilidade emocional inerente à maioria dos adolescentes é um dos principais entraves na preparação para a vida adulta. Por fim, fatores como a implantação de moradias de transição (repúblicas), o reordenamento dos serviços de acolhimento a fim de reduzir o número de acolhidos em cada instituição, e a capacitação continuada dos educadores e profissionais também se mostraram essenciais para a conquista de bons resultados após o desligamento de acordo com os resultados obtidos nos diferentes estudos.

Ao atender as necessidades de preparação e apoio emocional dos adolescentes descritas acima, um fator crucial ainda precisa ser considerado. O adolescente ou jovem deve ocupar papel central no planejamento e nas decisões a respeito de sua vida e de seu futuro. A revisão sistemática revelou que programas de intervenção cujas avaliações tiveram resultados satisfatórios, apostaram na construção coletiva com participação dos jovens, oferecendo-lhes o lugar de protagonistas de suas próprias histórias. Esse aspecto foi também muito destacado pelos egressos entrevistados no estudo qualitativo, que enfatizaram o papel protetivo de relações de apoio que favoreceram seu protagonismo e consideraram suas opiniões. Em conjunto, os estudos desta tese apontam enfaticamente para esta direção, ações com objetivo de favorecer a autonomia e preparar o adolescente para o desligamento só serão efetivas na medida em que estes sejam empoderados para superarem a posição de meros usuários de serviços.

Os resultados do primeiro, do terceiro e do quinto estudo trazem algumas contribuições no que se refere especificamente a programas de intervenção para jovens com história de acolhimento. A primeira delas é a constatação de que, para além da proteção e suporte oferecido nas instituições de acolhimento, serviços auxiliares com foco na transição são muito benéficos. A revisão sistemática dos programas existentes em alguns países revela a variedade de estratégias e formatos que podem ser adotados para facilitar o processo transitório. Estes programas são em geral oferecidos por entidades e profissionais externos as equipes do acolhimento, e complementam o cuidado e suporte oferecido por estas. Nesse

sentido, muitas das dificuldades vivenciadas pelos participantes destes estudos poderiam ser superadas com auxílio de programas semelhantes no contexto brasileiro. Embora no Brasil existam algumas iniciativas pontuais para auxiliar os jovens na transição, nossos resultados evidenciam que tais serviços precisam ser oferecidos de forma universal e continuada.

Além da carência de políticas e programas específicos para atender as necessidades dos jovens em transição, identificou-se a necessidade de avaliação continuada de programas, que embora não tenham como foco os egressos, são auxiliares na preparação deles. É o caso do Programa Jovem Aprendiz, focalizado na profissionalização dos adolescentes, e que de acordo com nossos resultados falha em favorecer as perspectivas de futuro dos acolhidos. Nossos resultados, assim como de estudos anteriores (Alves & Albanese, 2016; Amazarray et al. 2009), apontam que as falhas desta política podem estar atreladas a falta de participação ativa do jovem no processo de aprendizagem. No entanto, somente através de avaliações de processo, efeito e impacto desta política será possível conhecer de fato quais são as melhorias que precisam ser conduzidas a fim de que ela atinja seus objetivos.

Após a análise do processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta através de diferentes perspectivas, verifica-se que ainda há um extenso caminho a ser percorrido para a garantia dos direitos dos jovens egressos do sistema de proteção brasileiro. Parte desse caminho é certamente composto pela produção de conhecimento científico sobre o tema, a fim de contribuir para a visibilidade dessa população negligenciada e para a melhora das práticas destinadas a ela. Esta tese configura-se como importante passo nesse sentido, porém ela contém limitações que precisam ser evidenciadas e consideradas na interpretação de seus resultados.

As principais limitações certamente se referem as amostras utilizadas nos estudos três, quatro e cinco. Nos estudos quantitativos, amostras mais numerosas poderiam ter oferecido maior robustez às análises conduzidas, assim como maiores condições de generalização dos resultados às populações de adolescentes acolhidos nas três cidades onde os estudos foram conduzidos. Para o estudo qualitativo a limitação em relação aos participantes não esteve vinculada a quantidade, mas a representatividade. Muitos dos jovens egressos encontravam-se em situação de rua, envolvidos em atividades ilícitas, presos, ou em outros contextos que dificultaram sua participação na pesquisa. Entende-se que os jovens participantes refletiram em profundidade sobre o processo de transição, oferecendo elementos importantes para a compreensão de desfechos mais e menos favoráveis. No entanto, é possível que a participação de jovens com trajetórias distintas e menos resilientes possa contribuir ainda mais para a compreensão do fenômeno.

As condições de vida dos participantes desta tese oferecem outro ponto a ser discutido em termos de limitações e futuras possibilidades. Estudos com populações vulneráveis precisam estar pautados em cuidados éticos que extrapolam aqueles normalmente adotados em pesquisas com seres humanos. Para além da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e da observância rigorosa às normas da resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, os pesquisadores envolvidos nesta tese buscaram a proteção integral dos participantes, adotando uma postura de reconhecimento dos adolescentes e jovens como atores sociais e protagonistas do processo de pesquisa (Morais et al., 2017).

A resolução 510/2016, a mais recente sobre ética na pesquisa em ciências humanas e sociais, avançou ao superar entraves que a psicologia enfrentava ao conduzir estudos com populações vulneráveis, que são o público prioritário do nosso saber e prática (Costa, Landim & Borsa, 2017). No entanto, o respeito e maior autonomia oferecida por tal resolução à nossa área de conhecimento, não avaliza o acesso aos participantes de pesquisa. Especificamente no campo da proteção especial, observou-se uma crença de que a participação de sujeitos vulneráveis em estudos é necessariamente danosa. Entende-se que isto se deva a insuficiente relação entre este campo de atuação (e seus profissionais) e a academia (e seus pesquisadores). O fato é que, em decorrência desta realidade, obtivemos negativas de participação por parte de instituições e departamentos de proteção especial, justificadas pelo temor de revitimização dos participantes. O cerceamento de acesso a pesquisa nesse contexto desconsiderou o nível acadêmico do projeto a ser conduzido, bem como a trajetória, formação e compromisso ético dos profissionais pesquisadores envolvidos.

Quando houve aprovação dos setores de proteção especial para contatar as unidades de acolhimento, a autorização esteve marcada por extenso e burocrático processo. Nem sempre esteve claro a quem cabia o papel de analisar o pedido e o projeto, o que exigiu uma sequência de e-mails, telefonemas e visitas para garantir a continuidade desses processos. O período de espera pela aprovação dos pedidos variou entre quatro e oito meses. Nos casos em que eles foram aprovados, o documento obtido tampouco garantiu o acesso às instituições, já que às equipes das unidades também coube autonomia em aceitar ou não a presença dos pesquisadores. Entende-se a importância dos esforços empregados para garantir a proteção dos adolescentes, jovens e profissionais. No entanto, problematiza-se a falta de relação entre pesquisa e prática neste contexto, que se traduz em limitações importantes para a construção de conhecimento na área e consequente estagnação das mudanças e melhorias práticas baseadas em evidências.

Processos menos burocráticos e mais formalizados de avaliação de propostas e projetos de pesquisa já aprovados por comitês de ética também facilitariam a superação de

outra importante limitação desta tese. Ressaltou-se ao longo dos estudos conduzidos que a transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta é um processo permeado por características pessoais e contextuais. Como qualquer processo, estaria tanto melhor investigado quanto mais tempo se destinasse a acompanhar os participantes de pesquisa em suas trajetórias. O desenho transversal adotado certamente limitou essa compreensão processual, e, para estudos futuros sugere-se a adoção de desenhos longitudinais que permitam o acompanhamento desde a preparação até os resultados após o desligamento.

Considerando suas limitações e o cenário em que a tese foi construída (permeado por cortes orçamentários e longa interdição do prédio do Instituto de Psicologia da UFRGS), entende-se que os objetivos foram cumpridos e que são diversas as contribuições que ela oferece ao campo de atuação. Encerra-se a escrita e inicia-se neste momento a divulgação do conhecimento, através de publicações e participação em eventos e congressos. Doravante, tem-se também como importante objetivo a devolução dos resultados aos profissionais e cuidadores das mais de 40 unidades de acolhimento envolvidas, bem como aos jovens participantes do estudo qualitativo. Espera-se refletir com estes sobre alternativas na construção de soluções para as necessidades levantadas nesta pesquisa. Pretende-se ainda seguir colaborando para a continuidade do trabalho de parceiros importantes como o Grupo Nós e a *Red Latinoamericana de Egresados de Protección*, no objetivo comum de favorecer competências e habilidades necessárias para que adolescentes e jovens possam exercer plenamente seus direitos uma vez fora do sistema de proteção.

REFERÊNCIAS

- Abaid, J. L. W., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no Sul do Brasil. *Interação em Psicologia, 18*(1), 47-57.
- Ahrens, K. R., DuBois, D. L., Richardson, L. P., Fan, M.-Y., & Lozano, P. (2008). Youth in foster care with adult mentors during adolescence have improved adult outcomes. *Pediatrics, 121*(2), e246–52.
- Ajuntament de Barcelona (2017). El perquè d'una recerca aplicada. In: C. Montserrat i F. Casas, *Les Intervencions psicosocioeducatives en famílies amb infants en risc en el marc dels Serveis Socials Bàsics*, (pp13-17). Barcelona: Ajuntament de Barcelona
- Ali, S. R., McWhirter, E. H., & Chronister, K. M. (2005). Self-efficacy and vocational outcome expectations for adolescents of lower socioeconomic status: A pilot study. *Journal of career assessment, 13*(1), 40-58.
- Alves, C. F., Zappe, J. G., Patias, N. D., & Dell'Aglio, D. D. (2015). Relações com a escola e expectativas quanto ao futuro em jovens brasileiros. *Nuances: estudos sobre Educação, 26*(1), 50-65.
- Alves, D. C. B., & Albanese, L. (2016). A produção de subjetividade em programas de aprendizagem profissional. *Psicologia Argumento, 34*(87), 318-332.
- Amazarray, M. R., Dutra-Thomé, L., Souza, A. P. L. D., Poletto, M., & Koller, S. H. (2009). Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. *Psicologia: teoria e pesquisa, 25*(3), 329-338.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica, 2*(28), 255–267.
- Arnett, J. J. (1998). Learning to stand alone: The contemporary American transition to adulthood in cultural and historical context. *Human Development, 41*(5-6), 295-315.
- Arnett, J. J. (2004). *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. New York, NY: Oxford University Press.
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão, 23*(1), 70-75.
- AIHW - Australian Institute of Health and Welfare. (2017). *Child Protection Australia 2015-16. Supplementary data tables*. Canberra: AIHW
- Avery, R. J. (2011). The potential contribution of mentor programs to relational permanency for youth aging out of foster care. *Child Welfare, 90*(3), 9.
- Azôr, A. M. G. C. C. V., & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicoogia (Campinas), 25*(1), 77–89.

- Bajoit, G. (2003). *Todo cambia: Análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas*. Santiago, Chile: LOM Ediciones
- Barnow, B. S., Buck, A., O'Brien, K., Pecora, P., Ellis, M. L., & Steiner, E. (2015). Effective services for improving education and employment outcomes for children and alumni of foster care service: correlates and educational and employment outcomes. *Child & Family Social Work, 20*(2), 159–170.
- Barros, N. S., & Naiff, L. A. M. (2015). Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 15*(1), 240-259.
- Barth, R. P. (2002). *Institutions X Foster Homes: The Empirical Base for The Second Century of Debate*. Chapel Hill, NC: UNC, School of Social Work, Jordan Institute for Families.
- Barth, R. P., & Jonson-Reid, M. (2000) Outcomes after child welfare services: Implications for the design of performance measures. *Child and Youth Service Review, 22*, 763– 787.
- Beal, S. J., & Crockett, L. J. (2010). Adolescents' occupational and educational aspirations and expectations: Links to high school activities and adult educational attainment. *Developmental Psychology, 46*(1), 258–265.
- Bedin, L. M., & Sarriera, C. J. (2014). Propriedades psicométricas das escalas de bem-estar: PWI, SWLS, BMSLSS e CAS. *Avaliação Psicológica, 13*(2), 213-225.
- Ben-Arieh, A., McDonnell, J., & Attar-Schwartz, S. (2009). Safety and home-school relations as indicators of child well-being: Whose perspective counts? *Social Indicators Research, 90*(3), 339-349.
- Benbenishty, R., & Schiff, M. (2009). Perceptions of readiness to leave care among adolescents in foster care in Israel. *Children and Youth Services Review, 31*(6), 662-669.
- Bengtsson, M., Sjöblom, Y., & Öberg, P. (2018). Young care leavers' expectations of their future: A question of time horizon. *Child & Family Social Work, 23*(2), 188-195.
- Berzin, S. C. (2008). Difficulties in the Transition to Adulthood: Using Propensity Scoring to Understand What Makes Foster Youth Vulnerable. *Social Service Review, 82*(2), 171–196.
- Berzin, S. C., Singer, E., & Hokanson, K. (2014). Emerging versus emancipating: The transition to adulthood for youth in foster care. *Journal of Adolescent Research, 29*(5), 616-638.
- Bick, J., Zhu, T., Stamoulis, C., Fox, N. A., Zeanah, C., & Nelson, C. A. (2015). *JAMA Pediatrics, 169*(3), 211-219.
- Blanco, A., & Valera, S. (2007). Los fundamentos de la intervención psicosocial. *Intervención Psicosocial, 3*-44.
- Blasco, J., & Casado, D. (2009). *Guia pràctica 5 Avaluació d'impacte*. Barcelona: Ivàlua.

- Bonanno, G. A., Romero, S. A., & Klein, S. I. (2015). The temporal elements of psychological resilience: An integrative framework for the study of individuals, families, and communities. *Psychological Inquiry*, 26(2), 139-169.
- Borenstein, M., Hedges, L., Higgins, J., & Rothstein, H. (2005). *Comprehensive meta-analysis (Version 2)*.
- Borenstein, M., Hedges, L., Higgins, J., & Rothstein, H. (2009). *Introduction to meta-analysis*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons.
- Braga, L. D. L., & Dell’Aglío, D. D. (2012). Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(3), 413-420.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto.
- Brasil. (2000). Lei da Aprendizagem. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Palácio do Planalto.
- Brasil. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf.
- Brasil (2008). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Conselho Nacional de Assistência Social. Recuperado de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf>.
- Brasil. (2012). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Brito, R., & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115–129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In S. L. Friedmann & T. D. Wacks (Eds.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (pp. 3–30). Washington, DC: American Psychological Association.

- Bronfenbrenner, U. (2005). The biological theory of human development. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human being human: Bioecological perspectives on human development* (pp. 3–15). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Brown, S., & Wilderson, D. (2010). Homelessness prevention for former foster youth: Utilization of transitional housing programs. *Children and Youth Services Review, 32*(10), 1464–1472.
- Bruggemann, O. M., & Parpinelli, M. A. (2008). Utilizando as abordagens qualitativas e quantitativas na produção do conhecimento. *Revista da Escola de Enfermagem USP, 42*(3), 563-568.
- Brumley, L. D., Jaffee, S. R., & Brumley, B. P. (2017). Pathways from childhood adversity to problem behaviors in young adulthood: The mediating role of adolescents' future expectations. *Journal of Youth and Adolescence, 46*(1), 1-14.
- Bryan, A., Aiken, L. S., & West, S. G. (2004). HIV/STD Risk Among Incarcerated Adolescents: Optimism About the Future and Self-Esteem as Predictors of Condom Use Self-Efficacy. *Journal of Applied Social Psychology, 34*(5), 912-936.
- Bugalho, N. R. (2018). *Projeto de Lei no 58/2018, de 16 de abril de 2018*. Institui a Bolsa Serviço de Acolhimento em República no Município de Presidente Prudente. Recuperado de <https://www.camarapresidente.sp.gov.br/?pag=T1RFPU9UVT1PVEk9T0dZPU9HRT1PV0k9T1RZPU9XUT0=&&idprojeto=8485>
- Cabrera, P., Auslander, W., & Polgar, M. (2009). Future orientation of adolescents in foster care: Relationship to trauma, mental health, and HIV risk behaviors. *Journal of Child & Adolescent Trauma, 2*(4), 271-286.
- Camarano, A. (2006). Considerações Finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? In A. Camarano (Ed.), *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (pp. 319–330). Rio de Janeiro: IPEA.
- Camarano, A., Mello, J., Pasinato, M., & Kanso, S. (2004). Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro. *Ultima Década, 12*(21), 11–50.
- Cashmore, J., & Paxman, M. (2006). Predicting after-care outcomes: the importance of “felt” security. *Child & Family Social Work, 11*(3), 232–241.
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. S. (2017). *Atlas da violência 2017*. Brasília, DF: IPEA.
- Cerqueira, D. & Moura, R. (2013). *O custo da juventude perdida no Brasil*. Estado, Instituições e Democracia. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Governo Federal/Brasília.

- Clinkinbeard, S. S. (2014). What lies ahead: An exploration of future orientation, self-control, and delinquency. *Criminal Justice Review*, 39(1), 19-36.
- Clinkinbeard, S. S., & Murray, C. I. (2012). Perceived support, belonging, and possible selves strategies among incarcerated juvenile offenders. *Journal of Applied Social Psychology*, 42(5), 1218-1240.
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça. (2018). *Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas*. Brasília, DF. Recuperado de <http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20545-cadastro-nacional-de-criancas-acolhidas-cnca>.
- CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país: relatório da resolução 71/2011*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VOLUME_1_WEB_.PDF.
- Cohen, E., & Franco, R. (1993). *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- Collins, M. E., & Ward, R. L. (2011). Services and outcomes for transition-age foster care youth: Youths' perspectives. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 6(2), 157–165.
- Collins, M. E., Spencer, R., & Ward, R. (2010). Supporting youth in the transition from foster care: formal and informal connections. *Child Welfare*, 89(1), 125–43.
- Conger, D., & Finkelstein, M. J. (2003). Foster care and school mobility. *Journal of Negro Education*, 97-103.
- Cook, R., & Ansell, D. I. (1986). *Independent living services for youth in substitute care*. Prepared for the Administration for Children, Youth, and Families, U.S. Department of Health and Human Services. Rockville, MD: Westat, Inc., Contract OHOS 105-84-1814.
- Cooper, H., Hedges, L. V., & Valentine, J. C. (2009). *The handbook of research synthesis and meta-analysis*. New York: Russell Sage Foundation.
- Cooper, H., Valentine, J. C., Nye, B., & Lindsay, J. J. (1999). Relationships between five after-school activities and academic achievement. *Journal of Educational Psychology*, 91(2), 369.
- Correa, A. (2013) *Projeto de Lei no 2.473, de 26 de setembro de 2013*. Institui o Programa “Depois do Abrigo”. Recuperado de <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/01b7f55fc8add8de83257bea00502ec1?OpenDocument>.
- Corrêa, C. S., & Souza, S. J. (2015). O que será o amanhã?: Expectativas de jovens sobre futuro, política e trabalho. *Desidades*, 8, 19-29.

- Costa, A. C. P. (2012). *Trajetórias sociais de jovens que vivenciaram o processo de desligamento por maioria em abrigos institucionais*. (Dissertação de Mestrado). Recuperada de https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhos/index/144?curso_id=144&page=3
- Costa, V. H. L. B., Landim, I. C., & Borsa, J. C. (2017). Aspectos éticos das pesquisas em psicologia: vulnerabilidade versus proteção. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 16-26.
- Courtney, M. (2009). The difficult transition to adulthood for foster youth in the US: Implications for the state as corporate parent. *Social Policy Report*, 23(1), 3–18.
- Courtney, M. E., & Dworsky, A. (2006). Early outcomes for young adults transitioning from out-of-home care in the USA. *Child & Family Social Work*, 11(3), 209-219.
- Courtney, M., Dworsky, A. & Napolitano, L. (2013). *Providing foster care for young adults: Early implementation of California's Fostering Connections Act*. Chicago: Chapin Hall Center for Children at the University of Chicago. Recuperado de https://www.chapinhall.org/wp-content/uploads/CY_EI_RE2013.pdf
- Courtney, M. E., & Hook, J. L. (2017). The potential educational benefits of extending foster care to young adults: Findings from a natural experiment. *Children and Youth Services Review*, 72, 124-132.
- Courtney, M. E., Hook, J. L., & Lee, J. S. (2012). Distinct subgroups of former foster youth during young adulthood: Implications for policy and practice. *Child Care in Practice*, 18(4), 409-418.
- Courtney, M. E., Piliavin, I., Grogan-Kaylor, A., & Nesmith, A. (2001). Foster youth transitions to adulthood: a longitudinal view of youth leaving care. *Child Welfare League of America*, 53(6), 685–717.
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks: Sage.
- Csikszentmihalyi, M. (1990). *Flow: The psychology of optimal experience*. New York: Harper & Row.
- Csikszentmihalyi, M., Rathunde, K., & Whalen, S. (1993). *Talented teenagers: The roots of success & failure*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Cummins, R. A., & Lau, A. L. D. (2005). *Personal Wellbeing Index-School Children (PWI-SC)* (English) (3rd Edition). Austrália: Deakin University.

- Cunningham, M., Corprew, C. S., & Becker, J. E. (2009). Associations of future expectations, negative friends, and academic achievement in high-achieving African American adolescents. *Urban Education, 44*(3), 280-296.
- Cyrułnik, B. (2005). *The whispering of ghosts: Trauma and resilience*. Other Press.
- Daining, C., & DePanfilis, D. (2007). Resilience of youth in transition from out-of-home care to adulthood. *Children and Youth Services Review, 29*(9), 1158–1178.
- Daly, F. (2012). What do Young People Need When They Leave Care? Views of Care-leavers and Aftercare Workers in North Dublin. *Child Care in Practice, 18*(4), 309–324.
- de Castro, L. R. (2010). Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 25*(4), 479.
- del Valle, J. F., Bravo, A., Alvarez, E., & Fernanz, A. (2008). Adult self-sufficiency and social adjustment in care leavers from children's homes: a long term assessment. *Child & Family Social Work, 13*(1), 12–22.
- del Valle, J. F., Lázaro-Visa, S., López, M., & Bravo, A. (2011). Leaving family care. *Children and Youth Services Review, 33*(12), 2475–2481.
- Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal: Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade, 22*(2), 335-344.
- Dell'Aglio, D. D., & Hutz, C. S. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 17*(3), 341-350.
- Dias, M. de L., & Silva, R. da. (2012). O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. *Tuiuti: Ciência E Cultura, 45*, 177–188.
- Díaz-Morales, J. F., & Sánchez-López, M. P. (2002). Relaciones entre estilos de personalidad y satisfacción autopercebida en diferentes áreas vitales. *Psicothema, 14*(1), 100-105.
- Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *The American Psychologist, 55*(1), 34–43.
- Dinisman, T. (2016). Life satisfaction in the transition from care to adulthood: the contribution of readiness to leave care and social support. *Child & Family Social Work, 21*(4), 401-411.
- Dinisman, T., & Zeira, A. (2011). The contribution of individual, social support and institutional characteristics to perceived readiness to leave care in Israel: An ecological perspective. *British Journal of Social Work, 41*(8), 1442-1458.
- Dinisman, T., Montserrat, C., & Casas, F. (2012). The subjective well-being of Spanish adolescents: Variations according to different living arrangements. *Children and Youth Services Review, 34*(12), 2374-2380.

- Dixon, J. (2007). Obstacles to participation in education, employment and training for young people leaving care. *Social Work and Social Sciences Review*, 13(2), 18–34.
- Dixon, J. (2008). Young people leaving care: health, well-being and outcomes. *Child & Family Social Work*, 13(2), 207-217.
- Dozier, M., Kaufman, J., Kobak, R., O'Connor, T. G., Sagi-Schwartz, A., Scott, S., . . . Zeanah, C. H. (2014). Consensus statement on group care for children and adolescents: A statement of policy of the American Orthopsychiatric Association. *American Journal of Orthopsychiatry*, 84(3), 219-225.
- Duvall, Sue & Tweedie, Richard. (2000). Trim and Fill: A simple funnel-plot-based method of testing and adjusting for publication bias in meta-analysis. *Biometrics*, 56, 455-463.
- Dworsky, A., & Pérez, A. (2010). Helping former foster youth graduate from college through campus support programs. *Children and Youth Services Review*, 32(2), 255–263.
- Dworsky, A., Napolitano, L., & Courtney, M. (2013). Homelessness during the transition from foster care to adulthood. *American Journal of Public Health*, 103(S2), S318-S323.
- Dworsky, A., White, C. R., O'Brien, K., Pecora, P., Courtney, M., Kessler, R., ... & Hwang, I. (2010). Racial and ethnic differences in the outcomes of former foster youth. *Children and Youth Services Review*, 32(6), 902-912.
- Eastman, A. L., Putnam-Hornstein, E., Magruder, J., Mitchell, M. N., & Courtney, M. E. (2017). Characteristics of youth remaining in foster care through age 19: A pre-and post-policy cohort analysis of California data. *Journal of Public Child Welfare*, 11(1), 40-57.
- Eccles, J. S., & Barber, B. L. (1999). Student council, volunteering, basketball, or marching band: What kind of extracurricular involvement matters? *Journal of Adolescent Research*, 14(1), 10-43.
- Eccles, J. S., Barber, B. L., Stone, M., & Hunt, J. (2003). Extracurricular activities and adolescent development. *Journal of Social Issues*, 59(4), 865-889.
- Elage, B., Góes, M., Fiks, M., & Gentile, R. (2011). *Perspectivas Formação de Profissionais em Serviços de Acolhimento*. São Paulo: Instituto Fazendo História. Recuperado de https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5734bc8537013b24913bbb18/1463073930949/Formac%CC%A7a%CC%83o_web.pdf
- Emmons, R. A., & Shelton, C. M. (2002). Gratitude and the science of positive psychology. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology* (pp. 459-471). New York, NY, US: Oxford University Press.
- European Commission, Employment, Social Affairs and Inclusion. (2014). *Testing Social Policy Innovation: Primer for the training*. Recuperado de ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=11919&langId=en.

- Farineau, H. M., & McWey, L. M. (2011). The relationship between extracurricular activities and delinquency of adolescents in foster care. *Children and Youth Services Review, 33*(6), 963-968.
- FEPA - Federación de Entidades con Proyectos y Pisos Asistidos. (2014). *Jovenes extutelados: el reto de emancipar-se hoy*. (Dossiers del Tercero Sector, núm. 33). Recuperado de http://www.tercersector.cat/sites/default/files/dossier_jovenes_extutelados._el_reto_de_emanciparse_hoy.pdf
- Fernández, F., I (2003). ¿Investigación en atención primaria? *Atención Primaria., 31*, 281-284.
- Ferreira, V. V. D. F., Littig, P. M. C. B., & Vescovi, R. G. L. (2014). Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. *Psicologia & Sociedade, 26*(1), 165-174.
- Freitas, M. D. F. Q. D., & Oliveira, L. M. P. D. (2012). Juventude e educação profissionalizante: dimensões psicossociais do programa jovem aprendiz. *Psicologia em Pesquisa, 6*(2), 111-120.
- Fredricks, J. A., & Eccles, J. S. (2006). Is extracurricular participation associated with beneficial outcomes? Concurrent and longitudinal relations. *Developmental Psychology, 42*(4), 698.
- Fredricks, J. A., & Simpkins, S. D. (2012). Promoting Positive Youth Development through organized after-school activities: Taking a closer look at participation of ethnic minority youth. *Child Development Perspectives, 6*(3), 280-287.
- Freitas, M. F. Q., & Oliveira, L. M. P. (2012). Juventude e educação profissionalizante: dimensões psicossociais do programa jovem aprendiz. *Psicologia em Pesquisa, 6*(2), 111-120.
- Frimpong Manso, K. A. (2012). Preparation for Young People Leaving Care: The Case of SOS Children's Village, Ghana. *Child Care in Practice, 18*(4), 341-356.
- Galíndez, E., & Casas, F. (2010). Adaptación y validación de la Students' Life Satisfaction Scale (SLSS) con adolescentes. *Estudios de Psicología, 31*(1), 79-87.
- Gallo, A. E., & de Albuquerque Williams, L. C. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa, 38*(133), 41-59.
- Garcia, A. R., Pecora, P. J., Harachi, T., & Aisenberg, E. (2012). Institutional predictors of developmental outcomes among racially diverse foster care alumni. *The American Journal of Orthopsychiatry, 82*(4), 573-84.

- Garcia, J. M., Sala Roca, J., & Sabatés, A. L. (2015). Jóvenes tutelados y transición a la vida independiente: indicadores de éxito. *Revista Española de Orientación y Psicopedagogía*, 26(2).
- García-Viniegras, C. R. V. (2005). El bienestar psicológico: Dimensión subjetiva de la calidad de vida. *Revista electrónica de psicología Iztacala*, 8(2), 20.
- Gotlib, I. H., & Wheaton, B. (1997). *Stress and adversity over the life course: Trajectories and turning points*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Gottfredson, L. S. (1981). Circumscription and compromise: A developmental theory of occupational aspirations. *Journal of Counseling Psychology*, 28(6), 545–579.
- Goyette, M., Maan-Feder, V., Turcotte, D., & Grenier, S. (2016). Youth empowerment and engagement: an analysis of support practices in the youth protection system in Quebec. *Revista Espanola de Pedagogia*, 74(263), 31–49.
- Greeson, J. (2013). Foster youth and the transition to adulthood the theoretical and conceptual basis for natural mentoring. *Emerging Adulthood*, 1(1), 40–51.
- Greeson, J. K. P., Garcia, A. R., Kim, M., & Courtney, M. E. (2014). Foster Youth and Social Support: The First RCT of Independent Living Services. *Research on Social Work Practice*, 25(3), 349–357.
- Greeson, J. K. P., Garcia, A. R., Kim, M., Thompson, A. E., & Courtney, M. E. (2015). Development & maintenance of social support among aged out foster youth who received independent living services: Results from the Multi-Site Evaluation of Foster Youth Programs. *Children and Youth Services Review*, 53, 1–9.
- Greeson, J. K. P., Usher, L., & Grinstein-Weiss, M. (2010). One adult who is crazy about you: Can natural mentoring relationships increase assets among young adults with and without foster care experience? *Children and Youth Services Review*, 32(4), 565–577.
- Grupo Banco Mundial (2018). *Competências e Empregos: uma agenda para a juventude. Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas*. Recuperado de <http://documents.worldbank.org/curated/pt/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P156683-CompetenciaseEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf>.
- Günther, I. D. A., & Günther, H. (1998). Brasília's pobres, Brasília's ricas: perspectivas de futuro entre adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 191-207.
- Hogan, D. P., & Astone, N. M. (1986). The transition to adulthood. *Annual Review of Sociology*, 12(1), 109-130.
- Holt, S., & Kirwan, G. (2012). The “key” to successful transitions for young people leaving residential child care: The role of the keyworker. *Child Care in Practice*, 18(4), 371-392.

- Hook, J. L., & Courtney, M. E. (2011). Employment outcomes of former foster youth as young adults: The importance of human, personal, and social capital. *Children and Youth Services Review, 33*(10), 1855-1865.
- Horochovski, R. R. & Meirelles, G. (abril, 2007). *Problematizando o conceito de empoderamento*. Trabalho apresentado no II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais - NPMS, UFSC, Florianópolis, Brasil.
- Hudson, A. L., & Nandy, K. (2012). Comparisons of substance abuse, high-risk sexual behavior and depressive symptoms among homeless youth with and without a history of foster care placement. *Contemporary Nurse, 42*(2), 178–86.
- Huebner, E. S. (1991). Initial development of the Students' Life Satisfaction Scale. *School Psychology International, 12*, 231-240.
- Huedo-Medina, T. B., Sánchez-Meca, J., Marín-Martínez, F., & Botella, J. (2006). Assessing heterogeneity in meta-analysis: Q statistic or I² index? *Psychological methods, 11*(2), 193.
- Humphreys, K. L., Nelson, C. A., Fox, N. A., & Zeanah, C. H. (2017). Signs of reactive attachment disorder and disinhibited social engagement disorder at age 12 years: Effects of institutional care history and high-quality foster care. *Development and psychopathology, 29*(2), 675-684.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2004). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)*. Retrived from: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>
- Incarnato, M. (maio, 2018). ¿Qué hace el Estado por los adolescentes y jóvenes separados de sus familias? *Clarín*. Recuperado de https://www.clarin.com/opinion/hace-chicos-adolescentes-separados-familias_0_BykS-KYJX.html.
- Instituto Fazendo História. (2014). *Relatório Anual de Atividades 2014*. Recuperado de http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/relatorio_anual_2014.pdf
- Jackson, S., & Cameron, C. (Eds.). (2014). *Improving access to further and higher education for young people in public care*. European policy and practice. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Jackson, Y., Gabrielle, J., Tunno, A. M., & Hambrick, E. P. (2012). Strategies for Longitudinal Research with Youth in Foster Care: A Demonstration of Methods, Barriers, and Innovations. *Child and Youth Service Review, 34*(7), 1208-1213.
- Jackson. S. & Martin. P. (1998) Surviving the care system: education and resilience. *Journal of Adolescence, 21*, 5, 569-583

- James, S., Landsverk, J. A., & Slymen D. J. (2004) Placement movement in out-of-home care: patterns and predictors. *Child and Youth Service Review*, 26, 185–206
- Jessor, R., Donovan, J. E., & Costa, F. (1990). Society, personality, and deviant behavior: A study of a tri-ethnic community. In K. Hurrelmann & F. Losel (Eds.), *Health hazards in adolescence* (pp. 25–410). New York: de Gruyter.
- Jones, L. (2012). Measuring resiliency and its predictors in recently discharged foster youth. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 29(6), 515-533.
- Jones, L., & Lansdverk, J. (2006). Residential education: Examining a new approach for improving outcomes for foster youth. *Children and Youth Services Review*, 28(10), 1152–1168.
- Kerpelman, J. L., Eryigit, S., & Stephens, C. J. (2008). African American adolescents' future education orientation: Associations with self-efficacy, ethnic identity, and perceived parental support. *Journal of Youth and Adolescence*, 37(8), 997-1008.
- Kirk, C., Lewis, R. K., Nilsen, C., & Colvin, D. Q. (2011). Foster Care and College: The Educational Aspirations and Expectations of Youth in the Foster Care System. *Youth & Society*, 45(3), 307–323.
- Kirk, R., & Day, A. (2011). Increasing college access for youth aging out of foster care: Evaluation of a summer camp program for foster youth transitioning from high school to college. *Children and Youth Services Review*, 33(7), 1173–1180.
- Kroner, M. J., & Mares, A. S. (2009). Lighthouse independent living program: Characteristics of youth served and their outcomes at discharge. *Children and Youth Services Review*, 31(5), 563–571.
- Larson, R. W. (2000). Toward a psychology of positive youth development. *American Psychologist*, 55, 170–183.
- Lawler, M., Sayfan, L., Goodman, G., Narr, R., & Cordon, I. (2014). Comprehensive residential education: A promising model for emerging adults in foster care. *Children And Youth Services Review*, 38, 10-19.
- Leathers, S. J., & Testa, M. F. (2006). Foster youth emancipating from care: caseworkers' reports on needs and services. *Child Welfare*, 85(3), 463–98.
- Lenz-Rashid, S. (2006). Employment experiences of homeless young adults: Are they different for youth with a history of foster care? *Children and Youth Services Review*, 28(3), 235–259.
- Li, D., Chng, G. S., & Chu, C. M. (2017). Comparing long-term placement of residential and family foster care: A meta-analysis. *Trauma, Violence & Abuse*, X(X), 1-12.

- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate healthcare interventions: explanation and elaboration. *Journal of Clinical Epidemiology*, *62*(10), 1–34.
- Lisella, L. C., & Serwatka, T. S. (1996). Extracurricular participation and academic achievement in minority students in urban schools. *The Urban Review*, *28*(1), 63-80.
- Llosada-Gistau, J., Montserrat, C., & Casas, F. (2015). The subjective well-being of adolescents in residential care compared to that of the general population. *Children and Youth Services Review*, *52*, 150-157.
- Locatelli, A., Bzuneck, J., & Guimarães, S. (2007). A motivação de adolescentes em relação com a perspectiva de tempo futuro. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, *20*(2), 268–276.
- Lockwood, K. K., Friedman, S., & Christian, C. W. (2015). Permanency and the foster care system. *Current Problems in Pediatric and Adolescent Health Care*, *45*(10), 306-315.
- Luthar, S. S. (2006). Resilience in development: A synthesis of research across five decades. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (pp. 739-795). Hoboken, NJ: John Wiley.
- Mahoney, J. L., & Cairns, R. B. (1997). Do extracurricular activity protects against early school dropout? *Developmental Psychology*, *33*(2), 241-253.
- Mahoney, J. L., Cairns, B. D., & Farmer, T. W. (2003). Promoting interpersonal competence and educational success through extracurricular activity participation. *Journal of Educational Psychology*, *95*(2), 409.
- Mahoney, J. L., Larson, R. W., Eccles, J. S., & Lord, H. (2005). Organized activities as developmental contexts for children and adolescents. In J. Mahoney, R. Larson, & J. S. Eccles (Eds.), *Organized activities as contexts of development: Extracurricular activities, after-school, and community programs* (pp. 3–22). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Mahoney, J. L., Lord, H., & Carryl, E. (2005). An ecological analysis of after-school program participation and the development of academic performance and motivational attributes for disadvantaged children. *Child Development*, *76*, 811–825.
- Mallon, G. P. (1998). After care, then where? Outcomes of an independent living program. *Child Welfare*, *77*(1), 61.
- Maluccio, A. N., Krieger, R., & Pine, B. A. (1990). *Preparing Adolescents for Life after Foster Care: The Central Role of Foster Parents*. Child Welfare League of America, 440 First St., NW, Suite 310, Washington, DC 20001-2085.
- Maposa, J. F., & Louw-Potgieter, J. (2012). Na Outcome Evaluation of a Youth Development Programme. *Social Work/Maatskaplike Werk*, *48*(2).

- Marsh, H., & Kleitman, S. (2002). Extracurricular school activities: The good, the bad, and the nonlinear. *Harvard Educational Review*, 72(4), 464-515.
- Martinez, A. L. M., & Soares-Silva, A. P. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista*, 14(2), 113–132.
- Masten, A. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56(3), 227-238.
- Masten A., & Coatsworth, J. D. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments: Lessons from research on successful children. *The American Psychologist*, 53(2), 205-220.
- Masten, A. S. & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology. Em B. Lahey (Org.), *Advances in clinical child psychology*. (pp.1-52). New York: Plenum Press, 8.
- Masten, A. S., Hubbard, J. J., Gest, S. D., Tellegen, A., Garmezy, N., & Ramirez, M. (1999). Competence in the context of adversity: Pathways to resilience and maladaptation from childhood to late adolescence. *Development and psychopathology*, 11(1), 143-169.
- McCoy, H., & Bowen, E. A. (2015). Hope in the social environment: Factors affecting future aspirations and school self-efficacy for youth in urban environments. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 32(2), 131-141.
- McDonald, T., Allen, R., Westerfeld, A., & Piliavin, I. (1996). *Assessing Long-Term Effects of Foster Care: A Research Synthesis*. Washington, DC: Child Welfare League of America.
- McKnight, C. G., Huebner, E. S., & Suldo, S. (2002). Relationships among stressful life events, temperament, problem behavior, and global life satisfaction in adolescents. *Psychology in the Schools*, 39(6), 677-687.
- McMillen, J. C., Rideout, G., Fisher, R., & Tucker, J. (1997). Independent-living services: The views of former foster youth. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 78(5), 471-479.
- McWhirter, E. H., & McWhirter, B. T. (2008). Adolescent future expectations of work, education, family, and community development of a new measure. *Youth & Society*, 40(2), 182-202.
- MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2015). Censo SUAS 2014. Brasília.
- MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2017). Censo SUAS 2016. Brasília.

- Medrado, J. A. L. (2010). “*Vou deixando a vida me levar...*”. *Histórias de vínculos, rupturas e projetos de vida de jovens egressos de um abrigo em Salvador*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Católica do Salvador. Salvador, Bahia.
- Mendes, P. (2011). Towards a Community Development Support Model for Young People Transitioning from State out-of-Home Care: A Case Study of St Luke's Anglicare in Victoria, Australia. *Practice*, 23(2), 69-81.
- Mersky, J. P., & Janczewski, C. (2013). Adult well-being of foster care alumni: Comparisons to other child welfare recipients and a non-child welfare sample in a high-risk, urban setting. *Children and Youth Services Review*, 35(3), 367–376.
- Mitchell, M. B., Jones, T., & Renema, S. (2014). Will I Make It on My Own? Voices and Visions of 17-Year-Old Youth in Transition. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 32(3), 291–300.
- Montero, M. (2004). La participación y el compromiso en el trabajo comunitario. In M. Montero. *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos* (pp. 225-254). Buenos Aires: Paidós
- Montserrat, C. & Casas, F. (2014). Stability and extended support. In S. Jackson and C. Cameron (Ed), *Improving access to further and higher education for young people in public care. European policy and practice*. Jessica Kingsley Publishers, pp. 178-214.
- Montserrat, C., Casas, F., Malo, S., & Bertran, I. (2011). *Los itinerarios educativos de los jóvenes extutelados*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad.
- Montserrat, C., Casas, F., & Sisteró, C. (2015). *Estudio sobre la atención a los jóvenes extutelados: Evolución, valoración y retos de futuro*. Barcelona: Departament de Benestar Social i Família.
- Montserrat C., Dinisman T., Baltatescu S, Grigoras B. A, & Casas F. (2015). The Effect of Critical Changes and Gender on Adolescents' Subjective Well-Being: Comparisons Across 8 Countries. *Child Indicators Research*, 8(1):111-131.
- Montserrat, C., Pernas, R. G., & Brage, L. B. (2016). Los jóvenes en sus trayectorias biográficas. In L. Ballester, J. A. Caride, M. Melendro, & C. Montserrat (Eds.), *Jóvenes que contruyen futuros: de la exclusión a la inclusión social* (pp. 167-228). Universidade de Santiago de Compostela.
- Morais, N. A. D., Lima, R. F. F., Vezedek, L., Santana, J. P., & Koller, S. H. (2017). Ética na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua: considerações a partir da resolução nº 510/2016. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 27-42.

- Moreira, I. M. (2013). *Acolhimento institucional e qualificação profissional: implicações da medida protetiva na vida do jovem egresso*. (Dissertação de Mestrado). Recuperada de http://uece.br/politicaseuece/dmdocuments/idenilse_maria_moreira.pdf
- Munson, M. R., & McMillen, J. C. (2009). Natural Mentoring and Psychosocial Outcomes among Older Youth Transitioning from Foster Care. *Children and Youth Services Review, 31*(1), 104–111.
- Naccarato, T., & Park, K. (2009). Educational Goal Advancement of Foster Youth and the Independent Living Program. *Journal of Public Child Welfare, 3*(4), 372–390.
- Naccarato, T., Brophy, M., & Courtney, M. E. (2010). Employment outcomes of foster youth: The results from the Midwest Evaluation of the Adult Functioning of Foster Youth. *Children and Youth Services Review, 32*(4), 551–559.
- Nelson, G., & Prilleltensky, I. (2005). *Community psychology: In pursuit of liberation and well-being*. New York: Palgrave Macmillan.
- Nesmith, A. (2017). Coping with change: Using the Bridge's Transitions Framework with foster youth. *Children and Youth Services Review, 78*(C), 41-47.
- Nesmith, A., & Christophersen, K. (2014). Smoothing the transition to adulthood: Creating ongoing supportive relationships among foster youth. *Children and Youth Services Review, 37*, 1–8.
- Nsonwu, M. B., Dennison, S., & Long, J. (2015). Foster Care Chronicles: Use of the Arts for Teens Aging Out of the Foster Care System. *Journal of Creativity in Mental Health, 10*(1), 18–33.
- Nurmi, J. (1991). How do adolescents see their future? A review of the development of future orientation and planning. *Developmental Review, 11*(1), 1–59.
- Okpych, N. (2012). Policy framework supporting youth aging-out of foster care through college: Review and recommendations. *Children and Youth Services Review, 34*(7), 1390-1396.
- Okpych, N. J., & Courtney, M. E. (2014). Does education pay for youth formerly in foster care? Comparison of employment outcomes with a national sample. *Children and Youth Services Review, 43*(43), 18–28.
- Oriente, I. Sousa, & S. M. G. (2005) O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicologia em Revista, 11*(17), 29-46.
- Osgood, D. W., Foster, E. M., & Courtney, M. E. (2010). Vulnerable populations and the transition to adulthood. *The Future of Children, 20*(1), 209-229.

- Oshima, K. M. M., Narendorf, S. C., & McMillen, J. C. (2013). Pregnancy Risk Among Older Youth Transitioning Out Of Foster Care. *Children and Youth Services Review, 35*(10), 1760–1765.
- Osterling, K. L., & Hines, A. M. (2006). Mentoring adolescent foster youth: promoting resilience during developmental transitions. *Child & Family Social Work, 11*(3), 242–253.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods* (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Pecora, P. J. (2010). Why current and former recipients of foster care need high quality mental health services. *Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research, 37*(1-2), 185-190.
- Pecora, P. J., Kessler, R. C., O'Brien, K., White, C. R., Williams, J., Hiripi, E., ... & Herrick, M. A. (2006). Educational and employment outcomes of adults formerly placed in foster care: Results from the Northwest Foster Care Alumni Study. *Children and Youth Services Review, 28*(12), 1459-1481.
- Pecora, P., Kessler, R., Williams, J., O'Brien, K., Downs, A. C., English, D. White, J., Hiripi, E., White, C. R., Wiggis, T., & Holmes, K. (2005). *Improving Family Foster Care: Findings from the Northwest Foster Care Alumni Study*. Seattle, WA: Casey Family Programs.
- Pecora, P. J., Williams, J., Kessler, R. C., Hiripi, E., O'Brien, K., Emerson, J., ... & Torres, D. (2006). Assessing the educational achievements of adults who were formerly placed in family foster care. *Child & Family Social Work, 11*(3), 220-231.
- Perugini, A. (2013). *Projeto de Lei n. 439, de 28 de junho de 2013*. Institui o Programa de Atendimento Juvenil aos Egressos da Casa Abrigo. Recuperado de <http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1143707>
- Piccinini, C. A. (1996). Sobre o relacionamento entre pesquisador e profissional em psicologia. *Coletâneas da ANPEPP, 1*, 31-40.
- Pinto, L. W., Oliveira, Q. B. M., Ribeiro, F. M. L., & Melo, A. A. C. A. (2013). Características dos serviços de acolhimento institucional (SAI). In S. G. de Assis & L. O. P. Farias (Eds.), *Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento* (pp. 82-110). São Paulo: Hucitec Editora.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2006). Resiliência: Uma perspectiva conceitual e histórica. In D. D. Dell'Aglio, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Eds.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas), 25*(3), 405–416.

- Portella, E. M. B. (2012). *Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5112>.
- Proctor, C., Linley, P. A., & Maltby, J. (2010). Very happy youths: Benefits of very high life satisfaction among adolescents. *Social Indicators Research*, 98(3), 519-532.
- Raffaelli, M., & Koller, S. H. (2005). Future expectations of Brazilian street youth. *Journal of Adolescence*, 28(2), 249-262.
- Rahamim, A., & Mendes, P. (2016). Mental Health Supports and Young People Transitioning from Out-of-home Care in Victoria. *Children Australia*, 41(1), 59-68.
- Refaeli, T., Benbenishty, R., & Eliel-Gev, M. (2013). Youth aging out of residential care in Israel: Readiness for independent living and need for help. *Children and Youth Services Review*, 35(9), 1601-1607.
- Rhodes, J. E. (2005). A model of youth mentoring. In D. L. DuBois & M. J. Karcher (Eds.), *Handbook of youth mentoring* (pp. 30-43). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Romanelli, B. M. B. (2013). *O que é feito dos jovens? Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional*. (Tese de Doutorado). Recuperada de http://www.ppge.ufpr.br/teses/D13_Berenice%20Romanelli_tese_%20UFPR%202013.pdf.
- Rosa, E. M., Nascimento, C. R. R., Matos, J. R., & Santos, J. R. dos. (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 361-368.
- Rothstein, H. R., Sutton, A. J., Borenstein, M. (2006). *Publication bias in meta-analysis: Prevention, assessment and adjustment*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons.
- Rubilar, M. I. Z. (2015). *Acogimiento familiar en Chile: Análisis de los perfiles familiares y del ajuste de niños y niñas*. (Tese de Doutorado). Recuperada de <https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/38369/TESIS%20DOCTORAL%20DEFINITIVA%20W13.pdf?sequence=1>
- Rutman, D., & Hubberstey, C. (2016). Is anybody there? Informal supports accessed and sought by youth from foster care. *Children and Youth Services Review*, 63, 21-27.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Sala Roca, J., García, M. J., Biarnés, A. V., & Rodríguez, M. (2009). Analysis of factors involved in the social inclusion process of young people fostered in residential care institutions. *Children and Youth Services Review*, 31(12), 1251-1257.
- Santana, J. P., & Koller, S. H. (2004). Introdução à Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano nos Estudos com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.

- In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 109–120). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santana, J. P., Doninelli, T. M., Frosi, R. V., & Koller, S. H. (2005). Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *(18)*1, 134-142.
- Sarriera, J. C. (1999). Uma perspectiva da orientação profissional para o novo milênio. *Revista da ABOP*, *3*(1), 85–96.
- Sarriera, J. C. (2014). Análise de necessidades de um grupo ou comunidade: a avaliação como processo. In J. C. Sarriera & E. T. Saforcada (Eds.), *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas* (1st ed., pp. 139–152). Porto Alegre: Editora Sulina.
- Sarriera, J. C., Casas, F., Bedin, L., Abs, Daniel, Strelhow, M. R., Gross-Manos, D., & Giger, J. (2014). Material resources and children's subjective well-being in eight countries. *Child Indicators Research*, *8*(1), 199-209.
- Scannapieco, M., Connell-Carrick, K., & Painter, K. (2007). In Their Own Words: Challenges Facing Youth Aging Out of Foster Care. *Child and Adolescent Social Work Journal*, *24*(5), 423–435.
- Scannapieco, M., Smith, M., & Blakeney-Strong, A. (2016). Transition from foster care to independent living: Ecological predictors associated with outcomes. *Child and Adolescent Social Work Journal*, *33*(4), 293-302.
- Schütz, F. F., Sarriera, J. C., Bedin, L., & Montserrat, C. (2015). Subjective well-being of children in residential care centers: Comparison between children in institutional care and children living with their families. *Psicoperspectivas*, *15*(1), 19-30
- Scott, L. D., Hodge, D. R., White, T., & Munson, M. R. (2018). Substance use among older youth transitioning from foster care: Examining the protective effects of religious and spiritual capital. *Child & Family Social Work*. 1-9.
- Seginer, R. (2008). Future orientation in times of threat and challenge: How resilient adolescents construct their future. *International Journal of Behavioral Development*, *32*(4), 272-282.
- Seginer, R., & Shoyer, S. (2012). How mothers affect adolescents' future orientation: A two-source analysis. *Japanese Psychological Research*, *54*(3), 310-320.
- Seidman, E., & Pedersen, S. (2005). Contexts and correlates of out-of-school activity participation among low-income urban adolescents. In J. L. Mahoney, R. W. Larson, & J. S. Eccles (Eds.), *Organized activities as contexts of development* (pp. 97-122). Psychology Press.

- Senteio, C., Marshall, K. J., Ritzen, E. K., & Grant, J. (2009). Preventing homelessness: an examination of the transition resource action center. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 37(2), 100–111.
- Shernoff, D. J. (2010). Engagement in after-school programs as a predictor of social competence and academic performance. *American Journal of Community Psychology*, 45(3-4), 325-337.
- Silva, M. E. S. (2010). *Acolhimento institucional: maioria e desligamento*. (Dissertação de Mestrado). Recuperada de https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS_DISSERT.pdf.
- Silva, E. R. A. D., Mello, S. G., & Aquino, L. M. C. (2004). Os abrigos para crianças e adolescentes e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. In E. R. A. D. Silva (Ed.), *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (pp.209-242). Brasília: IPEA.
- Silva, R. D. M., & Trindade, Z. A. (2013). Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 14 (1), 73-86.
- Sinkkonen, H.-M., & Kytälä, M. (2015). Supportive Housing in Foster Care: The Views of Young People. *Child Care in Practice*, 21(4), 408–424.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71–80.
- Siqueira, A., & Dell’Aglío, D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3), 134–146.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.
- Smithgall, C., Gladden, R. M., Howard, R., George, R., & Courtney, M. (2004). *Educational experiences of children in out-of-home care*. Chicago, IL: Chapin Hall Center for Children at the University of Chicago.
- SNJ - Secretaria Nacional de Juventude (2013). *Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira*. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>.
- SOS Children’s Villages International. (2016). *Leaving Care and Employment in five European Countries: An undocumented problem?* Recuperado de <https://www.sos->

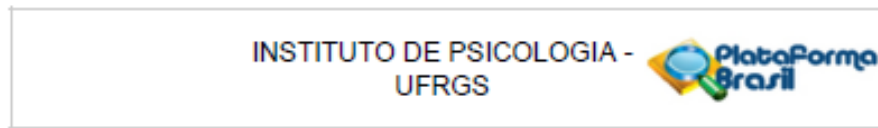
- childrensvillages.org/getmedia/908bc3ed-244d-48d0-b8e1-d44d8cdd8e8a/SOS-CVI_Leaving-Care-and-employment-report_Final.pdf.
- Squassoni, C. E., & Simões Matsukura, T. (2014). Adaptação transcultural da versão portuguesa do Social Support Appraisals para o Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1).
- Stake, R. E. (2000). Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 435–454). London: Sage.
- Stein, M. (2005). *Resilience and Young People Leaving Care*. Joseph Rowntree Foundation, York. Recuperado de <https://www.jrf.org.uk/sites/default/files/jrf/migrated/files/185935369x.pdf>.
- Stein, M. (2008). Transitions from care to adulthood: Messages from research for policy and practice. In M. Stein & E. R. Munro (Eds.), *Youngs people's transitions from care to adulthood: International research and practice* (pp. 289–305). London: Jessica Kingsley.
- Stewart, C. J., Kum, H.-C., Barth, R. P., & Duncan, D. F. (2014). Former foster youth: Employment outcomes up to age 30. *Children and Youth Services Review*, 36, 220–229.
- Stott, T. (2013). Transitioning youth: policies and outcomes. *Children and Youth Services Review*, 35, 218-227.
- Suldo, S. M., & Huebner, E. S. (2004). Does life satisfaction moderate the effects of stressful life events on psychopathological behavior during adolescence? *School Psychology Quarterly*, 19(2), 93.
- Sulimani-Aidan, Y. (2015). Do they get what they expect?: The connection between young adults' future expectations before leaving care and outcomes after leaving care. *Children and Youth Services Review*, 55, 193-200.
- Sulimani-Aidan, Y. (2017). To dream the impossible dream: Care leavers' challenges and barriers in pursuing their future expectations and goals. *Children and Youth Services Review*, 81, 332-339.
- Sulimani-Aidan, Y. (2018). Present, protective, and promotive: Mentors' roles in the lives of young adults in residential care. *American Journal of Orthopsychiatry*, 88(1), 69-77.
- Sulimani-Aidan, Y., & Benbenishty, R. (2011). Future expectations of adolescents in residential care in Israel. *Children and Youth Services Review*, 33(7), 1134-1141.
- Szumilas, M. (2010). Explaining odds ratios. *Journal of the Canadian academy of child and adolescent psychiatry*, 19(3), 227.
- Turney, K. & Wideman, C. (2016). Mental and physical health of children in foster care. *Pediatrics*, 138(5), 1-11.

- United Nations, United Nations General Assembly. (fevereiro, 2010), *Guidelines for alternative care of children*, UNGAOR, 64th Sess, Supp No 434, UN Doc A/64/434. Recuperado de https://www.unicef.org/protection/alternative_care_Guidelines-English.pdf.
- Urnao, Y. A., Font, S. A., & Rawls, G. (2012). Readiness for college engagement among students who have aged out of foster care. *Child and Youth Services Review*, *34*, 76-83.
- Uzoobo, V., Kioko, M., & Jones, R. (2008). Deconstructing youth transition to adulthood services: Lessons learned from the VISIONS program. *Vulnerable Children and Youth*, *3*(1), 37-41.
- Van IJzendoorn M.H., Bakermans-Kranenburg M.J. & Scott S. (2015), Residential and foster care. In: Thapar A., Pine D.S., Leckman J.F., Scott S., Snowling M.J., Taylor E. (Eds.) *Rutter's Child and Adolescent Psychiatry*, 6th edition. (pp. 261-272). Oxford, United Kingdom: Wiley.
- Vaux, A., Philips, J., Holly, L., Thompson, B., Williams, D., & Stewart, D. (1986). The Social Support Appraisals (SSA) Scale: studies of reliability and validity. *Journal of Community Psychology*, *14*, 195–220.
- Verdugo, L., Freire, T., & Sánchez-Sandoval, Y. (2018). Las relaciones entre autopercepciones y expectativas futuras: un estudio con preadolescentes españoles y portugueses. *Revista de Psicodidáctica*, *23*(1), 39-47.
- Vinnerljung, B., & Sallnäs, M. (2008). Into adulthood: a follow-up study of 718 young people who were placed in out-of-home care during their teens. *Child & Family Social Work*, *13*(2), 144-155.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo*. Brasília, DF: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano. Recuperado de <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>.
- Walker, E., Hernandez, A. V., & Kattan, M. W. (2008). Meta-analysis: Its strengths and limitations. *Cleveland Clinic Journal of Medicine*, *75*(6), 431-439.
- Wall, J., Covell, K., & MacIntyre, P. D. (1999). Implications of social supports for adolescents' education and career aspirations. *Canadian Journal of Behavioural Science / Revue canadienne des sciences du comportement*, *31*(2), 63-71.
- Watt, T. T., Norton, C. L., & Jones, C. (2013). Designing a campus support program for foster care alumni: Preliminary evidence for a strengths framework. *Children and Youth Services Review*, *35*(9), 1408–1417
- Werner, E. E. (1993). Risk, resilience, and recovery: Perspectives from the Kauai Longitudinal Study. *Development and psychopathology*, *5*(4), 503-515.

- Werner, E. E. (1995). Resilience in development. *Current directions in psychological science*, 4(3), 81-84.
- White, T., Scott, L. D., & Munson, M. R. (2018). Extracurricular activity participation and educational outcomes among older youth transitioning from foster care. *Children and Youth Services Review*, 85, 1-8.
- Whittaker JK, Holmes L, Del Valle JF, Ainsworth F, Andreassen T, Anglin J, ... Zeira A. (2016). Therapeutic Residential Care for Children and Youth: A Consensus Statement of the International Work Group on Therapeutic Residential Care. *Residential treatment for children & youth*, 33(2):89–106.
- Winokur, M. A., Holtan, A., & Batchelder, K. E. (2018). Systematic review of kinship care effects on safety, permanency, and well-being outcomes. *Research on Social Work Practice*, 28(1), 19-32.
- Wood, D., Crapnell, T., Lau, L., Bennett, A., Lotstein, D., Feris, M. and Kuo, A. (2018). Emerging Adulthood as a Critical Stage in the Life Course. In: N. Halfon, C. Forrest, R. Lerner and E. Faustman (Eds.), *Handbook of Life Course Health Development*, 1st ed. Springer International Publishing, pp.123-143.
- Yates, T. M., & Grey, I. K. (2012). Adapting to aging out: profiles of risk and resilience among emancipated foster youth. *Development and Psychopathology*, 24(2), 475–492.
- Zaff, J. F., Moore, K. A., Pappillo, A. R., & Williams, S. (2003). Implication of extracurricular activity participation during adolescence on positive outcomes. *Journal of Adolescent Research*, 18, 599–630.
- Zappe, J., Moura, J. F., Dell’Aglío, D., & Sarriera, J. (2013). Expectativas quanto ao futuro em adolescentes de diferentes contextos. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(1), 91–100.
- Zappe, J. G., & Dell’Aglío, D. D. (2016). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. *Psico*, 47(2), 99-110.
- Zeira, A., & Benbenishty, R. (2011). Readiness for independent living of adolescents in youth villages in Israel. *Children and Youth Services Review*, 33(12), 2461-2468.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DO ACOHLIMENTO INSTITUCIONAL À VIDA INDEPENDENTE: ANALISANDO O PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Pesquisador: JORGE CASTELLÁ SARRIERA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 54895116.4.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.534.918

Apresentação do Projeto:

Esta é uma pesquisa de caráter exploratório, composta por três Estudos, com metodologias mistas. No 1º Estudo se conduzirá uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de mapear a produção científica dos dez últimos anos, no que se refere a processos de transição de adolescentes e jovens entre o acolhimento Institucional e a vida Independente.

O 2º Estudo terá como objetivo conhecer em profundidade como ocorre esse processo de transição, do ponto de vista dos jovens desligados por maioridade e dos cuidadores de Instituições de acolhimento no município de POA.

No 3º Estudo, o objetivo será investigar as variáveis; suporte social; estratégias de enfrentamento; bem-estar subjetivo; habilidades sociais e expectativas de futuro, e verificar sua relação com a autonomia, em adolescentes próximos ao desligamento por maioridade, de Instituições de acolhimento.

A pesquisa terá a participação de jovens de 18 a 24 anos e de educadores ou mães sociais. O número total de participantes será de 200 pessoas.

Objetivo da Pesquisa:

Considerando a complexidade de temáticas envolvidas na emancipação dos jovens em situação de acolhimento Institucional, e a carência de estudos nacionais sobre o processo de transição e as

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Edição 01 de 01

Continuação do Projeto: 1.534.918

necessidades dessa população, esta tese terá como objetivo primário, conhecer como se dá o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida independente devido o desligamento por motivo de maioridade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os procedimentos desta pesquisa são considerados de riscos mínimos. Como se trata de uma população vulnerável, muitas vezes com histórias de abusos, maus tratos, negligências e/ou abandono, serão tomadas os devidos cuidados na condução da coleta de dados. Caso os temas abordados mobilizem emocionalmente os jovens, adolescentes e cuidadores, os mesmos poderão ser encaminhados para acompanhamento psicológico.

Benefícios: A participação será de grande valia para o desenvolvimento do conhecimento acerca dos processos de transição entre o acolhimento institucional e vida independente, a partir do qual se poderá obter indicadores e diretrizes sobre como melhor atender a essa população.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em linhas gerais observamos que a legislação brasileira tem se ocupado de prever ações direcionadas para a população de jovens egressos do sistema de proteção. O foco tem sido profissionalização dos adolescentes, encabeçada pelo Projovem, para que ao completarem a maioridade possam garantir seu sustento de forma independente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão todos anexados ao Projeto: Termos de Concordância da Instituição, para o Estudo II e Estudo III, claro e completo; TCLEs para os cuidadores e para os jovens egressos do Estudo II, claro e completo; O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para adolescentes do Estudo III, claro e completo. Também estão anexados os instrumentos: Questionário composto por uma ficha de dados Sociodemográfico e seis escalas: Questionário de Autonomia, Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes; Escala Brasileira de Coping para Adolescentes; Personal Wellbeing Index.

Recomendações:

Não há recomendações, porque o projeto atendeu todas as exigências necessárias.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O objetivo é ter acesso a todas instituições com adolescentes na faixa etária de 15 a 18 anos, para concluir um estudo de base populacional. As instituições que assinarem o Termo de Concordância da Instituição terão seus adolescentes convidados e caso estes concordem em participar, solicitar-se-á a assinatura do Termo de Assentimento.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 1.534.918

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_676007.pdf	29/03/2016 10:37:12		Aceito
Outros	Compesq.pdf	29/03/2016 10:31:11	JORGE CASTELLA SARRIERA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_preenchida.pdf	20/03/2016 18:51:55	JORGE CASTELLA SARRIERA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_final.pdf	15/03/2016 11:49:40	JORGE CASTELLA SARRIERA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termos.pdf	15/03/2016 11:48:39	JORGE CASTELLA SARRIERA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 08 de Maio de 2016

Assinado por:

Clarissa Marcell Trentini
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

ANEXO B – Questionário (estudos III e IV)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DATA: ____/____/____

CÓDIGO: _____

A seguir você encontrará questões que abordam uma série de aspectos relacionados à sua vida, e a como você avalia cada um deles.

Não há respostas certas nem erradas! Nós estamos apenas interessados em saber suas opiniões e avaliações, tudo de forma confidencial.

Você vai observar que em algumas questões pedimos que você escreva sua resposta e em outras pedimos que marque a alternativa que melhor descreve você no momento.

Desde já agradecemos a sua participação!

1. Idade: _____ anos

2. Sexo: a. () Feminino b. () Masculino

3. Data de nascimento: ____/____/____

4. Onde você mora?

- a. () Abrigo
b. () Casa Lar
c. () República
d. () Outro. Qual? _____

5. Você já morou em mais de uma instituição?

- a. () Não b. () Sim. Em quantas? _____

6. Há quanto tempo você mora em uma instituição? (somando todas, caso já tenha morado em mais de uma)

- a. () Menos de um ano
b. () Entre um e dois anos
c. () Entre dois e cinco anos
d. () Entre cinco e dez anos
e. () Mais de dez anos

7. Quantos anos você tinha quando foi morar em uma instituição? _____ anos

8. No último ano, você manteve contato com sua família de origem (de sangue)?

- a. () Não b. () Sim. Com quais pessoas?

9. Se sim, de quanto em quanto tempo você encontrou alguém da sua família?

- a. () Mais de uma vez por semana
b. () Uma vez por semana
c. () Uma vez a cada quinze dias
d. () Uma vez por mês
e. () Quase nunca

10. De quanto em quanto tempo você gostaria de encontrar com alguém da sua família?

- a. () Mais de uma vez por semana
b. () Uma vez por semana
c. () Uma vez a cada quinze dias
d. () Uma vez por mês
e. () Quase nunca

11. Quantos irmãos você tem?

- a. () Nenhum
b. () Um
c. () Dois
d. () Três
e. () Quatro
f. () Cinco
g. () Seis
h. () Mais de seis

12. Caso você tenha irmãos, onde eles moram? (você pode marcar mais de uma opção)

- a. () Na mesma instituição que você
b. () Em outra instituição
c. () Com algum familiar
d. () Sozinho ou com amigos/companheiro(a)
e. () Outros.
Onde? _____

13. Qual é o seu nível de escolaridade?

- a. () Ensino Fundamental Incompleto
b. () Ensino Fundamental Completo
c. () Ensino Médio Incompleto
d. () Ensino Médio Completo
e. () Outro.
Qual? _____

14. Atualmente você está frequentando a escola?

- a. Sim b. Não

15. Se sim, em que ano você está? _____

16. Você já repetiu algum ano na escola?

- a. Sim b. Não

17. Se sim, quantas vezes? _____

18. Você já trabalhou, estagiou ou exerceu alguma atividade remunerada?

- a. Sim.

Qual? _____

- b. Nunca

19. Atualmente você faz estágio ou participa de programa de menor aprendiz?

- a. Sim. Onde? _____

- b. Não

20. Atualmente você trabalha?

- a. Sim, com carteira assinada

- b. Sim, sem carteira assinada

- c. Não

21. Quais dos seguintes documentos você possui? (você pode marcar mais de uma opção)

- a. Carteira de Identidade – RG

- b. Cadastro de Pessoa Física – CPF

- c. Carteira de Trabalho

- d. Carteira Nacional de Habilitação – CNH

- e. Passaporte

- f. Nenhum dos listados acima

- g. Não sei responder

22. Com que frequência você realiza as seguintes atividades? (Marque uma opção por item com um X)

	Nunca	Uma vez por mês	Uma vez a cada 15 dias	Uma vez por semana	Várias vezes por semana
Curso de línguas					
Curso profissionalizante					
Outros cursos (pintura, música, dança, teatro)					
Atendimento psicológico					
Prática de esporte					
Palestras ou oficinas					
Acompanhamento escolar					
Evento religioso (culto, missa, retiro, grupo de jovens)					
Eventos da comunidade (festas, feiras, esportivos)					
Passeios com o abrigo/casa lar (parques, cinema, teatro)					
Lazer por conta própria (ler, ouvir música, jogar)					

23. Por favor, marque com um X a opção que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

	Discordo totalmente	Discordo bastante	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo bastante	Concordo totalmente
Os meus amigos me respeitam						
Tenho professores que se preocupam bastante comigo						
Eu sou bastante querido pela minha família						
Eu não sou importante para os outros						
Os meus professores gostam de mim						
A minha família se preocupa bastante comigo						
As pessoas, de um modo geral, gostam de mim						
De maneira geral, posso confiar nos meus amigos						
Sou bastante admirado pelos meus familiares						
Sou respeitado pelas pessoas em geral						
Os meus amigos não se preocupam nada comigo						
Meus professores me admiram bastante						
Eu sou querido pelas pessoas						
Eu me sinto muito ligado aos meus amigos						
Os meus professores confiam em mim						

A minha família gosta muito de mim						
Os meus amigos gostam de estar comigo						
No geral, não posso contar com os meus professores para me darem apoio						
As pessoas de minha família confiam em mim						
Sinto que as pessoas, de um modo geral, me admiram						
A maioria dos meus professores me respeita muito						
Não posso contar com a minha família para me dar apoio						
Eu me sinto bem quando estou com outras pessoas						
Eu e os meus amigos somos muito importantes uns para os outros						
A minha família me respeita muito						
Sinto que as pessoas me dão valor						
Eu ajudo meus amigos e eles me ajudam						
Não me sinto muito ligado aos meus professores						
Se eu morresse amanhã poucas pessoas sentiriam saudades de mim						
Não me sinto muito ligado à minha família						

24. Do seu ponto de vista, quais são as chances de que:

	Muito Baixas	Baixas	Cerca de 50%	Altas	Muito Altas
Você concluirá o Ensino Médio?					
Você entrará na Universidade?					
Você terá um emprego que lhe garantirá qualidade de vida?					
Você terá sua própria casa?					
Você terá um trabalho que lhe dará satisfação?					
Você terá uma vida familiar feliz?					
Você se manterá saudável a maior parte do tempo?					
Você será feliz por morar no Brasil?					
Os dirigentes do Brasil serão confiáveis?					
Você será respeitado pela comunidade?					
Você terá amigos que lhe darão apoio?					

25. Por favor, marque com um X a opção que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

Quando eu sair do acolhimento, acredito que serei capaz de...	Discordo fortemente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo muito
Procurar emprego e participar de entrevistas					
Conseguir os documentos necessários para estar empregado (CPF, carteira de trabalho, histórico escolar)					
Me manter estável no mesmo emprego					
Ter um emprego na minha área de interesse					
Ser pontual					
Ser responsável					
Ser disciplinado					
Trabalhar em equipe					
Trabalhar com o público					

26. Por favor, marque com um X a opção que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

Quando eu sair do acolhimento, acredito que serei capaz de...	Discordo fortemente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo muito
Encontrar um lugar para morar					
Entender um contrato de aluguel					
Prever os custos da minha moradia					
Contratar luz, telefone, internet...					
Cuidar da manutenção da minha casa					

27. Por favor, marque com um X a opção que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

Quando eu sair do acolhimento, acredito que serei capaz de...	Discordo fortemente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo muito
Saber o que comprar no supermercado					
Preparar minhas refeições					
Lavar minha própria roupa					
Manter meu espaço limpo					
Usar transporte público					
Manter minha higiene pessoal					
Ir ao médico quando necessário					
Buscar ajuda profissional se necessário					
Me proteger contra doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada					

28. Por favor, marque com um X a opção que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

Quando eu sair do acolhimento, acredito que serei capaz de...	Discordo fortemente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo muito
Ter amigos que me valorizem e possam me ajudar em caso de necessidade					
Ajudar amigos em caso de necessidade					
Dar e receber carinho de um parceiro(a)					
Manter um relacionamento duradouro com um parceiro(a)					
Constituir uma nova família					

29. Por favor, marque com um X a opção que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

Quando eu sair do acolhimento, acredito que serei capaz de...	Discordo fortemente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo muito
Evitar comportamento violento					
Evitar conflito com a lei					
Evitar abuso de álcool					
Evitar abuso de drogas					

30. Por favor, marque com um X a opção que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

Quando eu sair do acolhimento, acredito que serei capaz de...	Discordo fortemente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo muito
Praticar esportes					
Me divertir no meu tempo livre					
Me localizar em uma cidade diferente da minha					
Me planejar e me preparar para o futuro					

31. Atualmente, até que ponto você está satisfeito com cada um destes aspectos de sua vida? (sendo **0 = totalmente insatisfeito** e **10 = totalmente satisfeito**)

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Com sua saúde											
Com o seu nível de vida											
Com as coisas que você tem conseguido na vida											
Com o quanto você se sente seguro/a											
Com os grupos de pessoas dos quais faz parte											
Com a segurança a respeito do seu futuro											
Com as suas relações com as outras pessoas											

32. Atualmente, até que ponto você está satisfeito com toda a sua vida, considerada globalmente?
 (sendo **0 = totalmente insatisfeito** e **10 = totalmente satisfeito**)

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

33. Por favor, nos diga o quanto você concorda ou discorda com cada uma das seguintes frases:

	Discordo fortemente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo muito
Minha vida está indo bem					
Minha vida está indo como eu quero					
Eu gostaria de mudar muitas coisas em minha vida					
Eu queria ter um outro tipo de vida					
Eu tenho uma vida boa					
Eu tenho o que eu quero na vida					
A minha vida é melhor que a da maioria dos adolescentes					

OBRIGADO!

ANEXO C – Termo de Concordância da Instituição (estudos III e IV)

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Aos Senhores Responsáveis

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo geral conhecer como se dá o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida independente, assim como identificar alternativas que contribuam na preparação de jovens para esse processo. Estamos na segunda fase da pesquisa, na qual participarão adolescentes entre 15 e 18 anos, em processo de preparação para o desligamento por maioridade. Nesta fase investigaremos o quão preparados estes adolescentes se sentem para sair da instituição.

Os adolescentes serão convidados a responder um questionário composto de perguntas sobre sua história de acolhimento institucional; a frequência de realização de atividades extracurriculares; quão preparados se sentem para sair da instituição; sua rede de suporte social; expectativas de futuro; e satisfação com diversos aspectos da vida. O questionário demorará em torno de 40 minutos para ser respondido. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações.

Os adolescentes serão informados de que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto os participantes, quanto os responsáveis ou a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Os dados obtidos através do grupo serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos.

O preenchimento do questionário não oferece danos diretos aos participantes. Entretanto, caso de alguma maneira o adolescente se sentir mobilizado com algum aspecto referente à realização dessa atividade, ele será encaminhado para atendimento psicológico. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo. Os dados serão coletados pela doutoranda Luciana Cassarino Perez, com apoio de psicólogos treinados para a aplicação do questionário. O pesquisador responsável é o Professor Jorge Castellá Sarriera.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (51) 3308-5239 ou do e-mail lucicaspe@gmail.com. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Autorização: Eu _____ (nome do responsável pela Instituição) fui informado dos objetivos desta pesquisa sobre a transição entre o acolhimento institucional e a vida independente. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Ao assinar esse Termo, dou meu consentimento, concordando que a pesquisa seja realizada com adolescentes desta Instituição.

Assinatura do responsável

Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora do GPPC/UFRGS

Data __/__/__

ANEXO D – Termo de Assentimento (estudos III e IV)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aos Adolescentes,

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar quais são as necessidades e como acontece a preparação dos adolescentes que estão próximos de deixar o abrigo em que vivem, porque completarão 18 anos. Você está sendo convidado a contribuir com a pesquisa respondendo a um questionário com uma série de perguntas. Nesse questionário serão abordados temas sobre a sua história; expectativas de futuro; atividades do dia-a-dia; forma como resolve seus problemas; entre outros temas. Para responder a todas as perguntas você vai demorar em torno de 40 minutos.

As respostas que você vai dar são material sigiloso e confidencial, isso significa que além dos pesquisadores, outras pessoas não terão acesso a elas. Além disso, quando a pesquisa se encerrar e os resultados forem divulgados, seu nome não aparecerá escrito, quem ler esses resultados não vai saber que você foi participante. A escolha em participar ou não do estudo é sua, se escolher participar, você também poderá desistir em qualquer etapa, se achar necessário, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento você poderá solicitar informações sobre qualquer assunto relacionado a esse estudo. Os dados obtidos através do questionário serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos.

Caso você se sinta desconfortável em responder uma ou mais das perguntas feitas, você poderá deixá-las em branco. Responder ao questionário não oferece danos diretos. Mas, caso de alguma maneira você sentir que precisa conversar sobre o que pensou enquanto respondia ao questionário, você será encaminhado para atendimento psicológico.

Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva. A aplicação dos questionários será conduzida pela psicóloga doutoranda Luciana Cassarino Perez com ajuda de estudantes de psicologia do Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (GPPC). O Professor Jorge Castellá Sarriera é o pesquisador responsável por este estudo.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e estamos à disposição para tirar suas dúvidas através do telefone (51) 33085239 e do e-mail lucicaspe@gmail.com. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Eu _____ (nome do participante) fui informado dos objetivos desta pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa em qualquer momento do processo. Ao assinar esse Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar esse Termo, dou meu assentimento livre e esclarecido, concordando em participar desse estudo.

Assinatura do participante

Data __/__/____

Assinatura da pesquisadora UFRGS

ANEXO E – Roteiro de entrevista com os jovens (estudo V)

ROTEIRO ENTREVISTA JOVENS

Dados iniciais:

- Nome e idade
- Em que instituição(ções) viveu; por quanto tempo
- Idade, motivo do acolhimento, vínculo com família de origem
- Nível de escolaridade, ocupação atual, situação de moradia

Questões norteadoras:

- Como foi a saída obrigatória do abrigo/lar aos 18 anos?
- Você contou com ajuda de alguém nesse período?
- Qual foi o teu percurso desde a saída até hoje?
- Como é a tua rotina atualmente?
- Como é ser um jovem egresso do sistema de proteção?
- Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas na transição para a vida autônoma?
- Como foi a preparação do abrigo/lar para o desligamento? (treinamento, curso, acompanhamento psicológico...)
- Que tipo de ajuda/treinamento/orientação você acha que os adolescentes que ainda vão passar por essa experiência deveriam receber?
- Você está satisfeito com a sua vida hoje? De zero a dez, como você classificaria sua satisfação com a vida hoje? Por que?
- Quais são suas/seus expectativas/planos para o futuro?

ANEXO F – Roteiro de entrevista com os cuidadores (estudo V)

ROTEIRO DE ENTREVISTA EDUCADORES

Dados iniciais:

- Nome e idade
- Instituição na qual trabalha, tempo de instituição, função e como chegou até ela

Questões norteadoras:

- Na sua experiência nesta instituição, você acompanhou algum caso de desligamento por motivo de maioridade?
- Você acompanhou o caso do(da) _____ (nome do jovem já entrevistado)? Pode me contar o que lembra do processo de transição dele(dela)?
- Antes do desligamento, que expectativa você e a instituição tinham para o futuro dele(dela)? Essas expectativas se cumpriram?
- De forma geral, como se dá a preparação para o desligamento de adolescentes por motivo de maioridade aqui na _____ (nome da instituição)?
- Como se define onde o adolescente vai morar após ser desligado?
- Atualmente tem algum adolescente sendo preparado para esse desligamento aqui na _____ (nome da instituição)? Como está sendo esse processo?
- Pensando nesse(s) adolescente(s) que está(ão) por sair, como você imagina que será o futuro dele? Que expectativas você tem para esse(a) menino(a)?
- Quais você considera que são as maiores dificuldades envolvidas nessa transição?
- De forma geral, você acredita que os adolescentes saem preparados para viver de forma autônoma? Se não, por quê?
- Pensando em um programa voltado para preparação desses jovens, que tipo de ajuda/treinamento/orientação você considera importante?

ANEXO G – Termo de Concordância da Instituição (estudo V)

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Aos Senhores Responsáveis

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo geral conhecer como se dá o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida independente, assim como identificar alternativas que contribuam na preparação de jovens para esse processo. Por isso, neste primeiro estudo da pesquisa, convidaremos os educadores ou mães sociais a participar de entrevistas em que serão perguntados temas relacionados a preparação para o desligamento, expectativas de futuro e demandas de intervenção.

As entrevistas ocorrerão em ambiente reservado na própria instituição de acolhimento, de forma que os participantes não terão que se deslocar de seus locais de trabalho. Elas terão duração variando entre 20 e 40 minutos, a depender do envolvimento do participante. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Os educadores/mães sociais serão informados de que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto os participantes, quanto os responsáveis ou a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Os dados obtidos por meio das entrevistas serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos.

A participação não oferece danos diretos aos participantes. Entretanto, caso de alguma maneira o participante se sentir mobilizado com algum aspecto referente à realização dessa atividade, ele será encaminhado para atendimento psicológico. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo. Os dados serão coletados pela doutoranda Luciana Cassarino Perez, com apoio dos bolsistas de iniciação científica do Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (GPPC). O pesquisador responsável é o Professor Jorge Castellá Sarriera.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (51) 3308-5239. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Autorização: Eu _____ (nome do responsável), responsável pela Instituição _____ (nome da Instituição) fui informado dos objetivos desta pesquisa sobre a transição entre o acolhimento institucional e a vida independente. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Ao assinar esse Termo, dou meu consentimento, concordando que a pesquisa seja realizada nesta Instituição.

Assinatura do responsável

Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora do GPPC/UFRGS

Data __/__/__

ANEXO H – Termo de Consentimento Cuidadores (estudo V)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aos Senhores Educadores,

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo geral conhecer como se dá o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida independente, assim como identificar alternativas que contribuam na preparação de jovens para esse processo. Por isso, neste primeiro estudo da pesquisa, realizaremos entrevistas com jovens egressos do sistema de proteção e educadores e/ou mães sociais para investigar relacionados ao desligamento e a preparação para o mesmo. Você está sendo convidado a participar destas entrevistas, pois a opinião dos cuidadores sobre o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida emancipada, é de extrema importância para entendermos quais são as necessidades dos jovens.

A duração da entrevista dependerá das respostas fornecidas pelos participantes, mas certamente não extrapolará 1 hora do seu tempo. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações que forem coletadas. Sua participação é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento você poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo. Os dados obtidos serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo. As entrevistas serão conduzidas pela psicóloga doutoranda Luciana Cassarino Perez, com auxílio de estudantes de psicologia do Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (GPPC). O Professor Jorge Castellá Sarriera é o pesquisador responsável por este estudo.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (51) 33085239. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Autorização: Eu _____ (nome do educador) fui informado dos objetivos desta pesquisa sobre a transição entre o acolhimento institucional e a vida independente. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar esse Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

Assinatura do participante

Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora do GPPC/UFRGS

Data __/__/__

ANEXO I – Termo de Consentimento Jovens (estudo V)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo geral conhecer como se dá o processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida independente, assim como identificar alternativas que contribuam na preparação de jovens nesse processo. Por isso, neste primeiro estudo realizaremos entrevistas com jovens egressos do sistema de proteção e educadores e/ou mães sociais para investigar aspectos relacionados ao desligamento e a preparação para o mesmo. Você está sendo convidado a participar como entrevistado. A opinião dos jovens que já passaram ou estão passando pelo processo de transição entre o acolhimento institucional e a vida emancipada, é de extrema importância para entendermos como se dá o processo e quais são suas principais necessidades.

A duração da entrevista dependerá das respostas fornecidas, mas certamente não ultrapassará 1 hora do seu tempo. Serão tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações que forem coletadas. Sua participação é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento você poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo. A participação não oferece danos diretos. Mas, caso, de alguma maneira, você sentir que precisa conversar sobre o que pensou a partir da sua participação, você será encaminhado para atendimento psicológico.

Os dados obtidos serão guardados no Instituto de Psicologia da UFRGS e destruídos após o período de cinco anos. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo. As entrevistas serão conduzidas pela psicóloga doutoranda Luciana Cassarino Perez, com auxílio de estudantes de psicologia do Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (GPPC). O Professor Jorge Castellá Sarriera é o pesquisador responsável por este estudo.

Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (51) 33085239. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, fone (51) 33085441, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Autorização: Eu _____ (nome) fui informado dos objetivos desta pesquisa sobre a transição entre o acolhimento institucional e a vida independente. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao **assinar** esse Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

Assinatura do participante

Data __/__/__

Assinatura da Pesquisadora do GPPC/UFRGS

Data __/__/__